

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
IH - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O CENTAURO MAQUIAVÉLICO
IDEOLOGIA DA REVISTA CULTURA POLÍTICA
(1941 - 1945)

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Política do Brasil pela Universidade de Brasília.

Haruf Salmen Espindola

Orientador: Francisco Iglésias

BRASÍLIA
1988

À
Tê
Amanda
Manoel
Pedro

À memória de
José Ribamar Lima de M. Filho

AGRADECIMENTOS

Ao professor Amado Luiz Cervo, pelo incentivo pela colaboração, quando iniciei o curso de mestrado; à professora Geralda Aparecida Dias, cujas observações críticas foram importantes para minha reflexão; à professora Luciara S. de Aragão e Frota, que orientou a montagem do projeto de pesquisa; à professora Tânia N. Swain pela ajuda prestada. Não posso me esquecer da colaboração prestimosa de Djair, que tornou mais fácil e menos aborrecidas as questões administrativas.

Agradeço em especial a orientação do professor Francisco Iglésias, a quem devo uma visão ampla do universo intelectual brasileiro e cuja colaboração tornou possível a definição do tema deste trabalho. Sem ser professor desta universidade, recebeu-me como orientando, o que, muito me envaideceu. Sua ajuda foi importante para que eu encontrasse o caminho da reflexão autônoma, sem prejulgamentos e dogmatismos, a que, muitas vezes, os principiantes são levados pela ingenuidade.

Gostaria de lembrar, ainda, aqueles que colaboraram para que esta dissertação ficasse pronta. Os trabalhos datilográficos de Jobe Lords, os préstimos de Gilberto Salmen, a hospitalidade de Marquinho e Roselane, a atenção do amigo Bruno e o apoio de Silvestre Bretas. Agradeço também, ao Prof. Paulo A. O. Hernandez, que revisou os originais, e a Carmem que os datilografou. Ao pessoal da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, meu reconhecimento; pela presteza com que me atendeu.

À UnB e a CAPES, às quais sou grato pela possibilidade acadêmica e financeira de cursar o Mestrado, retribuo com o dever cumprido.

RESUMO

Estudo da ideologia de *Cultura Política* (CP), revista que circulou durante o apogeu e o final do Estado Novo (1941-1945). Trata-se de uma leitura gramsciana que confronta a ideologia com a correlação de forças e o processo de construção do Estado nos anos trinta. O objetivo de CP é demonstrar que o progresso do Brasil só seria realizado com unidade nacional, organização nacional e Estado forte. Estes valores, que denominamos de aglutinadores, dariam a unidade de direção que o país precisava. O jusnaturalismo e a República Velha são rejeitados a partir de valores como tradição e pensamento realista. O nexu ideológico de tal discurso é fornecido pela junção do historicismo e da idéia de progresso, permitindo a CP resolver, a nível teórico, a contradição entre o latifúndio e a modernização como necessidade de preservar o "espírito nacional". Já os elementos justificadores da forma do regime permitiram construir o conceito de Estado Filantrópico. Finalmente, a partir do confronto entre o *discurso presente* e o *discurso ausente*, revela-se o caráter de classe das formulações de CP. Comprova-se, então, que ela constituía uma ação hegemônica destinada a unificar um bloco de poder latifundiário-industrial mediante determinado tipo de modernização.

R E S U M É

L'objet d'étude est l'idéologie de *Cultura Política* (CP), revue imprimée pendant l'apogée et la fin de l'Etat Nouveau (1941-1945). Les forces sociales et leurs antagonismes dans la construction de l'Etat Brésilien des années 30 et l'idéologie de l'époque y seront analysées dans la perspective de la pensée de Gramsci.

L'objectif de la revue en question serait d'affirmer que le progrès au Brésil ne pourrait se réaliser sans une unité nationale, organisée par force d'un Etat puissant. Le fondement idéologique est fourni par l'idée du progrès, alié à l'historicisme, ce qui, permet à CP de résoudre, au niveau théorique, la contradiction entre latifundia et modernisation, pour la préservation de "l'esprit national". D'autre part, la justification théorique du régime a permis de construire la nation d'Etat Philantropique.

Finalement, l'opposition entre le *discours présent* et le *discours absent* dévoile de discours de classe de la CP, dont l'objectif est la création d'un bloc hégémonique de pouvoir latifundiaire-industriel, par le biais de la modernisation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I - PROJETO DE DISSERTAÇÃO	14
A - Objetivos	14
- Objetivos específicos	15
B - Justificativa	16
C - Análise dos conceitos utilizados	19
1 - Autoritarismo	19
2 - Autonomia do Estado	21
3 - Autonomia intelectual	24
4 - Ideologia	25
5 - A idéia de progresso	26
6 - Correlação de forças	28
7 - Aparelho de hegemonia	31
8 - Posição política	32
9 - Historicismo	32
10 - Hegemonia	34
11 - Valores aglutinadores	36
12 - Ação hegemônica	37
13 - Os conflitos	38
14 - Comunicabilidade	38
15 - Industrialização	39
16 - Modernização	40
17 - Revolução passiva	41
D - Hipóteses	44
E - Metodologia	48
- Procedimentos	50
II - CONTEXTO HISTÓRICO-IDEOLÓGICO DOS ANOS 30	57
A - O processo de fortalecimento do Estado	57
1 - Antecedentes	57
2 - Ampliação do Estado	60

B - A intervenção do Estado na Economia	64
1 - A Economia e o Governo	64
2 - A intervenção estatal	67
C - Correlações das forças sociais e Políticas	72
1 - As forças sociais e políticas	
1.1 - O bloco agroexportador	72
1.2 - O bloco independente	74
1.3 - O bloco urbano-industrial	76
2 - A correlação das forças políticas no Estado Novo	80
D - A Cultura como domínio oficial	86
1 - Atuação do Ministério da Educação e Saúde	87
2 - Atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda	89
E - O contexto ideológico-intelectual dos anos trinta	91
1 - Campo ideológico	91
2 - Revistas	93
3 - Intelectuais	94
4 - Pensadores autoritários	97
5 - Cultura Política no seu contexto	105
III - A REVISTA CULTURA POLÍTICA	112
A - Análise técnica de Cultura Política	112
1 - Estrutura editorial	112
2 - Colaboradores	114
3 - Estrutura temática	116
4 - Conclusão	122
B - Unidade nacional	125
1 - O ideal unitário	125
2 - Importância do conceito de unidade nacional	126
3 - Formação da nacionalidade brasileira	126
4 - A unidade nacional e o consenso	128
4.1 - Cultura e política	129
4.2 - Igualdade e liberdade	130
4.3 - Nacionalizar é	131
4.4 - A ordem como pressuposto da unidade nacional	132

5 - A repressão e os conflitos	133
- A Censura	134
6 - Unidade nacional e soberania	136
C - Organização nacional	138
1 - Cultura e organização nacional	139
1.1 - Os intelectuais	139
1.2 - A educação	140
1.3 - As artes	141
2 - O indivíduo e a organização nacional	143
2.1 - O Homem Novo	143
2.2 - O privado e o público	145
2.3 - O antiindividualismo	146
3 - O Estado e sociedade	147
- Sociedade organizada	148
4 - Colaboração entre as classes	149
4.1 - O corporativismo	149
4.2 - A nova ética do trabalho	150
D - Estado Forte	152
1 - Estado como "Unidade de Direção"	152
1.1 - Autoritarismo	152
1.2 - Fortalecimento do Poder Executivo	153
1.3 - Vontade interventora	154
1.4 - O Estado-Nação	155
2 - Um Estado para o Brasil	156
2.1 - Estado interventor	156
2.2 - O Estado centralizado	158
3 - Industrialização : — A função do Estado	159
- A questão do planejamento	160
E - Estado filantrópico	164
1 - Cultura Política e a explicação ético-política	164
1.1 - As origens do Estado Novo	164
1.2 - Os "Fins Humanos" do Estado Novo	165
1.3 - O Estado Novo e as "Aspirações do Povo"	166

2 - Estado Novo: o organizador da sociedade	167
3 - Estado Novo e democracia	168
4 - Cultura Política e Getúlio Vargas	170
5 - O conceito de Estado filantrópico	171
- O Estado Novo como um Estado filantrópico	172
F - O ideal de progresso	174
1 - A Noção de "grande destino histórico"	175
2 - Estado Novo e o progresso	176
ADENDO: Seções e temas de Cultura Política	186
IV - IDEOLOGIA DE CULTURA POLÍTICA	194
A - O conceito de "tradição" e "pensamento realista"	194
1 - A tradição	194
2 - O pensamento realista	195
3 - Realidade e processo histórico	196
3.1 - Azevedo Amaral	197
3.2 - Almir de Andrade	199
3.3 - Cassiano Ricardo e Monte Arraes	201
B - A reinterpretação da História	203
1 - A República Velha	203
1.1 - A revolução de 1930	206
1.2 - O período entre 1930 e 1937	207
1.3 - A Constituição de 1937	208
1.4 - O Estado Novo	209
2 - O discurso de Cultura Política	211
C - Historicismo em Cultura Política	214
- Historicismo e cientificismo	216
D - Discurso Presente VS. Discurso Ausente	219
- Tradição e progresso	222
1 - Ação hegemônica de Cultura Política	222
2 - O significado do discurso de Cultura Política	224
3 - Cultura Política e correlação de forças	226

4 - O "Centauro Maquiavélico"	228
CONCLUSÃO	234
FONTE	239
BIBLIOGRAFIA	239

QUADROS

QUADRO I	52
QUADRO II	81
QUADRO III	115
QUADRO IV	117
QUADRO V	119
QUADRO VI	120
QUADRO VII	121
QUADRO VIII	162
QUADRO IX	220

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para esta dissertação é uma leitura da revista *Cultura Política* (CP), que circulou entre março de 1941 e outubro de 1945, durante o apogeu e o final do Estado Novo. A orientação metodológica que utilizamos baseia-se nos estudos de Gramsci, porém evitando cair em ortodoxias.

No primeiro capítulo, encontra-se o projeto de pesquisa. Procuramos dar destaque aos conceitos que empregamos e que nos servem de orientação teórica na análise. Alguns recebem tratamento mais pormenorizado, enquanto outros, uma curta definição. Isso ocorre por motivos especiais, que visam delimitar melhor o alcance da pesquisa; conseqüentemente, aos conceitos mais polêmicos reservou-se espaço maior, a fim de precisar o significado específico com que são empregados. Já os conceitos de natureza mais técnica, recebem atenção reduzida.

Ainda neste capítulo, estão as hipóteses e a metodologia adotada.

As hipóteses podem ser sintetizadas em uma hipótese geral, que chamamos de *tese principal*. Esta pressupõe a existência de dois discursos diferentes e complementares em CP. O primeiro justifica o Estado Novo na sua forma ditatorial e o segundo define as obrigações e deveres que o Estado deveria manter no futuro: este é institucionalizador e o outro, institucionalizado.

Com a metodologia, estabelecem-se as premissas, completando em parte o que foi feito quando da análise dos conceitos utilizados. Além disso, ela revela a orientação seguida e delimita o alcance da dissertação. Em seguida, são definidos os procedimentos que orientam o corpo principal da dissertação: capítulos III e IV. Sobressai, neste ponto o conceito de *valores aglutinadores*, que permitem reescrever o discurso ideológico de CP e analisá-lo.

No segundo capítulo, encontra-se o contexto histórico-ideológico da década de trinta e a inserção de CP. Não pretendemos realizar nenhum estudo exaustivo da bibliografia referente e muito menos abarcar toda a realidade factual que queremos contextualizar. O objetivo é muito mais modesto, pois busca definir um esquema analítico que enquadra o proceso de construção do Estado (state building) na correlação de forças para, em seguida, definir o campo ideológico e intelectual. Privilegia-se então o trabalho dos pensadores autoritários, com o objetivo de definir o papel de CP — enquanto "aparelho editorial de hegemonia" — e delimitar seu campo de ação. Por conseguinte, a finalidade do capítulo é restrita e esquemática, pois não se trata de rever a historiografia sobre o período de 1930 a 1945 mas apenas enquadrar CP dentro de seu contexto, ou seja, problematizar a própria ideologia da revista.

O terceiro e o quarto capítulo constituem o corpo principal da dissertação. O terceiro descreve a ideologia de CP a partir dos valores aglutinadores: a *Unidade Nacional*, o *Estado Forte* e a *Organização Nacional* dariam ao País uma *Unidade de Direção* que criaria o meio adequado ao *Progresso* e, conseqüentemente, surgiria a "grande nação" ou a "grande potência". Ainda neste capítulo, os qualificativos que o Estado Novo e Getúlio Vargas recebem são utilizado para construir o conceito de *Estado Filantrópico* (aquele que consente, protege, auxilia, antes mesmo que lhe seja pedido) e são analisadas as implicações que resultam do uso daqueles qualificativos por CP.

O quarto capítulo descreve o conceito de *tradição e pensamento realista* utilizados pelos colaboradores de CP: as formas variadas com que são empregados e como servem a uma sõ finalidade. O liberalismo e a democracia são responsabilizados por todas as crises durante o Império e a República Velha. Isso porque não estariam ajustados à "tradição" e nem eram adequados à "realidade nacional". Dessa mesma forma são enquadados o comunismo e o fascismo.

Em seguida, demonstramos como funciona o discurso ideológico de CP. Por um lado, seu caráter historicista permite estabelecer a ligação entre a ideologia e a conservação das estruturas fundiárias. Por outro, a idéia de progresso define o tipo de transformismo que motiva tal discurso.

Finalmente, a partir do confronto entre o *discurso presente* e o *discurso ausente*, revela-se o caráter de classe das formulações teóricas de CP. Comprova-se então que a ideologia de CP não era apenas um ideário, atualmente fora de moda e até grosseiro, para justificar a ditadura estadonovista. Na realidade, CP constituía uma ação hegemônica destinada a unificar um bloco de poder latifundiário-industrial me diante determinado tipo de modernização.

I - PROJETO DE DISSERTAÇÃO.

A - OBJETIVOS

O objetivo geral desta dissertação é efetuar uma leitura gramsciana da revista *Cultura Política*. A publicação compreendeu 53 números, saídos mensalmente entre março de 1941 e outubro de 1945, e manteve sua periodização mensal, com exceção do último ano.

O estudo se restringiu à análise técnica da revista e à interpretação do seu conteúdo, isso a partir da seguinte perspectiva teórica: CP foi um aparelho editorial de hegemonia para homogeneizar e tornar coerente o projeto político do bloco urbano-industrial-latifundiário no poder.

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo a que nos propomos atingir pode ser de composto nos seguintes objetivos específicos:

a) identificar a função da ideologia como instrumento nas mãos do Estado Novo;

b) analisar a concepção do mundo que a ideologia veiculava como sendo permanente e ideal;

c) verificar o processo de passagem da ideologia de instrumento justificador do regime estadonovista a agente gerador de nova concepção sobre a natureza e organização do Estado; da relação deste com a sociedade, economia e cultura;

d) examinar a criação de processo hegemônico associado ao discurso oficial;

e) vincular a ideologia da revista à relação existente entre Estado e sociedade;

f) investigar os mecanismos ideológicos de convencimento da primazia do Estado, relacionando ideologia e bloco histórico estatizante com a necessidade de tornar homogêneo o Estado;

g) mensurar o papel da idéia de progresso no discurso ideológico;

h) examinar em que grau está materializada na ideologia uma aspiração ao progresso, que coloca ao Estado o dever de promovê-lo.

B - JUSTIFICATIVA

Na terceira década do século XX, as críticas ao liberalismo promovidas pelas ideologias autoritárias haviam conduzido a maioria das nações européias para regimes de força. É o fenômeno conhecido como "maré direitista". No Brasil, o liberalismo foi acusado de responsável pela incapacidade do Estado em forjar uma sólida unidade nacional. A partir de 1930, o País vive um processo de fortalecimento e ampliação do aparelho estatal. O estatismo torna-se uma característica dominante na sociedade brasileira.

O Estado Novo foi a síntese, o compromisso possível entre forças sociais e políticas que se confrontaram no pós-trinta. O historiador Edgard Carone percebeu muito bem a ação consciente e necessária do regime em buscar uma ideologia que desse ao Estado um sentido e uma direção unitária, coerente e permanente. Para ele, "a movimentação das massas populares, a confusão de valores das classes dirigentes e a ação do Estado como forma de propaganda e pressão" contribuíram para dar aos intelectuais um importante e destacado papel no regime varquista.¹

A revista *Cultura Política* (CP) resultou de um desses momentos em que o regime buscou congregar um número considerável de intelectuais em torno de um projeto ideológico consciente. O padrão editorial, a diagramação, a abrangência do conteúdo temático, a alta remuneração dos colaboradores e a excelente qualidade da publicação demonstram a importância atribuída à revista pelo Estado Novo.

Apesar de se tratar de uma reflexão teórica acerca da ideologia, partimos da análise empírica do discurso da revista, confrontando-o com a correlação de forças sociais e políticas e com o processo de construção do Estado interventor. Assim, acreditamos contextualizar a ideologia de CP, contribuindo para a Ciência Política — fornecendo subsídios para o debate sobre o problema da relação entre Estado e sociedade — e para a historiografia — no que se refere aos estudos teóricos da ideologia, aos quais somente nos últimos

anos ela tem dado importância.

Não existem estudos específicos sobre CP. O livro coordenado por Lúcia Lippi de Oliveira, *O Estado Novo, ideologia e Poder* (Rio, ZAHAR, 1982), contém estudos apenas parciais sobre o pensamento de Almir de Andrade e Azevedo Amaral, bem assim sobre a "configuração do campo intelectual" a partir da análise comparada entre CP e a revista *Ciência Política*, editada na mesma época. Mais próximo do que propomos, contém dois textos de Ângela Maria de Castro Gomes — "O redescobrimento do Brasil" e "A construção do Homem Novo" —, que estuda alguns aspectos temáticos de CP: o problema da democracia e do trabalhador brasileiro.

Outros estudos que se referem a CP, porém tendo em vista a questão da "Marcha para o Oeste" e o problema da sacralização da política, são os livros de Alcir Lenharo (*Colonização e Trabalho no Brasil*, Campinas, Unicamp, 1985 e *Sacralização da Política*, Campinas, Papirus, 1986). Fora isso, o que temos são apenas citações em artigos de periódicos ou de coletâneas gerais a respeito do pensamento brasileiro.

Sobre o problema da relação Estado e sociedade, constata-se uma multiplicidade de propostas interpretativas. Entretanto, prevalece a mesma matriz reducionista de considerar o Estado como fator determinante na produção do ordenamento sociopolítico, cultural e econômico, bem como do processo global de mudança na sociedade brasileira, ocupando os grupos sociais um pequeno ou nenhum espaço de atuação. Destaca-se a preocupação histórica dos intelectuais brasileiros com o problema do atraso econômico, da dependência e do autoritarismo. Não se deram conta, porém, ao longo do tempo, da importância do papel que desempenhavam e da relevância da ideologia na configuração geral da formação social brasileira.

A maioria dos estudos estabelece uma fórmula polarizada, tipológica e classificatória, prevalecendo um dos

elementos sobre o outro: Estado forte, então sociedade fraca ou sociedade fraca, então Estado forte. Criou-se assim, para essas análises, uma série de dicotomias dos tipos: cooptação/representação, patrimonialismo/federalismo, permanência/transformação, modernização conservadora/renovação, poder público/poder privado, por exemplo. Entretanto, questionamos se é possível compreender integralmente a vinculação entre os dois elementos da superestrutura (Estado e Sociedade) e desta com a estrutura material, a partir daquelas dicotomias. Para nós, o problema não se resolve enquanto não se entender a vinculação orgânica existente entre esses fenômenos da superestrutura e da infra-estrutura, o que passa pela análise do papel da ideologia dentro da correlação de forças sociais e políticas.²

Neste sentido, é importante conhecer e criticar a ideologia de um período histórico, para fugir dos condicionamentos que ela pode exercer sobre a subjetividade do pesquisador. Quanto mais conhecermos a concepção do mundo que orientou toda a produção de documentos, normas de conduta e pensamento de uma época, "melhor conheceremos quantitativa e qualitativamente as propriedades do objeto".³

C - ANÁLISE DOS CONCEITOS UTILIZADOS

1 - Autoritarismo

Os termos *autoritário* e *autoritarismo* são utilizados pelas ciências sociais e políticas para designar regimes que utilizam a força, privilegiam a autoridade, diminuem o consenso e concentram o poder político nas mãos de poucas ou de uma só pessoa, ao mesmo tempo que eliminam ou tornam secundárias as instituições representativas.⁴ O termo *autoritarismo*, da mesma forma que *ditadura* e *totalitarismo*, é utilizado para acentuar a ausência das "liberdades democráticas", comuns às democracias ocidentais.

Entretanto, o Estado só é adequadamente compreendido se tomarmos uma outra perspectiva, que não a da democracia liberal dos países desenvolvidos. É necessário, ainda que não seja suficiente, levarmos em conta o processo de "state building" a partir da correlação das forças sociais e políticas que lutam para concretizar interesses particulares.

Toda sociedade de classe ou aquela em que existem dirigentes e dirigidos, governantes e governados, relações burocráticas e hierarquizadas, é autoritária em suas relações, pois parte do pressuposto de que o comando deve comandar e os subalternos devem obedecer. Isso a começar pelo "despotismo de fábrica"⁵ até a repressão da sexualidade da mulher. Contudo, em determinados momentos históricos, o Estado, que é sempre coercitivo, tende a assumir a forma coativa e a justificá-la eticamente. Naqueles momentos, o consenso e a força tornam-se praticamente indiferentes.⁶

Para designar tal situação, usaremos o termo *ditadura* e suas variações, no lugar de *autoritário* e suas variações. O termo "ditadura" também indica os regimes não-democráticos, porém tem a vantagem de eliminar o juízo de valor que o uso do termo "autoritário" pressupõe porque não impli

ca considerar as democracias representativas como sendo não-autoritárias.

O poder e a autoridade do Estado convertem-se em ditadura nos momentos de crise. A concentração de forças em reduzidas esferas decisórias permite administrar o conflito aberto e equilibrar as forças políticas. No caso específico do Brasil, nos anos trinta, a ditadura foi utilizada para implementar um projeto industrializante e modernizador; trata-se portanto, de um cesarismo progressista. (Uma ditadura em que os aspectos transformistas sobrepõem-se aos restauradores e que constrói uma base de apoio popular.)

Segundo Gramsci, o fenômeno do cesarismo ocorre quando duas forças oponentes, que desejam converter seus interesses particulares em interesses coletivos, anulam-se reciprocamente pela incapacidade de uma vencer a outra. Com a intervenção de uma terceira força, aliando-se ou não a uma das duas oponentes, ocorre um equilíbrio que modifica a correlação das forças em confronto. Nesta situação, o aparelho do Estado concentra em suas mãos atribuições que antes pertenciam aos grupos e classes sociais.

A ditadura não tem poder suficiente para produzir mudanças que ameacem as relações sociais dominantes. Entretanto, o transformismo produz alterações no aparelho produtivo e de trocas, que farão surgir a médio prazo modificações na correlação de forças internas; essas modificações, aliadas ao rearranjo na correlação de forças internacionais (como ocorreu com a vitória aliada na II Guerra), destruirão as bases da ditadura. Mas isso fica obscuro para a maioria dos atores políticos, principalmente para os atores sociais, o que, na verdade, é um dos requisitos para que a ditadura possa consolidar-se e tornar-se operacional em relação ao projeto que pretende implementar. Nesse caso, ela se apresenta para aqueles que nela depositam suas aspirações e que a justificam, como algo realmente acima das classes, uma força externa à sociedade.

Portanto, o termo "autoritário" e suas variações se rão empregados com uma função descritiva e no sentido que lhes deram aqueles que, no Brasil, durante a primeira metade deste século, se intitularam autoritários ou designaram o regime e sua ideologia de autoritários. Este emprego tem o mesmo sentido de contraposição à liberal-democracia que lhes atribuíram sociólogos e cientistas políticos, porém com uma valoração positiva que serve também para contrapor-se ao totalitarismo (autoritarismo negativo).

2 - A autonomia do Estado

O Estado ("sociedade política" em Gramsci), enquanto estrutura material, é uma organização constituída por instituições, normas e condutas que se referem ao fenômeno estatal e não, ao social. Ele possui características próprias que lhe dão uma *vida autônoma*, independente, das relações sociais propriamente ditas às quais se liga através das relações políticas. Essas características são definidas pela Carta Magna e decorrem do poder de tomar ou determinar decisões e da capacidade de obrigar o destinatário dessas decisões a obedecer, pela presença de uma burocracia civil e militar obediente a um comando e sujeita à Constituição e pela distribuição de recursos monetários e materiais.

O Estado seria também o *locus* de unificação das classes dominantes, que, segundo Poulantzas, constituiria "o fator de coesão dos níveis de uma formação social" ⁷ e, portanto, um fator de "ordem" e um "princípio de organização".

Entretanto, o Estado é também a expressão política, econômica, social e cultural de uma determinada concepção de mundo. Esta tem origem em um núcleo dirigente que unifica frações de classe em torno de si, organiza o Estado e coordena a sociedade. Por tudo isso, o Estado é um processo em contínua construção que tanto pode ocorrer no sentido sociedade

civil - sociedade política como no sentido inverso. Isso vai depender de o núcleo dirigente ter o poder do Estado ou de seu poder derivar do fato de estar no Estado.

Segundo Poulantzas, quando o papel determinante de uma formação social é exercido pelo econômico, o Estado se restringe a seu papel especificamente político, e sua função econômica fica "sobredeterminada" (determinação em "última instância"). Porém, quando sobressai a função econômica do Estado, é porque o papel determinante de uma formação social "cabe ao político".⁸

Se a função do Estado é ampliada, unindo-se o político e o econômico, ele se torna uma força diretiva de toda a sociedade. O máximo de capacidade de direção dependerá da perfeita correspondência entre as diretrizes do núcleo dirigente e a obediência dos organismos executores e fiscalizados. Para isso, ele terá que modificar hábitos, condutas, formas de pensamento, convicções enraizadas, ou seja, desenvolver uma ação hegemônica.

Dessa maneira, forma-se, o "centauro maquiavélico", junção da força com a autoridade. A primeira elimina aqueles que se colocam contra a vontade estatal, enquanto a segunda realiza a ligação entre o comando e os subordinados.

O Estado torna-se um "animal fabuloso", temido e admirado por todos. Este é o fenômeno da *estatolatria*, explicitado por Gramsci como postura diante do Estado em sentido restrito, que o identifica com toda a formação social (Estado em sentido amplo). Em outras palavras, designa o que os ideólogos autoritários chamam de *Estado-nação*.

Numa situação em que sobressai a função econômica do Estado, a disputa pelo controle do governo torna-se crucial nos momentos de crise. Quanto menos estáveis forem as forças que ocupam posição alta, mais o controle sobre a máquina do Estado favorecerá a força que se apoderar dela.

A ditadura estabelece uma direção mínima ao Estado, na medida em que representa a ação de uma terceira força, cu

jos interesses não serão prejudicados pela opção política que encontre consenso na sociedade global e que traga maior segurança para as estruturas sobre as quais se assenta seu poder privado. Por conseguinte, esta terceira força terá maior soma de poder político do que aquele fornecido pela sua base material de sustentação.

A autonomia do Estado significará, então, que o aparelho estatal (burocracia, corpo diretor e intelectuais-funcionários) passou a influir sobre as relações sociais e sobre a estrutura produtiva, como mediador e ao mesmo tempo parte delas. Dessa forma, os interesses defendidos pelo Estado deixaram de ser apenas a concretização de uma determinada hegemonia construída a partir das lutas políticas fora do aparelho de Estado.

Entretanto, o Estado não é autônomo em relação às forças sociais dominantes, determinadas pela estrutura material de produção — estrutura fundiária, industrial, comercial, financeira e serviços — e nem com relação às forças políticas — aquelas que alcançaram o estágio no qual podem disputar a direção do Estado e da sociedade. Ele resulta da correlação dessas forças e expressa um determinado equilíbrio de compromisso possível entre elas, num determinado momento histórico.

Os limites da autonomia estatal localizam-se na sua impossibilidade de impor, às forças políticas adversárias do núcleo no poder, mais do que elas seriam capazes de aceitar. Isso porque esse núcleo não é tão forte que possa resistir a uma contra-ofensiva, o que faria o conflito retornar. Mas, ao mesmo tempo, é necessário que a ditadura conte com a vantagem de o adversário moderar sua posição e suas ações para evitar os riscos de ruptura do conjunto das relações sociais dominantes; é preciso também que os interesses beneficiados confiem em que a terceira força lhe servirá aos propósitos.

No Brasil, essa terceira força é constituída pelo setor agrário tradicional (latifundiário e não-exportador),

que por isso detêm um poder político superior ao seu papel socioeconômico. A postura dessa fração da classe dominante determinará o rumo a ser seguido pelo Estado. Tal rumo, será o de menor risco para as relações sociais que asseguram o seu poder privado.

O Estado brasileiro, de instrumento dos interesses e domínio da fração agroexportadora, a partir dos anos trinta, torna-se promotor do "progresso nacional": industrialização e modernização. Isso só foi possível na medida em que adquiriu autonomia e incorporou um projeto autoritário que beneficiava o setor urbano-industrial interno, bem como era visto como a solução dos "problemas nacionais".

3 - Autonomia intelectual

Num contexto de autonomia do Estado e de transformismo, sobressai o papel dos intelectuais. Eles são os produtores da ideologia (um projeto político para a sociedade e o Estado) e exercem função organizadora na produção cultural, político-administrativa, militar, econômica, social. Estão graduados segundo a competência, a influência e o papel que desempenham nesse processo de organização: vão desde os criadores, passando pelos executores até os simples divulgadores.

A autonomia dos intelectuais circunscreve-se à sua capacidade de formulação de valores, metas e obrigações políticas, socioeconômicas, culturais e éticas, que não derivam imediata e diretamente dos interesses de uma determinada classe ou fração de classe dominante e nem das estruturas materiais de produção.

As estruturas materiais e as forças sociais e políticas que delas derivam funcionam como limites para a autonomia dos intelectuais, que, caso as ultrapassem, serão excluídos da posição que ocupam. Respeitados esses limites, têm liberdade de ação. Os intelectuais a quem nos referimos são

tanto o núcleo dirigente que se torna núcleo no poder na medida em que controla o poder do Estado e o poder no Estado, como os intelectuais encarregados de formular o ideário deste núcleo dirigente.

4 - Ideologia

Os estudos gramscianos fornecem uma concepção de ideologia mais ampla que o sentido utilizado geralmente por politicólogos e cientistas sociais.⁹ Estes adotaram a ideologia como conceito neutro e funcional, para designar as crenças e valores ligados a partidos, governos ou grupos sociais, de tal forma que o "ideológico" é contraposto ao "pragmático", ao "objetivo", e ao "científico". Por outro lado, a visão obtida de tais estudos permite romper com uma conceitualização de ideologia como sistemas de idéias, como representação ilusória do real, como falsa representação, como falsa apresentação, como reflexo a nível simbólico das relações dominantes, como condicionamento social do conhecimento.

Gramsci não desconhece que as ideologias arbitrárias, racionalistas e "desejadas" existem e estão presentes como realidade social.¹⁰ Todavia, distingue-as das ideologias historicamente necessárias a determinada estrutura material, à construção do Estado e à hegemonia. Estas teriam valor "psicológico", existência concreta, organizariam massas humanas, formariam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam.¹¹

Por conseguinte, as idéias são apenas parte da ideologia e, mesmo neste sentido restrito, não emanam diretamente do indivíduo, pois da mesma forma que este está limitado em sua autonomia, o seu discurso estará limitado pela necessidade de justificar o comando e a obediência em uma determinada relação de poder. Da mesma forma, as idéias não expressam diretamente o caráter da classe dominante, mas são "ge

ralmente o resultado da relação de forças entre frações do bloco dominante" no nível da sociedade global.¹²

O critério que utilizamos não é o da verdade ou falsidade da ideologia para com a realidade mas sua função e eficiência em unificar classes, frações de classes e categorias sociais heterogêneas, em posições de domínio e subordinação. Portanto, o sentido tomado é o de ideologia como realidade objetiva, operante e "orgânica", enquanto parte da ideologia historicamente necessária sobre a qual Gramsci escreveu.

O conceito de ideologia que nos guiará neste trabalho pressupõe:

a) os aspectos conscientes e inconscientes, explícitos e implícitos, materializados em práticas e instituições ou que se deseja ver materializados;

b) as normas culturais aceitas e aquelas que se queriam ver aceitas, as normas políticas, sociais e econômicas;

c) a concepção sobre o homem, os padrões de comportamento individual, grupal e coletivo considerados corretos;

d) as aspirações individuais e coletivas;

e) os valores aglutinadores que se deseja infundir;

f) os valores morais, as interpretações da realidade passada, presente e as aspirações para o futuro;

g) a concepção unificadora de todas as proposições anteriores.

5 - A Idéia de *Progresso*

A idéia de progresso é característica dominante a contar do século XVIII; porém, alguns estudiosos vão buscar suas origens na junção do pensamento greco-romano com o juda

ísmo, como Robert Nisbet.¹³ Outros a localizam na passagem do século XVIII para o seguinte, quando a idéia está associada ao pensamento liberal de Adam Smith, Turbot, Condorcet.

No século XIX, a idéia de progresso ganhou impulso significativo com o positivismo comteano, o evolucionismo Spenceriano e o historicismo alemão. Já nas quatro primeiras décadas do século XX predomina a concepção historicista de progresso.¹⁴

Afastando-nos de injunções de ordem históricas e da polêmica historiográfica a respeito, identificamos, a partir das características apontadas pelos estudiosos,¹⁵ algumas constantes que formam a idéia de progresso:

- a) avanço do passado através do presente rumo ao futuro;
- b) delimitação do período considerado;
- c) o tempo visto como entidade real e unilinear;
- d) são as tendências predominantes que se manifestam: realização de um atributo do passado;
- e) processo contínuo, necessário e natural de avanços para etapas superiores e melhores que as anteriores; fruto da evolução;
- f) a "arte do tirano" (controle pela força) substituída pela "arte do estadista" (aceitação livre dos governados) (Platão. *As Leis*);
- g) decorrência de um ambiente propício;
- h) denotação de esperança e fé no futuro melhor;
- i) tempo irreversível, "pouco a pouco" realizando o que estava no início;
- j) crença no poder da ciência e da tecnologia;
- l) felicidade material e terrena do homem;
- m) educação como fator de intensificação do avanço e da melhoria da sociedade no tempo;

n) conflito como fator que faz emergir o progresso (a "cidade de Deus" vs. "cidade do homem", "liberdade" vs. "necessidade", etc);

o) aceitação da idéia de progresso como dogma; só assim ela tem força operacional.

A idéia de progresso implica um sistema valorativo que é aplicado num determinado tempo, utilizando padrões de medida fixos e padrões de valores específicos.¹⁶

Esse caráter essencialmente valorativo, implicado na idéia de progresso, torna-a uma idéia ambígua, até mesmo sem significado e, portanto, de caráter puramente ideológico. Ela funciona como antinomia ao radicalismo, a qualquer tipo de radicalismo. Para Theodor W. Adorno, o conceito de progresso visaria apenas "impedir o triunfo do mal radical".¹⁷

Entretanto, como observou E. Thompson, quando o conceito de progresso pressupõe o presente como um atributo do passado se realizando, desempenha um papel "pior" do que quando não tem significado, por tratar de uma forma de historicismo que quer dar significado ao presente e, portanto, "uma posição de valor em busca de sua própria genealogia".¹⁸

Conhecendo os limites e as constantes que caracterizam a idéia de progresso, estabelecemos a premissa de que ela teria funcionado como "fio condutor" do pensamento CP. Isso, nas vertentes historicista e cientificista e, portanto, não só como realização de um atributo do passado mas como melhoria constante no nível material e social dos homens.

6 - Correlação de forças

O conceito de correlação de forças, segundo Gramsci, implica três níveis distintos de relações.

O primeiro nível determina a correlação de forças

sociais que se originam da estrutura material de produção de uma determinada formação social concreta. Essa estrutura está defasada em seus níveis de desenvolvimento, pois nela convivem formas modernas de acumulação capitalista (por exemplo, a empresa monopolista com formas pretéritas de propriedade (por exemplo, o latifúndio improdutivo).

A posição que cada grupo ou classe ocupa nessa estrutura determina seus interesses corporativos últimos (aqueles dos quais os grupos dominantes não abrem mão e que interessam aos subalternos destruir), sua força econômica, social, cultural e política e a consciência que desenvolvem. Da mesma forma, a estrutura determina os limites concretos de atuação das forças sociais e políticas.

Aqueles que estão presos aos seus negócios particulares, que só se atêm às questões de natureza econômica, que somente se mobilizam sob o comando de outrem e que só fazem isso quando se sentem ameaçados em suas posses ou interesses materiais constituem os grupos sociais de consciência corporativa ou exclusivamente econômica.

A consciência de classe é característica daqueles grupos sociais que desenvolvem formas organizadoras permanentes, que se identificam como classe social específica e possuem reivindicações que interessam ao conjunto dos pares. Este se mobiliza sem a necessidade de uma força externa ao grupo, a fim de influenciar a legislação que será feita ou para modificar aquela que existe, procurando adequá-la aos seus interesses. Contudo, aqueles grupos ficam presos ao economismo e são incapazes de estabelecer alianças em que sejam a força hegemônica, porquanto se apresentam como interesses particulares e não como interesses universais.

O segundo nível de relações é estabelecido pelas forças que atingiram a consciência política. Estas determinam a correlação de forças políticas. Isso ocorre quando classes ou frações de classes atingem a capacidade de exercer a ação hegemônica com vistas a estender seus interesses para a

sociedade global (sociedade política mais sociedade civil). Entretanto, a estrutura material de produção funciona como limite neste caso. Uma vez que o conflito se dê entre frações dominantes, os interesses corporativos últimos (a propriedade privada e as relações sociais dominantes) funcionam como limites, obrigando-as a moderarem suas ações em função da própria preservação do sistema social de onde origina seu poder.

O terceiro nível é determinado pela correlação das forças internacionais. Estas dependem do poder militar de cada país, da sua posição na divisão internacional do trabalho, da sua capacidade diplomática. Os interesses externos a um país poderão determinar novo equilíbrio entre as forças internas, segundo a conveniência da força internacional.

Por conseguinte, como afirma Poulantzas, o poder político não deriva mecanicamente do poder econômico e, portanto, "a redução da capacidade de uma classe de realizar seus interesses econômicos específicos não se traduz diretamente em uma perda de poder político ou ideológico e vice-versa. Por outro lado, um aumento do poder econômico de uma classe não significa diretamente um aumento do seu poder político ou ideológico".¹⁹

Tendo em vista essa orientação, partimos da premissa de que o Estado é uma superestrutura complexa e contraditória, gerada pelo processo constitutivo do modo de produção capitalista. Não se sobrepõe à estrutura material e muito menos deriva mecanicamente dela. Na verdade, relaciona-se dialeticamente com ela, compondo uma formação social concreta, onde interagem formas pretéritas e presentes de produção, sociedade, política e cultura, submetendo-se, ainda, à correlação das forças internacionais. Da mesma forma, não é possível estabelecer o caráter de um Estado e seu núcleo dirigente a partir da ascensão ou do descenso do poder econômico de uma classe.

Em consequência disso, podemos afirmar que as relações sociais dominantes s^o o s^o porque no seu conjunto as classes economicamente proprietárias dos meios de produção são dirigentes politicamente em relação ao conjunto das classes subalternas. Portanto, o conflito político entre as frações da classe dominante tende a se circunscrever à disputa pela direção do aparelho estatal, evitando-se que extravase para o campo das relações sociais. Desta maneira, o Estado se amplia como forma de enquadrar todos os interesses em disputa e impedir que a contradição entre eles provoque a ruptura do sistema social.

Assim, o choque entre interesses de frações da mesma classes ou de diferentes classes — que competem entre si no cotidiano — com interesses da "sociedade" (fruto de um acordo de compromisso já alcançado entre interesses dominantes) ou com o Estado, pode produzir uma desarticulação do aparelho estatal, caso ele não possa absorver os novos interesses. Isso resultará numa crise geral do Estado, ou seja, na quebra do equilíbrio que existia entre as forças políticas. Neste caso, a disputa pelo controle do governo torna-se fundamental, pois dará vantagem a uma das forças ou a uma aliança de forças, para que se consiga reequilibrar o conjunto das forças dominantes e impedir que os subalternos se aproveitem das brechas abertas pela crise.

A partir dessa orientação, procuramos analisar o contexto histórico-ideológico dos anos trinta e a revista *Cultura Política*, segundo a correlação das forças sociais e políticas que atuavam no Brasil e deram origem ao Estado Novo.

7 - Aparelho de hegemonia

A ação hegemônica exige a mobilização de intelectuais e estruturas materiais, envolvendo ainda recursos financeiros, pessoal administrativo e operários. Os aparelhos de

hegemonia são escolas, rádios, jornais, revistas, cinemas, mu seus, bibliotecas e, portanto, todos os instrumentos necessá rios ao predomínio de uma força política ou de um Estado.

8 - Posição política

A posição política de um indivíduo ou grupo social depende da autonomia ou da heteronomia de suas relações. Se o indivíduo ou grupo social age de maneira própria, se frui dos produtos materiais e espirituais da cultura e se exerce a autoridade acrescida por essa fruição, ocupa uma posição política alta. Por outro lado, se recebe uma concepção de mundo já elaborada e o faz de maneira acrítica e incoerente, se participa da realidade tal como ela se encontra, se sua adesão aos valores é afetiva e ética, se não possui os dispositivos de pensamento necessários para fazer a crítica, en tão possui uma posição política baixa ou subordinada.²⁰

9 - Historicismo

O historicismo contrapõe-se ao jusnaturalismo por que parte do caráter historicamente relativo das formas de organização política e social e, em consequência, dos valo res políticos. A história de um povo seria determinante dos comportamentos individuais e coletivos dos homens, contendo em si aspectos irracionais que a razão humana não pode per quirir. Por isso, seria impossível sujeitar as instituições sociais e políticas a normas abstratas e universalmente vá lidas para todos os povos e Estados. Essas instituições te riam caráter orgânico e inconsciente; portanto, deveriam cor responder às peculiaridades, à irredutível individualidade e à formação histórica particular do povo. O desenvolvimento

das instituições, por sua vez, seria incompatível com rupturas bruscas, pois teria na continuidade progressiva e sem saltos sua principal característica.

Destacam-se duas correntes: o historicismo romântico (Escola Histórica Alemã) e a doutrina alemã do *Estado potência*, de Ranke. A primeira afirma a existência do "espírito do povo" regendo a vida nacional, constituído não pela soma das vontades individuais mas por uma união orgânica e socialmente insondável, uma convergência de forças irracionais. Estas seriam o princípio criativo de cada povo, que determinaria a particularidade de suas instituições sociais e políticas. A segunda, apesar de concordar que toda experiência estatal resulta da peculiaridade de cada nação, do "espírito do povo", considera relevante a posição de poder do Estado no sistema de Estados.²¹ Daí advêm as noções de Estado-Potência, grande-potência e Estado-Nação, em que o Estado seria a corporificação da realidade nacional.

No século XIX, o historicismo apropriou-se da idéia de progresso temporal como progresso ideal. O idealismo alemão considerou o progresso como uma necessidade histórica que independente da vontade humana e que a condiciona. Por conseguinte, não haveria liberdade de escolha, porque não haveria alternativa, sendo que a liberdade seria aceitar o rumo imposto pelo progresso histórico.

O progresso é visto como um processo de conservação e inovação. Os homens têm apenas a capacidade de acelerar o processo histórico na medida em que criem um ambiente propício às forças históricas. Logo, os homens não podem contrariar o sentido da História, a fim de obter as condições de progresso — estágios superiores e melhores para o homem e a sociedade.

O historicismo fornece à idéia de progresso um conteúdo conservador, recuperando o conceito de *tradição*. Isso sem cair no tradicionalismo, que condena radicalmente a idéia de progresso. O culto da tradição tem um sentido preciso: vi

sa contrapor-se ao caráter autotransformador das relações de produção, à tendência à crescente autonomia dos indivíduos e grupos sociais, que poderiam subverter as superestruturas.

Isso levou-nos à seguinte reflexão: o que é vital conservar e sob qual tradição? Por que a conservação tem que ser essa e não aquela? O que está por trás das acusações de anti-histórico, antinacional, irreal, etc., dirigidas contra os adversários? O que o passado conserva não resulta da vontade arbitrária construída pelo discurso ideológico ou de escolhas volitivas mas da correlação das forças sociais e políticas. O que ora resulta do passado, como um dos seus elementos, não poderia ter sido definido a priori; mais do que isso, não é possível afirmar que todo o passado justifique o presente nem que este seja resultado de todo o progresso que lá ocorreu. O capitalismo foi sempre apresentado como o motor e o apogeu do progresso, quando na verdade foi tão somente o beneficiário da expansão da vida material e da economia de mercado.²²

Por conseguinte, o historicismo tem a função de controlar a potencialidade das novas forças sociais emergidas com a política transformista. Neste sentido, a idéia de tradição e de progresso não seriam contraditórias, mas serviriam ao processo de conservação-inovação ou restauração-revolução. No capítulo IV, analisaremos o discurso de *Cultura Política* a partir dessas premissas, procurando responder aos questionamentos contidos nas reflexões que levantamos há pouco.

10 - Hegemonia

"Ter hegemonia é assegurar a direção intelectual e moral do processo político-social, ou estabelecer a supremacia de uma forma de unidade do pensamento e da vida que se expresse em uma concepção do mundo".²³ Portanto, a hegemonia

seria essencialmente a capacidade de direção política, de se fazer guia legítimo de uma sociedade e Estado. Isso implica que a maioria dos governados consintam ativa ou passivamente com as diretrizes e obrigações impostas pelo núcleo dirigente. Gramsci distingue hegemonia de dominação, pois este último termo implica imposição coativa do comando que obriga o destinatário a obedecer pela força.

Se a hegemonia se exerce sobre membros da própria classe e grupos aliados, a dominação será exercida contra grupos antagônicos. A proporção entre hegemonia e dominação, combinadas numa formação social concreta, dependerá do nível de desenvolvimento da sociedade civil. Quando esta for altamente articulada por diversas organizações privadas, como acontece nas democracias desenvolvidas, a hegemonia é o elemento privilegiado e exercerá o papel central; quando o Estado desempenha o papel político-econômico de articulação da sociedade civil e o nível de contradição sobressai, o papel da dominação será privilegiado. Ainda assim, os dois níveis sempre manterão certa proporção: mesmo que seja necessário empregar a força em determinado momento, ela não poderá perdurar por tempo indefinido e, portanto, terá que ser seguida da ação hegemônica.

Por outro lado, "a hegemonia de uma classe ou fração de classe sobre as demais que compõem o bloco do poder dominante faz com que cada uma renuncie aos seus interesses imediatos, interesses econômico-corporativos, em benefício do comum interesse político pela exploração e domínio das classes subalternas. A hegemonia atua como princípio de unificação dos grupos dominantes e, ao mesmo tempo, como princípio de disfarce do domínio de classe".²⁴

A partir dessa premissa, foi possível definir o papel de CP no seio do próprio bloco do poder dominante, principalmente para coibir a tendência à crescente autonomia das gerações que nasceram com a República.

11 - Valores aglutinadores

O Estado é o modo de constituição e de organização das classes dominantes, não apenas porque estas têm a posse dos meios de produção mas porque controlam também os instrumentos conceituais do pensamento, as suas instâncias formuladoras e os aparelhos de hegemonia. Além disso, elas conseguem fazer com que seus valores sejam aceitos pela maioria da população, pois são as classes dominantes que formulam os "valores nucleares" que soldam uma sociedade global. Isso advém não só do poder econômico mas da capacidade política, acumulada geração após geração, das classes dominantes de dirigir e *obrigar*, política, socioeconômica e culturalmente uma sociedade a se submeter.

Os valores nucleares são aqueles que se originam da concepção de mundo dominante e constituem o sistema de "valores comuns ao todo social", apesar da divisão da sociedade em classes. Eles são aceitos independentemente de posição política, com maior ou menor adesão ética. É a partir deles que os atores políticos e sociais ou aceitam ou rejeitam uma determinada ordem social. É igualmente a partir deles que os valores particulares são formados e os indivíduos, educados. Portanto, são os valores que estabelecem a coesão de um grupo nacional, permitem a preservação do todo social e evitam que a oposição aberta tenda para a desagregação total da sociedade, de tal forma que não se transmitam mais as "forças de produção, de capital e de formas sociais de comércio", do qual falava Marx.²⁵

A partir dessa noção de "valores nucleares", formulamos o conceito similar de *valores aglutinadores*. Tal conceito visa definir aqueles valores que desempenham um papel central na armação do discurso ideológico e que refletem, a nível das idéias, a ação hegemônica do núcleo no poder, visando redimensionar os "valores nucleares". Dessa forma, adotamos o conceito de "valores aglutinadores" para construir a metodologia de análise de revista *Cultura Política*.

12 - Ação hegemônica

Utilizamos essa expressão tal como ela se apresenta nos escritos gramscianos: ação para mudar, corrigir, aperfeiçoar "as concepções do mundo em cada época determinada e, consequentemente, mudar as normas de conduta a elas relativas e conformes, ou seja, para mudar a atividade prática em seu conjunto".²⁶ É esta ação que ao deparar com outra contraposta produzirá os confrontos e determinará os acordos entre os que possuem a capacidade de disputar a hegemonia dentro da sociedade global. Ainda segundo Gramsci, a adesão dos simples ocorre de modo mais afetivo, ético, do que consciente; depois de absorver uma determinada concepção de mundo, que irá dominar a sua consciência heteronômica, não se afastarão dela por nenhum argumento racional — Gramsci dizia ser uma adesão "religiosa".²⁷ Por outro lado, aqueles que ocupam posição política alta devem ser enquadrados constantemente, disciplinados coercitivamente e até coagidos, para que seus impulsos não provoquem rupturas no sistema social.

Por isso, a organização da cultura torna-se um dos aspectos fundamentais na ação hegemônica do núcleo no poder. Organizar é, para Gramsci, adequar formas de pensamento e elaboração do pensamento, formas de conduta e valoração e é também organizar todas as atividades e funções dentro da sociedade, bem como suas normas legais. Este trabalho caberia aos intelectuais, que seriam não só os que comumente são chamados assim, mas todos que exercem função organizadora.

A partir dessas premissas, definimos CP como ação hegemônica no campo teórico. Ela visava fornecer aos que ocupam posição política alta formas de pensamento e elaboração do pensamento que não só pudessem discipliná-los e unificá-los em torno dos valores aglutinadores, mas também fornecer-lhes um discurso para ser dirigido aos subalternos.

13 - Os conflitos

Os evolucionistas, positivistas e neopositivistas consideram o conflito social como uma anomalia ou perturbação do estado normal da sociedade, que consistiria no equilíbrio ou acordo harmônico entre os vários componentes da coletividade. Essa mesma visão foi partilhada pela maioria dos intelectuais brasileiros que se formaram de maneira autodidática, lendo pensadores como Comte, Spencer, Durkheim, entre outros. É essa a noção de conflito que se encontra em CP, que lhe contrapõe as noções de acordo, ajuste, equilíbrio, consenso e harmonia, além de outras, que são usadas em quantidade considerável ao longo dos cinco anos da publicação.

Independentemente da conceituação, os conflitos estão presentes na sociedade e o Estado procura submetê-los a regras que sejam aceitas, pelo menos passivamente, pelos portadores de interesses divergentes. O êxito em suprimir o conflito aberto dependerá da capacidade do Estado de obrigar os conflitantes a aceitarem suas regras e do seu poder de afastar aqueles que não se enquadrarem. Entretanto, a resolução dos conflitos não se realiza nem social nem politicamente e todas as vezes que sua supressão se dá por meio da força, a tendência é que eles retornem mais exacerbados. Por conseguinte ou o normal da sociedade é a "patologia" ou os defensores da sociedade harmoniosa estão errados.

14 - Comunicabilidade

O conceito de comunicabilidade implica a capacidade de o agente da ação hegemônica descer ao nível do destinatário, falar-lhe a linguagem adequada. O instrumento utilizado deve ser o código conhecido e com o qual o destinatário esteja acostumado. A comunicabilidade não leva em conta apenas a mensagem, os valores aglutinadores que se querem aceitos, mas

o referencial necessário para que ela seja compreendida.

Esse conceito permitiu que a análise não se restringisse somente ao conteúdo do discurso ideológico, na busca de um ideário, mas também e principalmente que perquiríssemos o seu nexu ideológico, ou seja, sua comunicabilidade.

15 - Industrialização

O conceito de industrialização que utilizaremos é o de uso corrente pelos sociólogos e politicólogos.

"A industrialização não é um movimento espontâneo. Corresponde a uma vontade consciente de desenvolvimento e é um ato fundamentalmente agressivo para com o ambiente circundante, a começar pelo ambiente natural nacional cuja transformação se exige. A industrialização tardia, na qual o Estado exerce papel primordial, costuma-se contrapor o caráter espontâneo da primeira Revolução Industrial".²⁸

Os governos, nos processos de industrialização tardia, canalizam suas energias e recursos para a infra-estrutura desse processo e o sustentam politicamente, impedindo que ele provoque uma desintegração nacional; funcionam, portanto, não só como força promotoras também disciplinadora da industrialização. Porque "em si mesma, a industrialização não se apresenta como fator de democratização. Ao contrário, ela postula, pelo menos tradicionalmente, uma organização autoritária da sociedade".²⁹

Da mesma maneira, a industrialização não implica um processo de modernização; pelo contrário, este funciona como ponto de partida para aquela. Porém, a industrialização pode entrar em choque com a modernização, pelo seu caráter inicial desagregador.

O período de industrialização é caracterizado também pela impossibilidade de o sistema oferecer uma melhoria

do padrão de vida à maior parte da população. Por isso, so bressai o papel da ideologia, que se presta ao governo — que se comprometa com a industrialização — para justificar a au sência ou ritmo lento na melhoria das condições de vida do povo em relação à acumulação de riquezas. Neste sentido, to do ganho no padrão de vida do trabalhador por menor que se ja, será apresentado como obra do esforço governamental; por tanto, a ideologia serve para que o governo se apresente co mo compromissado com o "povo". A ideologia, neste caso, tem um sentido arbitrário e é uma falsa representação do real.

A compreensão desse papel do Estado e da utilização da ideologia como falsa representação contribuiu para que pu déssemos construir o conceito de *Estado filantrópico*.

16 - Modernização

A modernização é o conjunto de modificações políti cas, econômicas, sociais e culturais que ocorrem em determi nada sociedade, pela diversificação dos grupos sociais e au mento do número dos participantes políticos; pela consolida ção do poder do Estado em todo o território nacional; pela gradativa organização da sociedade civil; pela diversifica ção da produção econômica e pelo desenvolvimento de uma cul tura própria.

Nos países que se modernizaram tardiamente, o "elemento marcante deste tipo de modernização é que ou se realiza do alto por obra de indivíduos unidos por forte senso de sua missão e imbuídos por senti mentos de autoritarismo e de desprezo das massas, ou acaba por provocar um longo período de estagnação po lítica, porque o conflito entre elites agrárias e elites industriais se resolve num compromisso preju dicial à população, usada como massa de manobra por ambos os grupos, mas substancialmente excluída da participação dos benefícios, embora m̃nimos, produzi dos por este fraco ritmo de mobilização de recursos do país. Neste sistema, ou os intelectuais se confor mam em desempenhar a tarefa de legitimar ideologica mente o regime, ou são simplesmente marginalizados".³⁰

Portanto, a modernização implica a passagem de uma sociedade essencialmente agrária, em que a participação política é reduzida e a vida urbana secundária, para uma sociedade onde predomine a vida urbano-industrial. Nos países em que isso ocorreu tardiamente, o papel do Estado foi destacado, na medida em que através dele um núcleo dirigente pôde executar um projeto modernizador. Portanto, o papel dos intelectuais e o campo ideológico tornam-se importantes elementos para compreensão do processo de modernização em países como o Brasil dos anos trinta.

Os conceitos de industrialização e modernização permitiram-nos analisar objetivamente a distinção, que se encontra na revista *Cultura Política*, entre "progresso necessário" e "progresso geral", cujo conteúdo ideológico conseguimos identificar. Estas duas expressões traduzem a interpretação que intelectuais da década de trinta deram à opção do governo pela industrialização e ao processo mais amplo de modernização que ocorria.

17 - Revolução passiva

O conceito gramsciano de *revolução passiva* é utilizado, na investigação, como referencial analítico dos acontecimentos que ocorreram no Brasil, entre 1930 e 1945. Ele nos fornece o "nexo ideológico" do processo histórico em que está ausente a iniciativa unitária, coerente e transformadora das classes subalternas; como resultado dessa ausência, não haverá ameaça às relações sociais dominantes. Da mesma forma, não ocorre a instauração de um novo poder dominante em oposição antagônica à superestrutura de um modo de produção decadente, como aconteceu na "era das revoluções" burguesas européias.

Entretanto, existem na sociedade lutas sociais na forma de greves, manifestações de rua, "subversivismo esporá

dico", elementar e desorgânico dos subalternos. A "revolução passiva" pressupõe que algumas exigências levantadas no horizonte histórico das classes subalternas sejam atendidas no processo de restauração da ordem e que, ao mesmo tempo, a restauração seja um meio de impulsionar uma política de mudanças modernizadoras na sociedade. O objetivo último desse processo é garantir as relações sociais dominantes para o conjunto da classe possuidora (restauração) e redirecionar o processo de acumulação de capital no rumo dos interesses mais dinâmicos da sociedade e que melhor contribuam para estabilizar a ordem político-social (revolução). Portanto, o transformismo é limitado pelo interesse conjunto das classes dominantes em evitar que a base de sua dominação seja desagregada num processo contínuo de crise.³¹

São necessárias quatro etapas para caracterizar um processo de transformação política como "revolução passiva":

1ª) que esteja presente uma ideologia pressupondo de antemão o que a síntese reterá da tese, quando esta é superada pela antítese. Neste sentido, o transformismo significa a realização histórica de um "desígnio" presente no passado;

2ª) que existam pontos intocáveis, valores a serem respeitados pelos adversários. Estes elementos são fornecidos pela tradição, pela história anterior. Qualquer proposta que seja antagônica à classe dominante ou que seja audaciosa em excesso ou ainda que se a tenha exclusivamente aos interesses econômicos imediatos de frações da classe dominante será classificada de anti-histórica, antinacional, irracional e irreal;

3ª) derivada das duas primeiras, a ideologia, que orienta as transformações, deve focalizar formas e métodos de luta, descartando-se os conflitos e "eliminações" de adversários (sempre que possível), privilegiando a conciliação. Isso deve ser feito de tal forma que o conteúdo político da ideologia apareça apenas secundariamente;

4ª) derivada da terceira, a ideologia deve enfraquecer a antítese de seus elementos revolucionários pela fragmentação em processos reformistas.

Portanto, a dialética "revolução-restauração" é arbitrária na medida em que constitui um "jogo de cartas marcadas", no qual apenas o segundo termo é válido, já que se trata de "curar continuamente do exterior um organismo que não possui internamente os motivos próprios de saúde", em outras palavras, tem-se de criar do exterior as condições suficientes que faltam à infraestrutura, para que se processe a acumulação de capital sob novos padrões.³²

D - HIPÓTESES

A "estatolatria" é um fenômeno característico da sociedade brasileira. Do industrial ao assalariado, do intelectual ao homem comum, todos depositam no Estado as responsabilidades e as culpas pelos seus acertos ou fracassos, abdicando os indivíduos e as classes do "mal radical" de que falava Theodor W. Adorno, ou seja, do conflito aberto, da competição de mercado e confronto direto, da revolução.

Demonstraremos, nesta dissertação, como funciona o discurso ideológico de *Cultura Política*, seu progressismo e conservadorismo, a estatolatria do "centauro maquiavélico". O Estado e a sociedade deixam de ser níveis antagônicos e se transmutam em "sociedade nacional organizada". O destino do Brasil era o progresso que para se realizar tinha que controlar e moderar o individualismo possessivo, proteger o trabalhador urbano-industrial, reformar a estrutura jurídico-institucional. O progresso dependia do direito e, este cabia ao Estado. A estatolatria, portanto, transforma-se na condição da "organização nacional".

A idéia de progresso desempenhou papel importante na formulação dos ideais, dos "valores aglutinadores". Mas a idéia de progresso que domina nos anos trinta, estendendo-se até 1945, não é a mesma de Turgot, Condorcet e Adam Smith: a do indivíduo capaz de elevar-se e levar a sociedade a níveis sempre mais altos de riqueza e bem-estar, se fosse livre das interferências do Estado. No Brasil, o progresso foi convertido em aspirações coletivizadas: unidade nacional, organização nacional, nacionalidade, bem comum, entre outras. A concretização destas aspirações, que levaria ao progresso, foi condicionada à presença de um Estado forte.

Entretanto, o novo teria que se comprometer com o velho, na medida em que a transição da economia agrário-exportadora para a urbano-industrial preservou, em sua essência, a estrutura fundiária. Por isso, a idéia de progresso,

que orientou o processo de industrialização e modernização, esteve associada ao historicismo, que lhe forneceu o conteúdo do conservador do transformismo.

A pregação ideológica, pela aceitação coletiva do Estado forte como necessidade, buscou universalizar aspirações em torno de "valores aglutinadores", que pudessem se tornar "valores nucleares" da sociedade global. O Estado teria que absorver demandas materiais, sociais e culturais da sociedade, sem distinguir classes ou categorias, e atendê-las antes mesmo que houvesse pressão para isso. Constrói-se então o ideal do Estado Filantrópico, que para se realizar precisaria ser forte.

Partimos da proposição de que o bloco no poder (os latifundiários e a elite industrial), através de seus intelectuais, tinham consciência dos limites que a força possuía para implementar algo de novo. Daí, ser preciso o consenso em torno da direção política do núcleo dirigente, tanto por parte da sociedade como do próprio Estado. Isso faria com que o comando fosse obedecido pela sua legitimidade perante os destinatários da ordem, principalmente entre o núcleo decisivo do governo e os organismos encarregados da execução e fiscalização. Por outro lado, teria que ser legitimada a intervenção do Estado como sendo em benefício de todos.

Consideramos *Cultura Política* importante e influente aparelho editorial para criar a unidade e integrar o Estado no seu processo de ampliação. A revista, no contexto histórico-ideológico em que surge, representa o farol, o guia para a intelectualidade que o Estado Novo congregou. Ela produzia um discurso ideológico, que enquadrava a relação Estado/Sociedade, em que o primeiro elemento da relação desempenhava o papel determinante; porém, ela não se restringiu apenas à justificativa apologética da ditadura estadonovista, que era o grosso do trabalho ideológico do regime.

Nossa principal tese é a de que CP contém dois discursos distintos e complementares: o primeiro, que justifica

o Estado Novo, sendo seu aspecto ocasional ou conjuntural ; o segundo, que é orgânico, estrutural, reflete não só o presente mas quer construir para o futuro, que pretende ver realizado.

As preocupações deste trabalho não estão voltadas para as diferenças, que de fato existem, entre as diversas matérias e autores mas para os pontos em comum, ou seja, a concepção do mundo que unifica um determinado bloco de poder. Considerando que exista, nessa visão cósmica, um nexu ideológico, que permitiu o êxito político do Estado Novo e de Getúlio Vargas, orientou-se a investigação do material de CP no sentido de identificá-lo e explicitá-lo com relação ao homem, à sociedade, à economia, à cultura, ao Estado e ao de vir.

Propomo-nos a investigar as seguintes hipóteses:

a) a revista *Cultura Política* produziu um entendimento da relação entre o Estado e a sociedade que comporta um projeto de sociedade no qual esta deveria se desenvolver sob a direção organizada do Estado;

b) portanto, a ideologia de CP intenciona dar uma direção unitária e orgânica ao bloco histórico estatizante, criar uma hegemonia que se perpetue além da forma ditatorial do regime;

c) tal ideologia fundamenta-se numa concepção do mundo essencialmente historicista-progressista e estatólatra, que quer substituir os fundamentos liberais e individualistas. Por conseguinte, os valores aglutinadores não constituem o cerne da ideologia mas a expressão política de uma concepção do mundo que nega o individualismo possessivo para melhor realizá-lo;

d) há uma intenção de integrar, reinterpretar e unificar todo o sistema social e, portanto, de fundar um novo sistema hegemônico. Este serviria ao bloco histórico estatizante favorável à expansão urbano-industrial;

e) o historicismo e a idéia de progresso articula

ram-se no discurso da revista e deram-lhe a unidade. Transformar a sociedade brasileira sem colocar em risco as relações dominantes no campo é o mesmo que preservar o passado no novo. Progresso e tradição confirmariam uma forma determinada de historicismo que resolve a contradição entre latifúndio e expansão urbano-industrial, como necessidade de preservar o "espírito nacional";

f) na maioria das vezes, a questão agrária é simplesmente negligenciada, estando ausente das discussões e dos discursos, bem como das decisões governamentais. É o discurso que se realiza na medida em que não é feito: quanto maior o silêncio, maior a sua perfeição;

g) caso tudo isso se comprove, estaremos lidando com um aparelho editorial que contribuiu para a edificação de certo sistema hegemônico, naquele momento específico.

E - METODOLOGIA

Não é nossa intenção condenar moralmente o Estado Novo nem, muito menos, imputar-lhe qualquer atributo valorativo. Nosso propósito é o de explicitar sua lógica discursiva e, a partir dela, demonstrar o tipo de domínio e hegemonia que se estava construindo. Reduzir o Estado Novo a seus aspectos coercitivos é abscurer seu caráter transformista. O qualificativo "novo" não deixa de ter aí certo significado verdadeiro. A questão é saber a quem servia esse "novo". A força sem a ideologia (no sentido amplo) não é operante, pois, se a tarefa consiste em instaurar uma nova ordem, a força só serviria à conservação mas é impraticável quando se trata também de inovação.

Fica descartada a possibilidade de redução do discurso de *Cultura Política* a seus aspectos puramente abstratos, pois estes são os que menos nos interessam. Como um fato histórico real e atuante, CP não só deve ser estudada como aparelho editorial de hegemonia e como ação hegemônica mas, também, combatida e denunciada como um discurso a serviço da privatização do público. Através dos mecanismos estatizantes, foi possível ampliar contantemente a socialização dos custos de investimentos e das perdas e, ao mesmo tempo, garantir a apropriação privada dos lucros. Ao contrário do que ocorreu em países desenvolvidos, onde a maior estatização decorreu das pressões redistributivas da renda, aqui a estatização significou, em última análise, a garantia da realização do individualismo possessivo, por mecanismos totalmente diferentes dos que se verificaram nas democracias ocidentais.

É necessário distinguir os aspectos justificadores da forma de governo e do tipo de regime daqueles que visam construir aquilo que ainda não existe. Isso implica a separação metodológica dos elementos que são pura abstração da realidade — ideologia, ilusão — dos que buscam instaurar uma nova concepção do mundo em instituições, padrões de pensamen

to, normas de conduta, bem como intervir na estrutura material da sociedade. Portanto, o sociologismo e o historicismo vulgar foram avaliados segundo sua operacionalidade na construção do discurso ideológico.

Com a premissa de que os elementos que caracterizam uma "revolução passiva" estavam presentes no processo histórico brasileiro dos anos trinta, foi possível incorporar o conceito de "ideologia defensiva" e trabalhar com ele; tal ocorreu com vistas a investigar em CP os elementos que reforçam sua própria posição, mais do que tentam destruir o conjunto das ideologias adversárias. Por conseguinte, tratase de verificar se a revista somente se interessa pelos aspectos vulgares, uma vez que busca apenas reforçar um determinado ponto de vista.

Utilizamos o seguinte procedimento: primeiro, verificamos se as ideologias adversárias são interpretadas de forma maniqueísta, pois delas, só levou em conta os aspectos formais e superficiais. Em segundo lugar, investigamos se os "ataques" são dirigidos mais intensamente contra as ideologias antagônicas ou se são contra aquelas que pertencem a frações da própria classe dominante.

O novo bloco no poder conseguiu estabelecer a ligação entre superestrutura e estrutura, de maneira que os dois elementos interagissem mutuamente, através da mediação do aparelho estatal. As contradições são por demais visíveis e, no próprio desenvolvimento desencadeado pelo novo projeto de dominação, tendem a se agravar. À medida que o desenvolvimento das forças produtivas traz consigo novos atores para o cenário político, agravando as contradições, a ideologia serve para incultir que essas contradições são apenas diferenças a conciliar.

Tratamos de verificar como se estabeleceu, no campo ideológico, o nexó entre estrutura e superestrutura e como se explicaram as contradições como diferenças a serem conciliadas; portanto, como se refletiu a ideologia materializa

da em instituições, que se tornaram os locais visíveis de conciliação. Mas isso não implica que tal nexu deise de ser contraditório e limitado pela dinâmica social e política dos movimentos das classes subalternas. Da mesma forma, não aceitamos o ponto de vista segundo o qual a conciliação é apenas um produto da coerção estatal, que elimina o surgimento das forças colétivas antagônicas. A operacionalização de grandes massas humanas em torno da luta política, para fazê-las acreditar em si mesmas — tanto sob uma visão prática como teórica — como sendo capazes de inverter a praxis e tornarem-se governantes, não constitui tarefa de um ano e nem pode se realizar em tempo predeterminado. É a debilidade dos adversários que faz a força dos governantes, debilidade que é antes de tudo intelectual. Mas, na medida em que os governantes produzem a expansão do Estado sem conseguir, ao mesmo tempo, aliviar materialmente as dificuldades do conjunto da sociedade, estão abreviando o surgimento dessas forças antagônicas. O constante recurso à força termina por desnudar o discurso ideológico e demonstra a sua inorganicidade.

- Procedimentos

CP possui uma seção sobre o "pensamento político do Chefe do Governo", que foi escrita por intelectuais de renome, como Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre, Silvio Peixoto, entre outros. O objetivo de tal seção era interpretar o pensamento de Vargas e a encontramos desde o número 1 até o 20; seu conteúdo foi resumido no exemplar de número 21. Se tomarmos as idéias contidas em tais artigos, teremos um parâmetro do que escreveu CP.

Utilizamos tais idéias e as agrupamos em torno de valores que chamaremos *aglutinadores*: Unidade Nacional, Organização Nacional, Estado-Forte, Estado Filantrópico, Progres

so, Tradição e Pensamento Realista. Desenvolveremos o estudo da mensagem ideológica de CP a partir dos seguintes valores aglutinadores:

Unidade Nacional (UN) — Aglutina o ideal unitário, a noção de nacionalidade brasileira, consenso, igualdade, necessidade, nacionalização, ordem, conflitos, repressão, censura, soberania, mercado interno;

Organização Nacional (ON) — Engloba a noção de cultura, intelectualidade, educação, artes, sociedade e economia e os conceitos de sociedade organizada, cultura nacionalizada, contenção do individualismo, homem novo, nova êtica do trabalho, sindicatos e corporativismo;

Estado-Forte (EF) — Congrega os valores de autoridade, centralização, poder pessoal, intervenção estatal, unitarismo, planejamento, industrialização e executivo forte;

Estado Filantrópico (Efil) — Explica êtico-politiicamente o Estado Novo: as origens, os fins humanos, as "aspirações do povo", a "organização da sociedade", a "democracia brasileira", o papel de Getúlio Vargas e o significado ideológico dessa explicação;

Progresso (P) — Aglutina todos os valores citados, em torno do ideal de progresso, de "destino de grande nação".

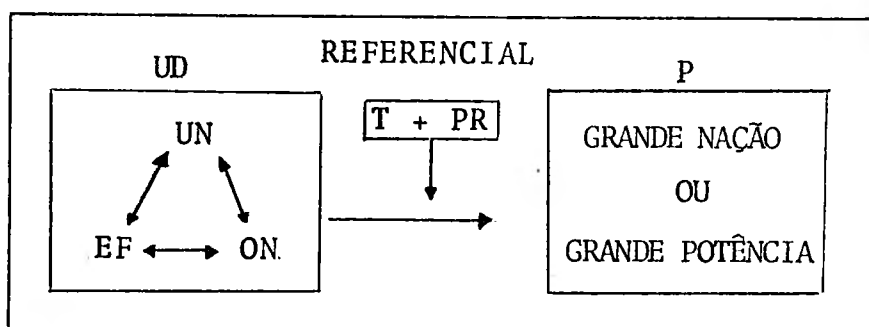
Da mesma forma, utilizando-se as idéias da dita seção, estabelecemos um segundo grupo de valores aglutinados, que funcionavam como referencial da mensagem ideológica, a fim de que ela fosse aceita pelo destinatário:

Tradição (T) — Serve para criticar o liberalismo, o individualismo, a democracia representativa, a política da República Velha, com vistas a definir uma tradição brasileira;

Pensamento Realista (PR) — Serve também para a mesma crítica que anterior; porém o objetivo é definir as necessidades brasileiras e o que seja a política realista.

Nossa primeira hipótese operacional implica que os valores aglutinadores que formam a mensagem do discurso ideológico possuem uma lógica que é determinada pela necessidade de obter uma *Unidade de Direção e Execução* (UD); essa UD de veria tornar possível o progresso, que seria a finalidade última e a razão de ser dos outros valores (quadro abaixo).

QUADRO I



Da mesma forma, os valores que funcionam como referencial para o destinatário da mensagem servem para que o nexo ideológico de CP seja compreendido.

Nossa segunda hipótese operacional implica que o discurso de CP deva ser analisado como uma forma particular de junção entre o historicismo e a idéia de progresso; essa junção responde a um processo histórico caracterizado como "revolução passiva". Para isso, a noção de *discurso ausente* contribuirá para que o nexo ideológico seja estabelecido.

I - NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. São Paulo, DIFEL, 1977. p. 166
2. DINIZ, Eli & BOSCHI, Raul R. Resenha bibliográfica: Estado e sociedade no Brasil. Uma revisão crítica. *Boletim informativo e Bibliográfico* (BIB), Rio de Janeiro, (1):12 - 31, 1977. Suplemento de *Dados*, Rio de Janeiro, nº 15, 1977.
3. SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978. p. 267
4. STOPPINO, Mário. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 2.ed. Brasília, Ed. UnB, 1986. p.94
5. CORZ, André. O despotismo de fábrica e suas consequências. In: —. (org.) *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980: ver como o autor demonstra que o autoritarismo, além de estar nas relações de comando e obediência, materializa-se em processos de trabalho e na tecnologia empregada na produção.
6. BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio, ZAHAR, 1980: ver principalmente a introdução, em que o autor mostra como a força foi fundamental no processo de industrialização e de divisão do trabalho; BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio, Paz e Terra, 1980: contém um excelente estudo sobre a relação entre hegemonia e ditadura, entre consenso e força em Gramsci; CHÂTELET, François. *As concepções políticas do século XX*. Rio, ZAHAR, 1983: ver especificamente o capítulo que trata da concepção de Estado-nação; GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. 5.ed., Porto Alegre, L & PM, 1985: excelente estudo sobre a concepção de Estado em Marx, Lenin e Gramsci, com destaque à contribuição deste último para a compreensão do Estado num sentido ampliado.

7. PULANTZAS, Nicos. *Poder político e classe sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. p. 42
8. idem. p. 53
9. STOPPINO, Mário. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto. op.cit. p. 585
10. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3.ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978; —. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3.ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978.
11. MARX, Karl ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 3.ed. Lisboa, Martins Fontes, s/d, v. 1.; MARX, K. para a crítica da economia política. In: *Marx*. São Paulo, Abril Cultural 1978. (Col. Os Pensadores.)
12. HALL; STUART e outros. Política e ideologia: Gramsci. In: *DA IDEOLOGIA*. 2.ed., Rio de Janeiro, ZAHAR, 1983: contém excelente estudo da concepção de ideologia e do seu emprego por Gramsci, distinguindo-o de Althusser e Poulantzas.
13. NISBET, Robert. *História da idéias de progresso*. Brasília, Ed. UnB, 1985.
14. BINETTI, Saffo Testoni. Progresso. In: BOBBIO, Norberto . Op. cit., p. 1013
15. As constantes que formam a idéia de progresso podem ser encontradas em: NISBET, Robert. op. cit.; BINETTI, Saffo Testoni. op. cit. pp. 1012 - 1014; BECKER, Carl: Progress. In: SELIGMAN, Edwin R. A. *Encyclopoedia of the social sciences*. New York, Macmillan Company, 1942. pp. 495 - 499 v.9; RIOS, Jose Arthur. Progresso. In: SILVA, Benedicto. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro, FGV, 1986. pp. 995 - 996. FRANKEL, Charles. Progress, The Idea of. In: EDWARDS, Paul. *The encyclopedia of phylosophy*. New York, Macmillan Company. & The Free Press, 1967. v.6.

16. BECKER, Carl. Progress. Op. cit., p. 499
17. BINETTI, Saffo Testoni. Op. cit., p. 1014.
18. THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Rio ZAHAR, 1981.
19. POULANTZAS, N. Op. cit., p. 115.
20. FERREIRA, Oliveira S. *Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos cadernos de Gramsci*. Brasília, UnB, 1986: contém um brilhante estudo sobre a hegemonia e a dominação, buscando perquirir por que o fraco é levado a obedecer o forte; RODRIGUES, Aracky M. *Operário, operária*. São Paulo, Símbolo, 1978: ver principalmente as páginas de 108 a 109; Gramsci, A. *Concepção dialética da história*. op. cit. p. 12.
21. PISTONE, S. Historicismo. In: BOBBIO. Op. cit., p. 627.
22. BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio, Rocco, 1987: p. 54.
23. FERREIRA, Oliveiras. Op. cit., p. 221.
24. BELLIGNI, S. Hegemonia. In: BOBBIO. Op. cit., p. 581.
25. FERREIRA, Oliveira S. Op. cit., pp. 45 - 46 e 48 - 49.
26. Idem. p. 222.
27. GRAMSCI, A. A filosofia de Benedetto Croce. In: ———. *Concepção dialética da história*. Op. cit., pp. 201 a 206.
28. INCISA, Loudovico. Industrialização. In: BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 627.
29. Idem. p. 628.
30. PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In: BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 771.

31. GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*.
3.ed. Rio, Civ. Brasileira, 1978. p. 31.
32. Idem. p. 31.

II - CONTEXTO HISTÓRICO - IDEOLÓGICO DOS ANOS 30

A - O PROCESSO DE FORTALECIMENTO DO ESTADO

1 - Antecedentes

O arcabouço político da República Velha, idealizado e implementado por Campos Sales, assentava-se no compromisso "coronelístico": troca de favores entre o poder local e o poder central, sustentada pela "política dos governadores". Dessa forma, as oligarquias regionais e os coronéis do interior ficavam livres para exercer plenamente seus poderes privados, enquanto o poder central, controlado pela política do "café com leite" (oligarquias de São Paulo e Minas Gerais), ficava livre para implementar sua política, que atendia os negócios do café. Além disso, esse esquema político impedia o surgimento ou a possibilidade de sucesso de qualquer oposição, que era eliminada nas "Mesas de Verificação de poderes", pois estas davam a vitória eleitoral aos candidatos oficiais.

No plano formal, prevalecia uma estrutura jurídico-constitucional liberal, sob o signo do individualismo possessivo e do livre-cambismo. O Estado e a sociedade eram concebidos como realidades autônomas, independentes e opostas, cabendo ao primeiro apenas tutelar a ordem pública, assegurar o cumprimento dos contratos livremente firmados e impedir que qualquer ação individual ou coletiva, de força organizada ou não, pudesse interferir na liberdade individual dos cidadãos.

Apesar desses pressupostos liberais, o Estado, na República Velha, transformou-se e ampliou sua estrutura e suas funções para além do Estado gendarme.¹ "Os interesses agro-exportadores, dominantes no período, imprimiram ao processo de 'state-building' uma direção autoritária, que lança as bases do projeto modernizante pelo alto, 'consolidado no período Vargas'".²

Isso ocorreu na medida em que os interesses cafeeiros e agroexportadores foram universalizados e a política de defesa do café transformou-se em política de defesa dos interesses nacionais. Essa fusão entre o privado e o público, numa privatização da ordem pública, abriria caminho à inversão futura: a publicização da ordem privada. Os dois fenômenos têm em comum a unificação do político e do econômico a partir do Estado, o que rompe com os pressupostos liberais. Portanto, durante a República Velha, armaram-se as bases concretas para uma posterior mudança de direção do Estado, que atenderia a uma nova correlação de forças que não aquela que prevaleceu até 1930.³

Com a crise econômica mundial de 1929, com uma conjuntura interna de movimentos crescentes por participação e modernização do Brasil (vindos dos setores marginalizados pela política do "café com leite") e com a cafeicultura drasticamente atingida, tendo quedas rápidas de preço no mercado e, ao mesmo tempo, com uma produção que cresceu quase 100% entre 1925 e 1929, o setor agroexportador paulista assumiu seus interesses propriamente corporativos (interesses exclusivos do setor), incapacitando-se para as tarefas hegemônicas, que exigem concessões por parte daqueles que as executam.⁴

A Revolução de 1930 foi possível politicamente quando a oligarquia cafeeira decidiu prescindir do apoio de setores latifundiários e quebrou o compromisso com a oligarquia mineira, de onde deveria sair o candidato para as eleições de 1930. Os paulistas, utilizando-se da máquina eleitoral do Estado, ganharam as eleições; as forças derrotadas eleitoralmente, porém fizeram a Revolução. Os paulistas foram alijados do poder enquanto que os latifundiários permaneceram no centro dele.

A permanência deste grupo no centro do poder garantia também a permanência das relações sociais do campo (ver II.C). As pressões urbanas pela expansão dos direitos políticos, pela melhoria das condições de vida e pela ampliação do

desenvolvimento industrial, aliadas às pressões sobre a terra, poderiam transformar-se em movimentos reais e crescentes contra a estrutura social, da cidade e do campo. Logo, a expansão urbano-industrial significava um freio a todos os impulsos políticos que pudessem conturbar as estruturas sociais, além de manter isolado o campo da cidade. O exemplo da Coluna Miguel Costa-Prestes havia servido para demonstrar a necessidade de aliviar as tensões urbanas para garantir o próprio poder privado no campo.

O pós-trinta caracteriza-se pela mudança na correlação de forças e pela crescente ampliação do Estado. O pêndulo da balança ideológica tendia claramente para a "centralização autoritária".⁵ A abertura política de 1933, conseguida apesar de pressões contrárias dos tenentes, até então organizados — depois dolevante constitucionistas de 1932 em São Paulo, foi efêmera e terminou a partir de 1935 (Intento na Comunista), com a contínua concessão de poderes suplementares a Vargas. O Poder Legislativo contribuía, dessa forma, para o fortalecimento do Executivo, que reforçara seu aparato coercitivo-coativo (polícia política, Exército, leis de exceção, Lei de Segurança Nacional, tribunais militares, capacidade de legislar, censura, neutralização do interventor Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, entre outras coisas).⁶

Por conseguinte, o Golpe de 1937 não foi um ato isolado mas o resultado de um processo de acumulação de forças por parte do Executivo, que nessa data consolida seu poder. A ditadura abria caminho à maior concentração de atribuições e à maior ampliação do Estado para as tarefas interventoras, sem o inconveniente dos mecanismos representativos - liberais e da liberdade de organização e expressão. O choque entre as forças políticas foi resolvido, pela ditadura, com a eliminação da liberdade política.

O elemento mais explorado para criar a conjuntura propícia ao Golpe foi o anticomunismo, mas no discurso da noite de 10 de novembro, em que Getúlio Vargas anunciou a im

plantação do Estado Novo, o principal "inimigo" é o liberalismo. Este aspecto ideológico tem implicações significativas no projeto estadonovista, pois, entre 1941 e 1945, *Cultura Política* desenvolve e aprofunda o mesmo tipo de crítica. O anticomunismo teve um efeito mais tático do que estratégico. Permitiu criar o clima adequado ao ato de força do Executivo.

De um modo geral, todos os grupos contribuíram para a solução ditatorial, na medida em que possuíam uma visão autoritária da vida política e partidária. Por outro lado, os partidos estavam organizados segundo interesses regionais ou pessoais, inexistindo, com exceção dos comunistas (PC) e dos integralistas (AIB), agremiações políticas de nível nacional. Isso contribuiu para o descrédito dos pressupostos liberais-democráticos. A proliferação dos partidos regionais, tantos quantos eram os chefes políticos, depois de 1933, reforçou as críticas que os pensadores autoritários faziam à "politicagem" e os alarmes contra a desagregação da unidade nacional.

As reações ao novo regime, com poucas exceções, foram de adesão e o fechamento do Congresso não constrangeu os vários deputados que foram cumprimentar Vargas pela implantação do Estado Novo. As manifestações dos setores ligados à candidatura Armando Salles foram infrutíferas e muitos tiveram que se exilar. As reações dos setores comunistas e aliancistas foram inexpressivas, já que a maioria de suas lideranças e militantes estavam presos. Os integralistas se dividiram: alguns aderiram ou se calaram outros tentariam o fracassado Golpe de 1938.

2 - Ampliação do Estado

A Constituição de 1937, de autoria de Francisco Campos, fundamenta-se em princípios corporativistas da Itália

fascista, imita em muitos pontos a Constituição polonesa (daí a alcunha de "polaca") e tem traços das constituições do Portugal salazarista e da Alemanha nazista. As influências internas vieram das constituições anteriores e das idéias de Alberto Torres, Oliveira Vianna, do próprio Campos, entre outros pensadores brasileiros.

A nova Carta incorporou e legalizou o Estado de exceção e os mecanismos repressivos: o fim dos direitos políticos e da liberdade de expressão. No plano institucional, suprimiu o federalismo, concentrou os poderes no Executivo, criou um parlamento sem poderes (que nem chegou a ser eleito), proibiu os partidos e eliminou a autonomia estadual. No plano socioeconômico, instituiu a intervenção do Estado na economia, criou instrumentos corporativos, confirmou a legislação trabalhista, legalizou a intervenção direta do poder público nas relações sociais. Entretanto, a Constituição não chegou a vigorar em sua plenitude, pois não foi convocado um plebiscito para isso, como ela determina, nem seus instrumentos legais foram aplicados em sua totalidade.⁷

A centralização do sistema decisório e a eliminação dos canais de participação política deram ao Governo meios para intervir nas relações sociais e na economia. O que antes se fazia com dificuldades, foi facilitado pela implantação da ditadura. Os interventores estaduais não podiam locomover-se livremente, sendo-lhes vetadas as viagens para outros estados ou para o Distrito Federal sem permissão do governo central. As restrições legais impostas pela Carta de 1934 foram afastadas. Há censura sobre todos os meios de comunicação e expressão. Tudo isso permitiu ao Governo explicitar o que antes estava encoberto e tornar-se muito mais substancial, na opinião de Ângela Maria de Castro Gomes.⁸

O comportamento do Governo com relação às propostas mais doutrinárias foi protelador, pois não se empenhou em concretizá-las. O Estado Novo limitou-se em viabilizar os instrumentos interventivos e hierarquizar a administração, resguardando o núcleo decisório central com numerosos organis

mos e agentes estatais e um sistema rígido de censura e repressão.

A máquina do Estado foi um dos alvos principais da ação governamental, para ampliar o controle e melhorar o padrão de funcionamento dos diversos organismos e serviços públicos. Em julho de 1938, o Governo criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para regular, intervir e reformar a administração pública federal e, nos estados, os departamentos estaduais (DEASP), para reformar as administrações dos respectivos estados. O objetivo era aumentar a eficiência e racionalizar os serviços e órgãos.

Entretanto, a atuação do DASP esbarrou na resistência localizada em outras esferas administrativas e ministérios na continuação do apadrinhamento para empregos públicos e na mentalidade patrimonialista. Por outro lado, a intenção constitui uma grande mudança, pois tenta-se e em parte se consegue passar da administração patrimonialista à burocrática — para usar as consagradas categorias de Max Weber.

As Forças Armadas foram peças importantes na montagem do Estado Novo. Desde o Golpe, articulado em conjunto com os Generais Góes Monteiro e Dutra, até a queda de Vargas, o papel dos militares pesou na balança política: sustentaram o poder getulista e o derrubaram em 1945. O Governo dotou as Forças Armadas de recursos substanciais, em especial o Exército, permitindo-lhe monopolizar o poder militar. Ao mesmo tempo, o fim do tenentismo organizado, a repressão aos militares aliancistas, o enquadramento dos integralistas permitiu que a hierarquia fosse restabelecida e o comando interno, fortalecido; o Exército beneficiou-se da perda do poder militar e da autonomia das milícias estaduais. Este processo conduziu ao monopólio da força pelo governo central.

Conclui-se então que a forma ditatorial permitiu a ampliação de um longo processo de "state building", marcado pela crescente participação estatal na esfera privada. Isso foi feito dentro de uma correlação de forças em que os setores

res agroexportadores estavam alijados do núcleo decisório e a sua ideologia liberal encontrava-se sob fogo cerrado do pensamento autoritário.

O Estado Novo não foi o final desse processo mas o início de uma nova fase, em que o Estado se comprometeria, cada vez mais, com a acumulação capitalista e ele próprio se tornaria o maior capitalista do País. Isso o levaria diretamente para o centro dos conflitos de classe e o impediria de cumprir a sua função atenuadora das contradições geradas pela concentração de renda e pela miséria, devido ao seu comprometimento com a própria lógica acumulativa do sistema.

O Estado perderia a forma ditatorial entre 1945 e 1964, para recuperá-la outra vez; em nenhum momento, porém, abriu mão do crescimento de suas atribuições e da concentração de poderes no Executivo, apesar de todos os discursos e atos de fé feitos em nome do liberalismo.

B - A intervenção do Estado na economia

1 - A economia e o Governo

A crise de 1929 e a Revolução de Trinta atingiram gravemente o setor agroexportador dominante, que entra num período de estagnação. Enquanto isso, a indústria e o comércio caminham a passos largos.⁹

O governo do pós-trinta continuou a manter uma política de valorização do café, porém não mais sob o controle dos próprios cafeicultores, ficando estes numa posição dependente. A limitação da oferta do produto e a compra do excedente foi mantida pelo Governo, com exceção do período entre 1937 e 1940, quando se realiza a *política agressiva* do café com vistas a conquistar mais fatias do mercado, pela exportação a qualquer preço. Todavia, o agravamento da II Guerra fez com que se abandonasse aquela política, com o Acordo de Washington, em 1940, onde são fixadas cotas de exportação.

O Governo interfere diretamente no comércio do café, na medida em que aumenta a dependência dos cafeicultores junto ao crédito oficial e concede moratórias sucessivas, como as de 1938 e 1939. A intervenção do Governo — feita através do Departamento Nacional do Café (DNC) — gera protestos quando o setor se sente prejudicado, como no caso da política *agressiva* — visto que a classe é francamente favorável à política de valorização — e das *cotas de sacrifício*. Mas, em linhas gerais, o Governo vai ao encontro das reivindicações dos fazendeiros, sem abrir mão do controle sobre a política do café. Os proprietários, por sua vez, estabelecem mecanismos diretos de negociação com o Governo ou com o próprio Vargas. Por outro lado, os cafeicultores não tinham como se mobilizar politicamente ou se opor diretamente ao Governo, pois as oposições estavam vetadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O setor canavieiro passou ao controle do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que recebera a atribuição de comandar a política para o setor. Este, no entanto, era extremamente corporativista em suas demandas, ficando dividido por divergências entre produtores, usineiros, regiões, trabalhadores e o próprio IAA. Por isso, devido às pressões dos interessados, alguns decretos passaram por várias versões, o que impediu também o Instituto de cumprir plenamente suas atribuições e dificultou a modernização do setor.

A indústria, que em 1927 apresentou um valor de produção de 7 milhões de contos contra uma produção agrícola de 11,8 milhões, numa superioridade de 68%, obteve, em 1941, uma produção de 22.512.550 contos contra apenas 8.682.414 contos para a agricultura.¹⁰ Entre 1933 e 1939, contando com uma conjuntura internacional favorável, a indústria cresceu a uma taxa de 11,2% ao ano. Nos anos de guerra, entre 1940 e 1945, com uma situação externa desfavorável à importação de maquinário, a indústria cresceu a uma taxa de 5,4% ao ano. Portanto, entre 1930 e 1945, a indústria torna-se o centro dinâmico da acumulação de capitais, delineando a passagem do crescimento econômico, auxiliar do setor externo, à industrialização propriamente dita.

Entretanto, a estrutura industrial permanece inalterada, predominando os bens não-duráveis (têxteis e alimentícios), que, se em 1920 representavam 75,9% da produção da indústria, em 1940 eram de 65,6% e em 1950, de 61%¹¹ ou seja, continuavam majoritários. O mercado consumidor era muito restrito, com a maioria da população no campo, os trabalhadores recebendo baixos salários e um segmento médio muito pequeno.

Outro problema era a idade dos equipamentos, pois em 1943, das 235.056 máquinas recenseadas, mais da metade tinha acima de dez anos de uso e pouco mais de 20% tinha menos de cinco anos. No ramo têxtil, que era o segundo da economia e o mais antigo, das 79.740 máquinas recenseadas, menos de

17% tinha abaixo de cinco anos. O setor possuía ainda o maior número de máquinas obsoletas e desgastadas, portanto, com maior desperdício de matéria prima.¹²

O nível de produtividade era baixo, a mão-de-obra pouco especializada porque as restrições à migração estrangeira e o predomínio do migrante nacional contribuíram para isso. Os industriais procuraram resolver tal situação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), utilizando-o para reciclar os trabalhadores empregados e melhorar suas qualificações.

Por outro lado, a Guerra Mundial serviu para fazer a indústria funcionar 24 horas e em plena capacidade, contando ainda com a vantagem de o Governo ter proibido os dissídios coletivos, a mudança de emprego, suspenso a legislação trabalhista, reprimido as greves com violência e estendido para 12 horas o trabalho que por lei era de 8 horas diárias.¹³

Isso possibilitou a maximização dos lucros e da capacidade de expansão futura. O Governo foi imprescindível para que a acumulação permanecesse elevada, apesar das dificuldades geradas pela Guerra e das deficiências da própria indústria. *Cultura Política*, por exemplo, justifica essa situação e a interpreta conforme os pronunciamentos de Vargas: vivia-se um momento de angústia e incertezas, que impunha a todos um espírito de sacrifício. Contudo, CP não fica só neste nível genérico: publica numerosas matérias para demonstrar a importância da mobilização nacional, para explicar que a guerra moderna não é mais uma guerra localizada, apenas de soldados, e, portanto, era preciso garantir o máximo de empenho e unidade. Logo, a batalha da produção teria que vir em primeiro lugar.¹⁴

Portanto, nos anos trinta, ocorreram transformações econômicas que fizeram com que o pólo dinâmico da economia se transferisse do setor agroexportador para o urbano-industrial, tendo o Governo desempenhado um papel preponderante nessa transição.

2 - intervenção estatal

As condições para a industrialização — crescimento sistemático da indústria — eram reais no final da década de 20; porém, não eram suficientes para determinar uma auto transformação do processo de acumulação de capital que tor nasse o setor um pólo dinâmico da economia. As variáveis eco nômicas indicavam apenas a continuação do crescimento (aumen to gradativo do parque industrial), sem que a indústria se tornasse o centro da acumulação capitalista.

Entretanto, nos anos de 1930 a 1945, ocorreu essa passagem, entrando o País na era da industrialização. Isso só foi possível porque as injunções de ordem política supri miram a insuficiência dos fatores econômicos. Mesmo assim, a industrialização foi restrita e não pôde realizar-se de modo integrado.¹⁵ Faltavam bases técnicas e capital indispensá vel, que o Governo não podia suprir, para que a acumulação capitalista autodeterminasse uma verticalização do sistema produtivo que possibilitasse a oferta crescer à frente da de manda. Isso só se completará em torno dos anos sessenta.¹⁶

Por conseguinte, a afirmativa de que o Governo favo receu a industrialização só tem sentido no seu resultado a longo prazo, pois não existiu uma política uniforme e coeren te para o setor.

A idéia de que o Brasil tinha um destino industrial ganha corpo e cresce na década de trinta. A atividade agrícola-exportadora passa para segundo plano, não só ao nível eco nômico mas também na opinião da maioria dos intelectuais e membros do Governo, com exceção dos setores agroexportadores, que continuavam a afirmar que o Brasil tinha um "destino ru ral". Era uma inversão face ao período da República Velha, pois da expressão "o Brasil é o café" passamos ao "destino de grande potência".

Como já vimos antes, o setor cafeeiro, apesar de ter sido excluído politicamente, obteve constantes favores

do Governo. Isso porque, além da capacidade de articulação político-social que o grupo detinha, superior às outras forças políticas isoladamente, a economia brasileira dependia das exportações para poder investir.

Sabendo de seus limites, o Governo procurou condicionar as importações às necessidades industriais, priorizando a entrada de máquinas para o consumo capitalista ao invés de produtos de consumo particular. A Guerra contribuiu para isso, na medida em que justificava a rigidez do câmbio e as cotas de importação. Dessa forma, o Governo direcionou a renda gerada pelo setor externo para o desenvolvimento industrial.

Entretanto, a intervenção estatal não seguiu uma política elaborada previamente e nem contou com um planejamento global. Tal ocorreu tanto por deficiência técnica como por falta de hegemonia dos interesses industriais que colocasse o Governo inteiramente a serviço da industrialização. O que havia era uma linha teórica, informando as ações estatais sobre a economia.¹⁷ Nesse sentido, o Governo implantou vários organismos para cuidar de setores econômicos específicos e informar as suas decisões.¹⁸

No final do regime, ocorreu a *controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento*, deixando claro que, apesar de Vargas ter assumido uma opção industrializante, não havia uma definição na correlação das forças políticas. Em 1944, foi criado o Conselho Nacional de Política Industrial e Commercial (CNPIC) para preparar um plano de adaptação da economia ao pós-guerra. Ele estava ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo presidido pelo grande industrial Roberto Simonsen, líder da indústria paulista. O resultado dos trabalhos do órgão preconizou a planificação global da economia, o que conduziria ao aprofundamento da intervenção estatal. O objetivo era dinamizar o desenvolvimento capitalista, indo além dos estímulos fiscais, creditícios e alfandegários já praticados, propondo uma política de crescimento integrado da economia.

Se a proposta do CNPIC fosse aceita, a centralização e o poder do aparelho de Estado sobre a economia se fortaleceriam com a criação de um órgão central de planejamento, ligado à Presidência e composto por um gabinete de ministro e uma Junta Central de Planificação. O primeiro se responsabilizaria pelo Plano de Organização Econômica; o segundo, pelos estudos técnicos desse plano e pela sua execução. Comporiam a Junta representantes do empresariado, técnicos de diferentes ministérios e especialistas em assuntos demográficos e tecnológicos.

O projeto foi encaminhado à Presidência, que o enviou para apreciação de outro organismo, instalado em outubro de 1944: a Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Esse órgão era dirigido por Eugênio Gudín e estava ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional. Os seus objetivos eram elaborar estudos gerais sobre a economia e sobre a defesa nacional.

Eugênio Gudín era de orientação liberal democrática e defensor da livre iniciativa, tendo-se pronunciado contrário à intervenção estatal, no 1º Congresso Brasileiro de Economia. Mesmo assim, o conclave acabou, aprovando as medidas de coordenação estatal da economia e propugnou por uma política sistemática de incremento da industrialização.

Entretanto, Gudín fazia crescer sua influência. Em julho de 1944, participou, como delegado brasileiro, da Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, durante a qual foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras decisões. As posições de Gudín ganharam impulso e se tornaram polêmicas a partir do relatório que preparou, em nome da CPE, para discutir o projeto do CNPIC (Roberto Simonsen).

Na opinião de Gudín, haveria dois caminhos: o do capitalismo de Estado, com um regime "totalitário" e a supressão da propriedade privada ou o da democracia política e da economia liberal. Criticando qualquer tipo de política

protecionista, preconizava a liberdade para a entrada e saída do capital estrangeiro, sugeria a suspensão de qualquer restrição à remessa do lucro e defendia tratamento igual para as empresas estrangeiras e nacionais.

A política econômica que defendia para o Brasil asentava-se nos princípios monetaristas, propondo austeridade, cujos pilares seriam a redução dos investimentos públicos e restrições e controle do crédito. Ao seu ver, o Governo deveria restringir seu apoio à indústria, compatibilizando-o com as reais possibilidades do País e com os recursos disponíveis, devendo concentrar-se no estímulo das exportações agrícolas, única atividade que demonstrara capacidade para produzir vantajosamente.

As idéias de Gudin estão contidas no relatório com o título *Rumos de Política Econômica*, apresentado em março de 1945, motivando a rejeição do projeto do CNPIC pelos membros do CPE. Isso gerou uma controvérsia entre os relatores dos dois órgãos — Simonsen e Gudin —, que extravassou os canais burocráticos e se estendeu por todo o ano de 1945. A controvérsia foi incentivada por Vargas, que apoiava as propostas de Simonsen, bem como pela revista *Cultura Política*, que desde 1941 defendia medidas do tipo proposto pelo CNPIC. (ver III.F.)

Todavia, a proposta de Simonsen não vingou. Isso em parte, porque significaria a opção definitiva e aberta do Estado em favor da industrialização, com a qual os setores agroexportadores, os norte-americanos e o capital estrangeiro em geral não concordavam. Por outro lado, o planejamento global a favor da industrialização exigiria uma reforma da própria estrutura agrária, com a qual a fração latifundiária, que dava coesão ao bloco urbano-industrial, não concordaria. Havia ainda as pressões redemocratizadoras, que cresceram com a vitória dos aliados na Guerra, por parte dos EEUU, contrários ao intervencionismo e na linha de Eugênio Gudin. Portanto, a correlação de forças, tanto nacional como internacional, não permitia a explicitação do projeto indus

trializante ao nível de produzir transformações profundas nas relações sociais e na estrutura material da sociedade.

C - AS CORRELAÇÕES DAS FORÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS

O Estado é uma realidade concreta, sujeita a múltiplas determinações, tantos quantos são os interesses em luta e as combinações possíveis. A indefinição da política de qualquer governo será proporcional às indefinições no campo das forças sociais e políticas.¹⁹

Os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro e o tipo de Estado que se forja nos anos trinta não resultam de um projeto político-ideológico previamente definidos pelas forças que fizeram a Revolução de 1930. As divergências entre estas são profundas, principalmente com relação a representação política, à extensão da participação popular, ao modelo de desenvolvimento e ao sentido da intervenção estatal.

Entre 1930 e 1937, tais forças confrontaram-se abertamente: tenentes, comunistas, aliancistas, integralistas, oligarquias regionais, oligarquias vitoriosas, burguesia mercantil agroexportadora, cafeicultores, burguesia industrial, hierarquia militar, Igreja Católica, intelectuais das mais diversas tendências, segmentos médios inferiores, operariado, anarquistas, entre outras. O único setor ausente eram os trabalhadores rurais, que só se manifestavam esporadicamente, de forma desordenada ou messiânica.

O objetivo desta seção é estabelecer, em linhas gerais e esquemáticas, a partir da estrutura material de produção, a correlação das forças políticas que sustentaram o Estado Novo.

1 - As forças sociais e políticas

1.1 - O Bloco Agroexportador

As transformações sociais seguem, ainda que não no

mesmo ritmo, as mudanças na estrutura econômica. Todavia, as relações sociais no campo permanecem inalteradas, com o predomínio dos grandes proprietários de terras, pecuaristas, cafeicultores, usineiros, fumageiros, entre outros.

A burguesia mercantil era constituída pelos setores ligados ao comércio exterior. Este grupo social não dependia da expansão do setor interno da economia e nem fazia parte do seu horizonte histórico utilizar a renda gerada pelo setor para expandir o mercado interno. Seus interesses estavam ligados à conservação da renda nas próprias mãos, ao estímulo da agricultura para exportação e à política de valorização dos produtos exportáveis e de livre-cambismo. Isso exigia o controle do Governo e dos mecanismos de política econômica.

A aliança entre oligarquias e burguesia mercantil manteve o controle do aparelho do Estado até a Revolução de 1930. Entretanto, como já vimos antes, naquele ano essa aliança se desfez, na medida em que setores latifundiários aliaram-se ao bloco urbano-industrial.

À aliança entre a burguesia mercantil e produtores para exportação chamaremos *Bloco Agroexportador*. Os intereses deste setor eram escamoteados por uma complexa ideologia, baseada no liberalismo e no individualismo possessivo, muito difundidos entre as elites. Além disso, historicamente, tiveram experiência de governo, dirigiram o Estado, fizeram vários estadistas que lhes deram orgulho, tinham bagagem cultural, controlavam numerosos aparelhos editoriais e possuíam alta capacidade de mobilização, como ficou demonstrado na Revolução Constitucionalista de 1932. Os interesses particulares do setor eram universalizados através de pressupostos liberais, como as liberdades individual, de iniciativa e propriedade; a autonomia dos homens perante o Estado, a igualdade de todos (por exemplo, o protecionismo alfandegário significaria privilegiar uns em detrimento de outros), o livre jogo das forças econômicas, o sucesso dos mais capazes, entre

outras coisas.

Essas forças aglutinavam em torno de si os segmentos médios superiores (profissionais liberais, assalariados ligados aos interesses exportadores, médios proprietários do setor exportador, banqueiros, comércio de importação, entre outros), porque todos eles tinham em comum o exercício de atividades ligadas diretamente ao setor, ou não dependiam da expansão industrial sistemática ou não se submetiam diretamente ao poder privado de outrém e nutriam uma visão de mundo individualista, antiestatal e elitista, que se encaixava perfeitamente na ideologia dos agroexportadores, como os profissionais liberais.

Além destes últimos, havia uma parte considerável da intelectualidade ligada à visão de mundo liberal. Socialmente, esse grupo acreditava que só os melhores e mais capazes se "realizam na vida" e fazem isso por conta própria e com muito trabalho. Para eles, o Estado deve ser gerido e ter a representação somente daqueles que tiverem os requisitos de "educação" e "cultura". Valorizam intensamente o esforço pessoal e a liberdade que tiveram para chegar aonde chegaram. Daí acharem que o Estado deve ficar fora do mercado, das relações sociais e não intervir no processo natural da vida e da sociedade.

1.2 - O Bloco Independente

Com a finalidade de separar os setores agroexportadores — principalmente os cafeicultores — dos demais proprietários, utilizaremos para os últimos o termo *latifundiário*, que englobará as oligarquias não-exportadoras.

Até trinta, os latifundiários haviam controlado o poder público e privado em conjunto com a fração agroexportadora. Forneceram também os grandes vultos históricos e estadistas, dos quais se orgulhavam: são os Rui Barbosa, Artur

Bernardes, Pinheiro Machado, entre outros. Além disso, a maioria dos funcionários públicos eram originados ou ligados ao grupo; grande parte da intelectualidade também vinha dessas oligarquias. Tal bagagem, acumulada geração após geração, preparou esse grupo social para o exercício do poder político e da autoridade privada, pois ele havia recebido a posse histórica desses poderes.

Entretanto, diferentemente da fração agroexportadora, a crise de 1929 não atingiu diretamente os latifundiários, descompromissados que estavam com a necessidade de manter uma política econômica exclusiva para a exportação. Ideologicamente, os pressupostos liberais não estavam visceralmente ligados aos seus interesses e nem à sua formação política, como estavam no caso dos agroexportadores paulistas, que ascenderam ao poder no final do século passado.

Por outro lado, a industrialização beneficiava o latifúndio na medida em que aumentava a demanda interna e aliviava as tensões sobre a terra, através da migração para as cidades. O Estado de São Paulo recebeu contingentes cada vez maiores de migrantes nacionais, a maioria tendo-se dirigido para os centros industrializados — entre 1916 e 1960 entram no Estado 2.499.966 migrantes. Centros urbanos de outros Estados cresceram rapidamente no mesmo período, tais como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Santos, entre outros. Da mesma forma, a industrialização e a modernização estabilizavam politicamente os centros urbanos pelo aumento de emprego, dos equipamentos e do nível cultural. A legislação social e trabalhista e a crença de que todos estavam "progredindo e civilizando-se" refletiam na própria estabilidade das estruturas rurais, como já afirmamos. Isso os interesses e a ideologia da fração agroexportadora não podiam garantir, porque se assentavam na marginalização dos setores urbano-industriais.

Os trabalhadores rurais englobam os assalariados, agregados, pequenos proprietários, trabalhadores "a meia" ou parcerias semelhantes, constituindo mais da metade da popula

ção. Eles permanecem submetidos ao poder privado dos grandes proprietários, devido à sua desorganização, dispersão geográfica e social, analfabetismo e dependência sociocultural. Portanto, apesar de serem a maioria da população, constituem a plebe rural, uma força inexpressiva tanto social como politicamente. Este setor não recebeu nenhum benefício social: a legislação trabalhista e a sindicalização não o atingiram, bem como sua relação com a política continuou a se fazer através do grande proprietário.

1.3 - O Bloco Urbano-Industrial

O empresariado, em expansão acelerada, começa a se destacar através da liderança de Roberto Simonsen e se desprende gradativamente das oligarquias exportadoras. O setor tem um comportamento ainda particularista e classista, na medida em que age em defesa de interesses de classe, enquanto classe particular que merece tratamento particular e, portanto, é incapaz de transformar seus interesses nos próprios interesses do País. Da mesma forma, tem limitada capacidade de fazer concessões a outros setores, a fim de ampliar sua própria hegemonia sobre grupos ou classes sociais. Isso ficou patente tanto no caso da oposição que fez à legislação trabalhista, como na exigência de leis de exclusividade de setores econômicos em que já estivessem atuando, face às empresas estrangeiras. Essa capacidade limitada evidenciou-se também na falta de posição global com relação ao capital externo.²⁰

Durante a Guerra, particularmente entre 1942 e 1944, ao mesmo tempo em que aumentavam a inflação, as filhas, o câmbio negro, o custo de vida e baixavam os salários, o empresariado obtinha lucros excessivos e enriquecia-se rapidamente. O Governo resolve taxar os "lucros extraordinários", a fim de utilizá-los como forma de poupança e expansão futura do setor, conter a tendência de alta dos preços e regularizar o abastecimento. Ele não obteve apoio empresa

rial, que se colocou numa posição imediatista dos lucros fáceis. O mesmo aconteceu com a *Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional* (de 1945), que visava controlar a formação de trustes, evitar que trustes estrangeiros pudessem controlar setores da economia nacional e obter o controle da expansão industrial do País. A reação da burguesia industrial obrigou o Governo a adiar a aplicação da Lei, que, depois da queda de Vargas, em 29 de outubro de 1945, tornou-se "letra morta". Isso comprova a impossibilidade de o empresariado ser uma fração hegemônica e estabilizadora de um determinado bloco histórico, pela própria incapacidade de universalizar seus interesses, de fazer concessões, de agir coerentemente, de extravasar os limites imediatistas e, portanto, de exercer uma ação hegemônica como classe organicamente integrada. Todavia, a burguesia industrial era a força emergente, que se beneficiava e fortalecia-se com a industrialização. Eram os seus interesses sociais que se realizavam.

A questão da Lei Antitruste permite ainda concluir que o Governo havia obtido um considerável grau de autonomia, ao tentar colocar a lei em vigor; mas, ao voltar atrás, confirmam-se os limites dessa autonomia, pela correlação de forças a que estava submetido.

A composição do operariado sofre modificações significativas no pós-trinta: grandes contingentes populacionais de origem rural são incorporados às cidades, em substituição à antiga migração estrangeira. Em meados da década, os impulsos anarco-sindicalista e comunista perdem força, devido à crescente heterogeneidade do proletariado e à repressão que se seguiu à derrota aliancista em 1935. Deve-se considerar também a fragmentação da consciência dos operários recém-ingressados, oriundos do campo, e o crescimento do nível de emprego, a legislação trabalhista e a propaganda oficial. (Que funcionaram como estatuto de cidadania, incorporando aqueles trabalhadores à vida da nação.) Tudo isso fez da classe operária uma força política apenas potencial. Apesar de

sua força de classe, ela era incapaz de articular-se naquele momento histórico com autonomia e coerência crítica suficiente para desenvolver uma ação hegemônica. Portanto, ocupava uma baixa posição na escala política, sendo sua força secundária.

Os segmentos médios inferiores (comerciários, bancários, funcionários públicos dos escalões intermediários e baixos, trabalhadores de escritórios, entre outros) enquadraram-se melhor nas medidas adotadas depois de 1930. Eles organizaram seus sindicatos depois daquela data, consideraram a ação do Estado benéfica e imprescindível, partilharam as aspirações comuns de bem-estar e consumo crescente e tinham em vista os países de economia desenvolvida como modelo para o Brasil. Esperavam o progresso: eletricidade, eletrodomésticos, automóvel, lazer, educação, equipamentos urbanos mas, principalmente, a ascensão progressiva do seu nível de vida. Esses grupos sociais incorporaram o estadismo, atribuindo ao Estado a responsabilidade pelo progresso; incorporaram a visão universalista, que coloca acima das classes o poder público, imparcial e representante da vontade da nação.²¹

Entre 1930 e 1945, o Governo ora incentivou, ora foi indiferente ao crescimento do número de sindicalizados no Brasil. Entre 1931 e 1934, eles diminuíram, para retornar nos dois anos seguintes. Entre 1939 e 1943, apesar da ampliação da legislação trabalhista e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), houve muita cautela do Governo a respeito mas, nos anos seguintes, a campanha de sindicalização ganhou espaço redobrado, com intenso trabalho do Ministro Alexandre Marcondes Filho. Tal sindicalismo iria servir de base para a montagem do futuro Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Através do decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que entrou em vigor em 10 de novembro do mesmo ano, a CLT passou a reger as relações de trabalho no Brasil (art. 1º). Em 1936, Oliveira Vianna já afirmara que em quatro anos seria possível elaborar uma consolidação de todo o "vasto

complexo jurídico que forma a legislação social vigente".²² Mas só em 1942, através da portaria nº 791, é criada comissão de dez membros para estudar e elaborar um anteprojeto de consolidação. Quase um ano depois, publicou-se no Diário Oficial o referido anteprojeto para receber sugestões de empregadores e empregados, representados por seus órgãos de classe. (O trabalho recebeu duas mil sugestões, ao todo.) Em 31 de março de 1943, concluíram-se os trabalhos da comissão; após dois meses, é aprovada a CLT por decreto-lei, e, em 21 de agosto, o texto final é publicado no Diário Oficial da União.

A CLT não só consolidou a legislação em vigor mas inovou com relação ao trabalho da mulher, incorporando as recomendações das Convenções Internacionais. A consolidação, em alguns aspectos, copiou trechos inteiros da *Carta del Lavoro*, da Itália fascista, principalmente quanto a sua orientação corporativista, atrelando os sindicatos ao Estado e impedindo a liberdade de organização. Mesmo que em alguns pontos tenha sido avançada para a época, para o trabalhador ela significou o atrelamento e o atraso de sua organização a médio e a longo prazo. A CLT estava de acordo com a Carta de 1937, em seus princípios fundamentais, e, apesar da última nem ter entrado plenamente em vigor e ter sido rejeitada depois de 1945, aquela permaneceu sem alterações significativas, mantendo o mesmo espírito: controlar as relações de trabalho.

A legislação trabalhista, independentemente das justificativas que a acompanham, representou, por si mesma, um forte mecanismo de dominação ideológica. Deu ao migrante rural, que se tornava trabalhador urbano, uma nova concepção do mundo, mais unitária e coerente com sua nova vida urbana. Isto é, integrou o trabalhador a um novo mundo, onde ele seria protegido pela lei, à qual deveriam submeter-se também os patrões. Isso representava um avanço em relação à total submissão ao poder privado do "coronel latifundiário". Mas avanço apenas relativo. Na realidade, o trabalhador tornou-se presa do Ministério do Trabalho, dos pelegos de toda ordem

e da política populista.

A expansão urbano-industrial foi acompanhada por uma crescente migração rural e interurbana (de cidades pequenas para médias e destas, para as grandes). Viviam nos centros urbanos, e ainda hoje vive, uma massa de indivíduos desclassificados, desempregados, habitando cortiços, favelas, palafitas ou vagando sem teto. Alguns são "herdeiros" de escravos, outros são migrantes à espera de colocação no "novo mundo". Essa massa amorfa e sem colocação definida constitui uma plebe urbana: "matéria prima" para os ensaios populistas e, ao mesmo tempo, a contrapartida do discurso ideológico carregado de idéias de progresso e elitismo racial.

A plebe, na verdade, era aquilo que se desejava eliminar, para que a nacionalidade pudesse ser homogênea, unida e forte. Ela também representava o referencial a fim de que os segmentos médios rejeitassem a proletarização e se atirassem nos braços do Estado, para que este promovesse o progresso. Entretanto, essa plebe foi quem mais cresceu desde então, até atingir, hoje, mais de 60% da população brasileira.^{2 3} (Ver quadro II.)

2 - A correlação das forças políticas no Estado Novo

Como vimos, o período entre 1930 e 1937 foi marcado por confrontos entre forças políticas. Era necessário atingir um equilíbrio que estabilizasse a ordem política, impedindo o aprofundamento da crise. Este foi obtido na medida em que o latifúndio se aliou ao bloco urbano-industrial, constituindo novo bloco de poder articulado. O centro dinâmico da acumulação capitalista passou do pólo agroexportador para o urbano-industrial, sem que as relações dominantes no meio rural fossem colocadas em risco. Por conseguinte, da associação entre o passado e o novo resultou um Estado ajustado às

QUADRO II

		POSIÇÃO OCUPADA COM RELAÇÃO AOS INTERESSES SOCIAIS		
		BLOCOS AÇÕES	AGROEXPORTADOR	INDEPENDENTE
FORÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS QUE ENTRAM EM RELAÇÃO	HEGEMÔNICA	burguesia mercantil ↓ cafeicultor paulista ↓	latifundiários ↓	
	CLASSISTA			↑ burguesia industrial ↑ operariado
	CORPORATIVISTA	↑ segmentos médios superiores outros setores agroexportadores	médios proprietários rurais	↑ segmentos médios inferiores
			↑ plebe rural	↑ plebe urbana

forças sociais e políticas.

A preocupação da classe dominante não era, de imediato, com a classe subalterna, incapaz de acreditar em si mesma e de se organizar autonomamente, visando conquistar o poder e a hegemonia da sociedade, pois a maioria permanecia atrelada ao poder privado ou dependente do poder público. Da mesma forma, a quantidade de lideranças era pequena e sua preparação político-ideológica, insuficiente; portanto, não foi difícil eliminá-las do cenário político, como aconteceu depois da Intentona Comunista de 1935.

As frações dominantes estavam divididas com relação ao futuro do País. De um lado, o bloco agroexportador, favorável ao destino rural e exportador para o Brasil e, portanto, de acordo com a divisão internacional do trabalho como estava. Este segmento — que chamaremos, a partir de agora, *setor agroexportador* — era essencialmente liberal e antiestatista. Do outro lado, estava o bloco articulado pelo latifúndio e interesses urbano-industriais, que passaremos a denominar *setor urbano-industrial*.

A relação entre eles se estabelece a partir de uma contradição relativa: os agroexportadores não dependiam da expansão do mercado interno, queriam aumentar a renda das exportações e retê-las em suas mãos. O setor urbano-industrial poderia, em parte, satisfazer essas exigências, já que necessitava do aumento da renda gerada pela exportação. Entretanto, dependia diretamente do desenvolvimento do mercado interno e da apropriação da parcela da renda gerada pelo setor externo; por isso, se favorecesse as exportações, estaria visando unicamente maior capacidade de importação para o País. Logo, os dois setores se afastam, mas como dependiam do Governo a questão cambial, as cotas de importação e a política de preços mínimos dos produtos exportados, o controle sobre o poder do Estado tornava-se fundamental.

Esse era o cerne do conflito político dos anos trinta e, a partir dele, construíram-se as alianças políticas e

as armações jurídico-institucionais do Estado, bem como atuaram os intelectuais e se constituíram as ideologias. É nesta correlação que se insere a revista *Cultura Política* e é a favor do setor urbano-industrial que ela atuará. Contudo, isso não significa que as superestruturas sejam reflexos mecânicos dos interesses materiais; apenas que estes delimitam o campo de ação dos atores sociais e dos "funcionários da superestrutura".²⁴

A constituição da base social que apoiava o projeto industrializante pode ser entendida da seguinte forma: segmentos médios inferiores, operários, plebe urbana, pequenos e médios proprietários rurais — com exceção daqueles ligados à exportação ou que se localizavam em regiões agroexportadoras —, pequenos e médios industriais, segmentos médios superiores assalariados — com exceção daqueles ligados à burguesia mercantil — e setores de serviços que não fossem de importação-exportação ou financiadores de produtos para exportação. Todos eles tinham em comum o fato de depender da expansão urbano-industrial para realizar seus interesses, porque ela aumentaria o mercado consumidor, o número de empregos, entre outras coisas.

Excluimos os trabalhadores rurais, uma vez que eles formavam a maioria marginalizada pela permanência das estruturas rurais. Assim mesmo, indiretamente, a industrialização os beneficiava, porque significava a possibilidade de emigrar, de fugir do poder privado dos coronéis ou da fome.

O Estado Novo apoiava-se em tal aliança heterogênea, "soldada" pela fração latifundiária, na qual os subalternos não entravam com autonomia. Essa fração, na medida em que constituía um bloco independente e ocupava posição política alta, funcionava como "curinga", estabilizando o Estado e, portanto, detendo uma força superior e suas posses materiais e à posição que ocupava na estrutura de produção. Aquela aliança, para se realizar historicamente, exigiu a marginalização da maioria da população brasileira, pois se

assentava sobre a manutenção das estruturas fundiárias e suas relações sociais.

A estabilização da ordem política exigiu que o Estado assumisse a forma ditatorial, como meio de disciplinar as forças políticas e impedir o retorno dos setores agroexportadores ao poder, através da candidatura de Armando Sales. Os choques entre as forças que desejavam se impor ao País, bem como os conflitos secundários (de caráter classista ou corporativo), interclasses ou entre frações de classes, foram transferidos para a esfera estatal. A consequência disso foi o duplo fortalecimento do Estado, pela exacerbação do aparelho estatal e, graças a isso, pela ampliação do próprio Estado, que assumiu obrigações econômicas, sociais, ideológicas e culturais.

Entretanto, esse processo é contraditório, pois ao exigir a eliminação do sistema representativo e ao mesmo tempo promover a modernização e industrialização do País, criou condições para que a ditadura fosse derrubada e, a longo prazo, para que as relações sociais dominantes fossem contestadas.

O papel de mediador de interesses privados contraditórios e a intervenção em todos os setores sociais e em todo o território brasileiro deram ao Estado contornos verdadeiramente nacionais. A ditadura permitiu que isso fosse feito com atritos reduzidos, através da ação dos anéis burocráticos e, em caso de desacordo interburocrático, através da decisão final do Presidente, que sabia, como nenhum outro, pesar a correlação de forças e decidir pragmaticamente.

A ditadura, apesar de ter beneficiado a industrialização, não acarretou mudança nas relações sociais, além da correlação a que estava submetida. Seu poder advinha do equilíbrio entre os dois setores já mencionados e da função mediadora dos latifundiários. Não era, porém, suficientemente

forte para enquadrar na sua lógica todos os interesses domi
nantes. Isso refletiu-se na ação do Governo, que procurou evi
tar uma conduta exclusiva. Por isso, seu esforço de planeja
mento foi limitado, pois esbarrava em interesses fortemente
alojados na sociedade e que encontravam receptividade em ins
tâncias burocráticas, que também eram fragmentadas. Daí, a
impossibilidade de formular um plano global de desenvolvimento.

D - A CULTURA COMO DOMÍNIO OFICIAL

O Estado Novo significou, em parte, a estatização da cultura e da educação: enquadramento da arte moderna e transformação de muitos de seus expoentes em funcionários; instituição da obrigatoriedade do ensino moral, cívico e físico; criação de escolas-padrão e controle sobre os currículos e os conteúdos escolares; publicação de livros didáticos e livros de leitura com conteúdo dirigido; criação da universidade-padrão (Universidade do Brasil); regulamentação das atividades de radiodifusão, cinema, teatro, imprensa; exercício de mecenas artístico; patrocínio de concursos literários para classes subalternas; reformado ensino secundário, com privilégio para o ensino clássico; cerceamento da liberdade de expressão e impassibilidade da divulgação de outro discurso que não o oficial, entre outras coisas.

Toda a cultura foi vista instrumentalmente, pois constituiria meio de formar uma personalidade nacional. Os intelectuais, responsáveis pelos afazeres respectivos, foram valorizados, cortejados ou reprimidos. O Ministério da Educação e Saúde (MES) formou uma equipe numerosa de intelectuais, técnicos e artistas; muitos eram egressos do modernismo ou da *escola nova*, constituindo em alguns casos a vanguarda desses movimentos: Lúcio Costa, Portinari, Niemeyer, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Fernando de Azevedo, entre outros. Por outro lado, o MES alinhou-se com os setores leigos da Igreja Católica, representados por Alceu Amoroso Lima, que, entretanto, eram francamente contrários à presença dos membros da escola nova no Ministério. Contudo, estes ali estavam por sua capacidade profissional e pela experiência como reformadores do ensino.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) congregou intelectuais para pensarem e divulgarem a ideologia do regime ou para prestarem serviços menores, como na Censura. A sua atividade mais importante foi a imprensa, tanto

com relação à censura, como na publicação de jornais, revistas, opúsculos, cartilhas, livros, entre outros materiais. *Cultura Política* constituiu-se num dos empreendimentos mais significativos e mais dispendiosos entre todos os que o Departamento realizou e um dos que aglutinou maior número de intelectuais.

1 - A atuação do Ministério da Educação e Saúde

As questões referentes à educação movimentaram técnicos e burocratas do MES, intelectuais de renome, membros da Igreja Católica, educadores independentes, ideólogos do regime e imprensa em geral, numa grande discussão, promovida e incentivada pelo Governo. A educação, independentemente das finalidades desejadas e das filiações ideológicas, era tida como capaz de adequar os indivíduos aos objetivos que a eles se atribuíssem. Logo, conferia-se-lhe um valor destacado, o que levou o Estado a apropriar-se dela, como um negócio estatal.

A principal finalidade da educação, segundo o pensamento corrente da época, era formar uma consciência nacional, dando uma consistência de povo-nação a uma população ainda fragmentada e dispersa. Oliveira Vianna afirmara que a missão nacionalizadora da educação era criar "um sentimento de orgulho nacional, de grandeza nacional, de superioridade nacional", alimentando o "espírito brasileiro", que seria "anêmico, débil, inoperante".²⁵

Construir a nacionalidade significava homogeneizar a população. Para isso, a educação deveria ter conteúdo católico, dedicar atenção especial ao ensino da língua portuguesa, desenvolver uma mentalidade moral e cívica fundamentada na devoção à pátria, além de voltar-se para o aprimoramento

do corpo, através da educação física, objetivo ligado ao ideal de melhoramento racial. ²⁶

A política de nacionalização atingiu os núcleos coloniais estrangeiros, principalmente os alemães, para ajustá-los às novas metas do sistema educacional. Para isso, tornou-se obrigatório o ensino em língua portuguesa, os professores deveriam ser de origem nacional e, também, fez-se uso da violência policial contra oposições locais. A destruição daqueles núcleos de "cultura estrangeira" encerrava certo conteúdo paranóico, pois o ideal de nacionalidade, perseguido pelo projeto educacional do Governo, era identificado nas colônias estrangeiras e não, na sociedade brasileira. As duras medidas de enquadramento à condição de "brasilidade" visavam sustar as ameaças "potencialmente separatistas" das colônias de imigrantes, porque estes seriam culturalmente mais fortes.

O Ministro Gustavo Capanema agiu autoritariamente, centralizando na burocracia o ensino de todos os níveis. A educação teria que incorporar os valores nacionalistas e levar o educando a "amar a pátria" com sereno otimismo quanto ao poder e ao destino de "nossa raça". Esses valores foram parar nos livros didáticos, que a partir de 1938 passaram a sofrer rígido controle por parte da Comissão Nacional do Livro Didático. Para Capanema, a educação deveria:

"...servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às classes ou categorias sociais. Teríamos assim, a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande 'exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação' e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, 'realidade moral, política e econômica' a ser constituída". ²⁷

Os objetivos educacionais extrapolavam a esfera escolar, pois deveriam penetrar a vida privada das famílias, levando-lhes a nova mentalidade, ajustada aos fins do regime. O MES preocupou-se especialmente com as mulheres, a família e a juventude. Mas aí as divergências tornaram-se polêmicas entre as esferas burocráticas, intelectuais ligados ao regime e feministas. Getúlio Vargas agiu pragmaticamente, dando a essas questões um tratamento que lhes tirou a intensidade doutrinária.²⁸

Da mesma forma que a educação foi enquadrada no projeto ideológico estadonovista, as artes e o rádio mereceram cuidados especiais. O teatro foi incentivado e a profissão, regulamentada por lei. O cinema recebeu destaque como veículo de educação popular. Capanema entregou a artistas de vanguarda a elaboração de projetos arquitetônicos, esculturas, pinturas em painéis, estudos folclóricos, além de ter criado o Departamento do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, promovido cursos e concursos literários e intercâmbios culturais, entre outras atividades.

Merece atenção especial a música, pelo papel que lhe foi atribuído. Os sambistas foram persuadidos a trocar os elogios à malandragem e à vida boêmia pela apologia do trabalho, do homem que trabalha e da mulher que o espera em casa. O canto orfeônico foi considerado importante instrumento para desenvolver o espírito coletivo, a cooperação, o sentimento de hierarquia e de disciplina, tudo isso contra uma mentalidade individualista. Vila Lobos destacou-se muito nessa tarefa, com seus corais de "mil vozes", que encheram de cantos as comemorações do 1º de maio, no estádio do C.R. Vasco da Gama, no Rio de Janeiro.

2 - A atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda

A partir de novembro de 1937, o Governo suprimiu a livre expressão das forças políticas, instituindo um único

"discurso competente".²⁹ Em 27 de dezembro de 1939, foi criado o DIP, com várias divisões: radiodifusão, cinema, teatro, turismo, imprensa e censura. Cada Estado possuía uma extensão do DIP, os Departamentos Estaduais (DEIP), com as mesmas funções e obrigações. O que distingue o novo órgão dos anteriores é sua eficiência e poder, atributos que o Departamento Oficial de Propaganda (2 de julho de 1931) e o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (10 de julho de 1934) não possuíam.

O DIP foi fundamental para o projeto estadonovista, constituindo-se no principal instrumento de difusão da imagem do regime e do Presidente. Era o porta-voz oficial e órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão até 1945. Sua missão era centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna e externa e a cultura nacional, bem como exercer a censura contra as atividades "nocivas" aos interesses nacionais.

O DIP atuava no mercado editorial; patrocinava e produzia teatro, filmes e programas de rádio; promovia a literatura e as artes para as massas e, principalmente, atuava no convencimento ideológico dos subalternos. Para isso, distribuía milhares de cartilhas e livros de conteúdo apologético, tais como o "Sorriso do Presidente" e "Getúlio e as Artes". Espalhava fotografias do Presidente pelas repartições públicas, escolas, estações, aeroportos, restaurantes, bancos, comércio, fábricas, entre outros locais públicos, tornando a imagem de Vargas comum ao dia-a-dia de todos os brasileiros.

O Governo, para conseguir unidade de comando e obter dos governados o consenso em torno de sua atuação, agiu abertamente no campo ideológico, através do MES e do DIP. Portanto três instrumentos foram-lhe fundamentais: a educação, a imprensa e o direito, do qual já tratamos na seção anterior (ver II.C.1.3).

E - O CONTEXTO IDEOLÓGICO-INTELECTUAL DOS ANOS TRINTA

1 - O campo ideológico

O campo ideológico brasileiro esteve marcado, desde o final do século XVIII, por modelos europeus. Aqui ancoraram o pensamento iluminista, o ecletismo de Vitor Cousin, o positivismo conteano, o evolucionismo spenceriano, o historicismo alemão, o idealismo, o neo-hegelianismo croceano, o corporativismo de Rocco e todas as espécies de cientificismo do século XIX. O panorama não se alterou muito no primeiro terço do século XX, predominando o cientificismo associado ao tradicionalismo, ao historicismo, ao nacionalismo integral, ao catolicismo social, ao fascismo, ao racismo de Chamberlain e a muito outros "ismos" em voga na Europa desde o final do século XIX.

Entretanto, não é nossa intenção engrossar as fileiras dos que afirmam que não existiu um pensamento político brasileiro. Ele existiu e esteve voltado para a nossa realidade mas não foi uma criação original, sem "estrangeirismo", como queria Alberto Torres.

A partir da segunda década deste século, o mundo viveu a "maré direitista". As novas forças políticas que assumiram o poder em muitos países — Portugal, Espanha, Polônia, Itália, Alemanha, Grécia, entre outros — alteraram instituições e instauraram regimes ditatoriais. A tônica desses regimes era a "morte do liberalismo", que de fato parecia concretizar-se. O fascismo foi a forma mais acabada e exacerbada desse fenômeno, representando no campo ideológico a defesa e a exaltação do imperialismo agressivo e do expansionismo bélico.

Nos países onde o desenvolvimento capitalista era retardado, os regimes políticos de direita não chegaram, e

nem poderiam chegar, aos extremos do fascismo, pois a realidade deles não comportava uma política que fosse agressiva às potências capitalistas. Nesses países, a agressão restringiu-se às oposições internas, que, eliminadas (melhor seria dizer, reprimidas), permitiram a consolidação de regimes ditatoriais.

Muitas foram as variações teóricas dos regimes de força, mas todos tinham a matriz comum assentada no antiliberalismo. O Estado Novo não foi fascista porque lhe faltou a mobilização das massas, o partido único, os apelos irracionais à superioridade racial, as milícias paramilitares, entre outras coisas. Entretanto, possuía a mesma matriz ideológica que caracterizava os regimes ditatoriais de direita. Por conseguinte, a impossibilidade de incluí-lo na categoria de fascista e o fato de sua ideologia não ser apenas cópia do pensamento europeu não significam que ele foi fenômeno exclusivamente nacional. Na verdade, fez parte do que se convencionou chamar de "maré direitista".

Teoricamente, o Estado Novo resultou de um processo de reinterpretação do pensamento europeu, que se opôs tanto ao liberalismo como ao socialismo. Esse pensamento foi adaptado às necessidades do setor urbano-industrial, para justificar a participação do Estado no processo de industrialização e modernização. A gestação de uma nova ideologia e a luta para derrubar idéias estabelecidas, bem como a indefinição dos interesses vitoriosos caracterizam a transição do pólo dinâmico da economia.

Entretanto, o Estado, enquanto componente material da sociedade (com seus organismos de conciliação de interesses, conselhos, comissões, aparelhos editoriais, etc.), desfrutando de margem significativa de autonomia, interveio nas relações sociais e políticas a favor dos interesses urbano-industriais. É neste contexto estatal que os intelectuais atuaram, dando sua contribuição na forma de um ideário que servisse para estabelecer uma direção, para congregar for

ças, para soldar a máquina do Estado e dar-lhe um sentido de ação.

2 - As revistas

O canal preferido pelos intelectuais, nas décadas de 20 e 30, para divulgar as suas idéias eram os ensaios escritos para os jornais e revistas. Muitos se congregaram em torno de revistas como *A Ordem*, fundada por Jackson de Figueiredo, baluarte do pensamento reacionário católico. Entre as muitas publicações que circularam na época, destacam-se a *Revista do Brasil*, de Paulo Prado; *Hierarquia*, reunindo os defensores da autoridade; *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, que contou com a colaboração de Hélio Vianna, Santiago Dantas, Octávio de Faria, Plínio Salgado, entre outros; *Política*, de Cândido Motta Filho e Menotti del Picchia; *Problemas Brasileiros*, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; *Coleção Azul*, dirigida por Augusto Frederico Schmidt, que pretendia ser instrumento de reflexão e orientação política.

Foram dezenas de revistas, coleções, coletâneas, jornais, opúsculos, livros, um movimento editorial nunca visto antes no País. Todos tinham no centro de suas preocupações e reforma do Brasil, estavam voltados à transformação e ao fazer político em primeiro lugar.

O Governo, seguindo a mesma direção da época, procurou fazer-se entender principalmente através da imprensa escrita. Financiou um grande número de jornais, pagou matérias, exerceu controle da imprensa através das cotas de papel importado, manteve seus próprios jornais e revistas. A imprensa escrita constituiu-se no pólo gerador de idéias aceitas pelo regime e local privilegiado para a construção do discurso ideológico do Estado Novo.

A revista *Cultura Política* continua essa tradição,

reunindo um número de intelectuais que nenhuma outra reuniu. Pagando o dobro do que pagava o mercado aos seus colaboradores, editou uma variedade de temas que abrangia desde a política, passando por questões militares e econômicas, até problemas de alimentação, educação física e artes plásticas. Chegando a mais de cem temas diferentes, CP foi o mais bem elaborado aparelho editorial de divulgação ideológica, surgida na linha natural das revistas que apareceram e desapareceram entre 1920 e 1945.

3 - Os intelectuais

Na década de 20, cada cidade possuía sua roda de intelectuais, geralmente homens letrados e bem nascidos. Enquanto em Belo Horizonte, na Rua Bahia, reuniam-se Capane ma, Carlos Drummond, Pedro Nava, entre outros, em Cataguanas, os "verdes" agitavam a pequena cidade; em São Paulo, ocorria a Semana de Arte Moderna de 1922; no Rio de Janeiro, em 1924, saía a coletânea organizada por Vicente Licínio Cardoso, *À Margem da História da República*. Esta pretendia ser um depoimento da "geração que nasceu com a República". No prefácio, encontramos o apelo: "É preciso reagir à gravidade do nosso momento histórico, reagir pelo progresso dentro da ordem". São depoimento de A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, José Antônio Nogueira, Ronald de Carvalho, Alceu Amoroso Lima, entre outros. São intelectuais que, na maioria, teriam papel destacado nas décadas seguintes. Todos tinham em comum a mesma preocupação: o que fazer para salvar o Brasil, para fazê-lo progredir.

Enquanto isso, na mesma década de 20, outros intelectuais organizam em 1922 o Partido Comunista do Brasil (PCB) e no mesmo ano os jovens tenentes do Forte de Copacabana rebelam-se contra a ordem política. Em 1924, é a vez dos gaúchos e dos paulistas. Em 1925, ambos, formaram a colu

na Miguel Costa-Prestes e lutaram contra forças governamentais, milícias estaduais e cangaceiros durante o seu percurso de mais de vinte e cinco mil quilômetros, pelo interior do Brasil, até se exilarem na Bolívia.

O que caracteriza essa geração de ilustres jovens era sua devoção nacionalista e o esforço de identificação com o Brasil, encontrar-lhe as raízes e fazê-lo grande. A preferência daqueles que se interessaram pelo estudo dos problemas brasileiros, quiseram apontar-lhes a solução e apresentar os caminhos para o futuro foi pela Sociologia. A vontade política era tão exacerbada que o dogmatismo se sobrepôs-se, a objetividade. Todavia, apesar das posições teóricas hoje superadas e da falta de objetividade, houve um avanço significativo em relação às gerações anteriores. As antigas descrições e narrativas monótonas e os polígrafos (que escreviam sob encomenda e ao gosto daquele que pagasse), que eram dominantes até então, foram substituídos pela investigação dos problemas e pela busca de soluções segundo o próprio ideal que esta geração havia traçado, cada qual em sua linha ideológica. Era uma geração de *posição política alta*, que incorporou um empreendimento arrojado e que aliava conhecimento e ação: eram intelectuais, acima de tudo, engajados politicamente.

O autodidatismo caracteriza a formação desses intelectuais. São médicos, engenheiros e advogados que se tornam sociólogos, economistas, filósofos, historiadores, jornalistas, politicólogos e homens de letras (poetas, romancistas, contistas) através de livros comprados nas livrarias importadoras. Contrastando com essa formação precária, predominava a erudição e o dogmatismo. Intelectuais, como Tobias Barreto, Sílvio Romero, Alberto Torres e, posteriormente, Oliveira Vianna, Gilberto Amado, Pontes de Miranda, Azevedo Amaral, entre outros, defendiam suas idéias e posições políticas como verdades absolutas, assentadas na mais pura ciência e possuíam uma auto-imagem de genialidade e sabedoria, que se em

penhavam em transmitir. Por esse tempo, as faculdades de Filosofia e as Universidades estavam apenas surgindo.

Mas, como exigir relativização ou modéstia de quem estava essencialmente preocupado em transformar o Brasil? Se no século passado o ecletismo de Vitor Cousin tinha servido aos "donos do poder" para conciliarem o liberalismo com a escravatura, a Sociologia surgiu no Brasil comprometida com a nova geração—nascida com a República — e lhe servia de instrumento de transformação do Brasil, para fazer o país "legal" encontrar o país "real".

Toda essa intelectualidade que atuava na política, com poucas exceções, vai apoiar o Estado Novo, colaborar com suas publicações, prestar-lhe serviço especializado, produzir sob sua proteção e incentivar-lhe a política transformista. Isso não significa que todos comungavam o mesmo credo político; apenas que aceitaram o pragmatismo e o comando de Vargas, apesar de muitos se oporem às restrições políticas e culturais, como Gilberto Freyre e Eugênio Gudim. Depois de 1945, vários deles tomaram caminhos completamente diversos.

A expansão do aparelho estatal abriu novos espaços para essa geração de intelectuais, principalmente para um novo tipo de intelectual. São os técnicos, adjuntos técnicos, especialistas em Educação, Economia, Estatística, Demografia, Geologia, Sociologia, Direito Trabalhista, Administração, siderurgia, mineração, comércio exterior. O Estado torna-se também o maior mecenas das letras e das artes, encomenda edifícios, livros, concertos, artigos, esculturas, manuais escolares, guias turísticos, filmes, estudos folclóricos e muitas outras coisas.

Esses intelectuais gozaram de certa autonomia, que não ultrapassava, no entanto, os limites estabelecidos pelos interesses corporativos da classe dominante (a propriedade privada e as relações sociais dominantes), ou seja, os próprios limites da autonomia estatal (ver I.C.2 e I.C.3). Caso

se excedessem, seriam excluídos pela força, por representar interesses "antinacionais", como aconteceu com a intelectualidade comunista. A autonomia desfrutada permitia-lhes formularem a maneira de se concretizarem as mudanças, tanto no que diz respeito aos valores éticos, sociais e culturais que as orientariam, como em relação à organização e ao papel do Estado nessas mudanças. As consequências disso foram muitas e profundas para a história do País.

4 - Os pensadores autoritários

Destacam-se, entre os intelectuais, aqueles conhecidos como pensadores autoritários, convocados pela elite burocrática ou pelo próprio Vargas, em virtude da competência e do saber que possuíam no campo ideológico. A posição por eles ocupada concedia-lhes uma autonomia suficiente para direcionarem as reformas em curso ou influenciarem as decisões tomadas, dando ao Estado um projeto político e uma forma institucional.

Os pensadores autoritários ofereceram um projeto alternativo, fora do esquema liberal-oligárquico inscrito na carta de 1891 ou de 1934. Tinham um projeto progressista, porém essencialmente autoritário. Acima de tudo, a importância desses intelectuais estava em "dissuadir uma geração de bacharéis intoxicados por idéias salvacionistas de buscarem este institucional fora dos domínios do Estado".³⁰ Eles sintetizaram os anseios transformistas e os traduziram dentro dos parâmetros da ordem e da hierarquia. À crise do Estado, contrapuseram a sua ampliação, fundamentada na noção de que somente ele poderia viabilizar o progresso requerido pela sociiedade brasileira.

A origem social desses homens era a terra, filhos de famílias de estirpe, experimentadas na direção política desde os tempos do Império, ou eram filhos de famílias espe

cializadas no trabalho intelectual e político, contando, entre seus antecessores, com figuras de renome nas profissões liberais, nas letras, nas atividades parlamentares e nas mais altas funções públicas. Todos tinham posição política alta, o que os fazia oradores privilegiados.

Os autoritários geralmente ocupavam-se de aspectos específicos dentro do campo ideológico; mesmo nos subgrupos, havia temas e abordagens diferenciadas. Isso, mesmo que não fosse intencional, era muito útil do ponto de vista dos resultados práticos, pois permitia que a mesma matriz autoritária fosse tratada sob diversos aspectos. As diferenças dizem respeito à vinculação social de cada um, à sua formação intelectual e à competência particular. Entre os pensadores autoritários, destacam-se os comprometidos ideologicamente com o Estado Novo: Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral e Almir de Andrade.

OLIVEIRA VIANNA. De todos os autoritários, foi o que mais se inclinou para o corporativismo. Era filho de proprietário de terras no Estado do Rio, origem que lhe dava orgulho. Foi frequentador dos círculos de jovens intelectuais que se reuniam em torno de Alberto Torres, cujas idéias ajudou a divulgar no livro *Política Objetiva* (São Paulo, Nacional, 1930). Era muito erudito em Direito Trabalhista, tendo sido responsável por grande parte da legislação respectiva e pela CLT. Durante o Estado Novo, Vargas o nomeou para o Supremo Tribunal Federal, aposentando-o em seguida, para que se dedicasse inteiramente à sua obra *Instituições Políticas Brasileiras* (Rio, J. Olympio, 1949, 2v.).

Além das obras mencionadas, Oliveira Vianna publicou *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1922; *Evolução do povo brasileiro*. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1933; *Problemas de direito corporativo*. Rio, J. Olympio, 1938; *O Idealismo na evolução política do Império e da República*. Rio, s/editor, 1922; *O idealismo da Constituição*. Rio, s/editor, 1924; 2.ed., aum. São Paulo, Nacional, 1942;

Problemas de organização e problemas de direção (o povo e o governo). Rio, J. Olympio, 1952.

Suas idéias básicas podem ser assim resumidas: o liberalismo seria culpado pela deturpação da realidade nacional porque em decorrência do individualismo, ter-se-ia tornado uma força desagregadora da nacionalidade. Como essa força impediria o desenvolvimento nacional, o Estado teria que ser forte, centralizado e acima dos interesses particulares, para organizar a nação. A autoridade estatal, agindo sobre a sociedade e o indivíduo, produziria o povo-nação.

O corporativismo desempenhava um papel destacado na doutrina de Oliveira Vianna, na medida em que ele considerava que a única solução para a "questão social" era a legislação que coibisse os excessos individualistas e harmonizasse as classes. Advogava ainda a necessidade de organização corporativa da economia, através de conselhos técnicos e arregimentação de todas as classes em corporações. Deveria haver, cooperação entre estas e o Estado, fazendo com que a sociedade funcionasse harmonicamente e o Estado tivesse força para promover o progresso social e material.

A forma de democracia que ele considerava possível no Brasil teria que se basear na autoridade e na experiência das oligarquias. Para que a democracia se realizasse, essas oligarquias teriam que ser esclarecidas e a sociedade, hierarquizadas, de forma que a autoridade agisse para inibir o surgimento de esferas particulares de poder, canalizando todos os interesses para o interesse superior da nação.

FRANCISCO CAMPOS. De todos os autoritários, foi o que mais se inclinou para o fascismo. Campos era membro destacado da oligarquia mineira, responsável pela primeira grande reforma educacional, inicialmente em Minas Gerais e depois, em todo o País. Foi Secretário do Interior do governo Antônio Carlos e, depois da Revolução de 1930, tornou-se figura de proa do novo governo. A constituição de 1937 foi escrita por ele, bem como é de sua responsabilidade grande par

te da estrutura jurídica ainda vigente. Atuou intensamente para aproximar Vargas da hierarquia católica, não porque fosse religioso mas porque via na Igreja um dos baluartes da ordem social e da disciplina do povo, que para ele seriam fundamentais na consolidação do Estado pós-trinta.

Suas relações com o governo Vargas são, no entanto, marcadas por idas e vindas. Entre 1930 e 1932, colabora intensamente na montagem do Governo, para ficar isolado no período seguinte. Em 1937, retorna com a incumbência de redigir a nova Carta e, depois do Golpe, assume o cargo de Ministro da Justiça. No final do Estado Novo, rompe com Vargas e torna-se seu opositor ferrenho.

Seus principais escritos foram: *O Espírito do Estado Novo: interpretação da Constituição de 10 de novembro de 1937*. Rio, Serviço de Divulgação da Política Civil do Distrito Federal, 1937; *O Problema do Brasil e as Grandes Soluções do Novo Regime*. Rio, Imp. Nacional, 1938; *Síntese da Reorganização Administrativa e a Uniformidade Política do Brasil*. Rio, J. Olympio, 1940; *O Estado Nacional*. 3.ed. Rio, J. Olympio, 1941; *Dez de Novembro; resultado de 50 anos de experiências políticas; Discursos*. Rio, DNP, 1938; *A política e as características espirituais do nosso tempo*. Rio, Imp. Nacional, 1939; *O Estado Novo e suas diretrizes*. Rio, Imp. Nacional, 1937; *Educação e Cultura*. 2.ed. Rio, J. Olympio, 1941.

Para Campos, o Estado era expressão da sociedade organizada nacionalmente. Só o governo-forte seria capaz de organizar toda a comunidade nacional, levando-a ao desenvolvimento espiritual, social e material. Para isso, o Estado deveria ampliar-se, integrando funções, centralizando poderes, concentrando a autoridade no chefe do executivo. O Estado teria que fomentar a iniciativa privada, orientando-a no interesse coletivo: o desenvolvimento da nação. Enfim, o Estado era visto como expressão da totalidade nacional, vontade e força da nação.

AZEVEDO AMARAL. Muito hábil com a caneta, jornalista

ta correspondente durante dez anos na Inglaterra, possuía uma destreza intelectual que lhe permitia distinguir as mudanças conjunturais e estruturais que ocorriam no seu tempo, interpretando-as de um ponto de vista antiliberal. Filho de profissional liberal, seu pai havia sido influente nos tempos do Império. Formado em medicina, nunca exerceu a profissão, pois a trocou pelo jornalismo. Escreveu *Ensaio Brasileiro*. 2.ed. Rio, Onema & Barreto, 1930; *O Brasil na Crise Atual*. São Paulo, Nacional, 1934; *A aventura política do Brasil*. Rio, J. Olympio, 1935; *Renovação nacional*. Rio, Imp. Nacional, 1936; *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio, J. Olympio, 1938.

Sua análise da crise brasileira era correlata à que fazia da crise mundial. Considerava a crise como consequência das transformações do capitalismo, que tornaram a ordem liberal inadequada às novas condições criadas pelas mudanças socioeconômicas. O liberalismo teria-se ajustado ao capitalismo concorrencial mas não ao novo tipo de capitalismo monopolista que se formava. Permanecer no liberalismo significava estacionar no tempo e não acompanhar o constante "desenvolvimento" da realidade. Por outro lado, via o liberalismo como sistema inadequado às condições históricas do Brasil e incapaz de dar ao País mecanismos que lhe permitissem fazer frente à dominação estrangeira. Daí, seu antiliberalismo.

Considerava a democracia liberal uma forma de enganar o povo, uma vez que ela servia à burguesia, única classe preparada para o jogo eleitoral e para vida parlamentar. Tratava-se de um sistema que se prestava para encobrir os interesses individualistas do poder econômico e favorecer os politícos com privilégios, pois na sua opinião os verdadeiros donos do poder eram muito diferentes daqueles que apareciam na cena política para o povo.

Azevedo Amaral condenava também o fascismo e o comunismo, por considerá-los sistemas que desprezam a personalidade humana e oprimem o indivíduo em nome do Estado. O co

munismo, por concentrar-se apenas nos objetivos econômicos a alcançar e no igualitarismo. E o fascismo porque reduz tudo ao Estado, à vontade do Estado, massacrando dessa forma o ser humano.

A solução seria o regime autoritário, porque o autoritarismo estaria equidistante do liberalismo e dos totalitarismos. As transformações impostas pelos tempos atuais e pelas necessidades históricas da nação seriam alcançadas através do Estado moderno autoritário, baseado no intervencionismo, no conhecimento técnico das decisões, pronto a responder com eficiência e rapidez às decisões impostas pelo novo capitalismo.

O progresso nacional dependeria, então, da organização da nacionalidade e da criação de estruturas sólidas e eficientes. Isso, para se realizar, precisaria da direção e coordenação de uma autoridade central forte, que, no entanto, não deveria impedir os indivíduos de desenvolverem ao máximo suas potencialidades, cabendo ao Estado favorecê-las.

A sociedade e o Estado deveriam organizar-se hierarquicamente, com cotas de autoridade e responsabilidade estabelecidas e distribuídas pelos indivíduos e grupos sociais. O objetivo seria o bem público e o pleno desenvolvimento das "forças vivas da nação". Isso não seria possível sem a industrialização, que forneceria a base da nova sociedade brasileira. Azevedo Amaral era, de todos, o mais abertamente industrializante, ligando essa tendência ao próprio futuro da nacionalidade.

A função de comando deveria caber apenas às elites, que deveriam criar os meios para o pleno desenvolvimento das liberdades civis, desenvolver a cultura nacional, criar campo propício à iniciativa privada e investir na economia e no homem. O Estado-nação se realizaria na sociedade hierarquizada, porque só assim seria possível a organização do Estado Moderno.

ALMIR DE ANDRADE. Entre os autoritários, foi o que mais se inclinou por uma interpretação culturalista das transformações que o País vivia. Era catedrático em Direito, muito respeitado nos círculos acadêmicos e escrevia críticas para a *Revista do Brasil*. Um de seus artigos para a revista motivou sua aproximação com Vargas, que recomendou a Lorival Fontes, chefe do DIP, que entrasse em contato com ele. Dessa ligação, surgiu o livro *Força, Cultura e Liberdade*, editado em associação com a editora José Olympio (Rio, J. Olympio, 1940). Em seguida, foi convidado para dirigir uma revista patrocinada pelo DIP — *Cultura Política* —, na qual publicou inúmeros artigos e editoriais. Escreveu ainda outro livro: *Contribuição à história administrativa do Brasil* (Rio, J. Olympio, 1950. 2v.).

Assim, Almir tornou-se o principal ideólogo do Estado Novo, no que se refere ao discurso para as elites, pois controlava o mais importante fórum intelectual de reflexão e sistematização doutrinária acerca do papel do Estado e de sua relação com a sociedade.

Almir busca na tradição brasileira os aspectos de continuidade histórica que legitimam a ação política no presente. Trabalha com o conceito de "unidade de cultura", que lhe serve para unificar toda a história, passada e presente, num todo indissolúvel. As raízes culturais, quando identificadas, indicariam o caminho que o País deveria seguir no presente e forneceria critérios para a ação. Desta forma, o Governo poderia utilizar a força da tradição para impulsionar o progresso.

Para Almir, o liberalismo teria provocado a crise brasileira, porque teria feito a organização política desviar-se da base cultural, tendo a crise se originado da separação entre vida e cultura. O progresso resultaria justamente dessa combinação. Daí, falar em renovação, entendendo-a como o revigoramento da cultura nacional e o aperfeiçoamento daquilo que já existia em potência: a continuação do passado

em níveis mais elevados tanto material, como social, intelectual e artisticamente.

Tal pensamento é extremamente conservador, desmobilizador e autoritário, na medida em que elege um tipo de tradição a ser conservada e determinado sentido para a História. Configura-se, portanto, uma visão arbitrária e fatalista. Essa visão ajusta-se melhor do que qualquer outra aos interesses das "oligarquias esclarecidas", porquanto permite pensar as transformações e aceitá-las como uma imposição do progresso necessário da nacionalidade; ao mesmo tempo, permite conter aquelas propostas que não interessam a essas oligarquias, classificando-as de contrárias à tradição, à "unidade cultural" brasileira. Assim, renovar significava essencialmente conservar.

A ordem pública não se identificaria com a "vontade geral", nem com o "consenso da maioria". Ela também não teria relação com os interesses coletivos presentes. A ordem pública se relacionaria com a cultura, com a evolução social e com o progresso renovador. O Estado seria a corporificação dessa ordem, dando-lhe expressão orgânica e estabelecendo os meios de sua realização. Só o Estado-Forte seria capaz disso, realizando a "unidade cultural", porque seria a consciência da coletividade, sua direção e condição de progresso.

O Estado deveria garantir a todos a igualdade para que desenvolvessem ao máximo suas potencialidades. Entretanto, só numa ordem autoritária seria possível o indivíduo se realizar, porque é do Estado-Forte que advém a ordem necessária a esta realização. O indivíduo só existiria, também, enquanto "unidade de cultura"; portanto, estaria enquadrado na existência da nação. Logo, o público teria que ter prioridade sobre o privado; o bem comum, sobre os interesses particulares; o equilíbrio, sobre o conflito; a equidade, sobre o lucro e a justiça social, sobre a exploração do mais fraco pelo mais forte. Dessa forma, o indivíduo seria livre na medida em que contribuísse para o destino da nacionalidade, atra

vês do seu trabalho, fosse qual fosse, do sacrifício e do amor à pátria, sempre colaborando com a ação estatal.

O nome da revista *Cultura Política* é a síntese mais acabada do pensamento de Almir de Andrade, não só dele, mas de todo o pensamento autoritário. Isso porque o transformismo necessário à realização do bloco urbano-industrial ficava preso ao passado (latifúndio), não apenas ao nível das relações materiais e políticas mas também no campo ideológico; tal ocorria pela fusão da cultura e da política de modo arbitrário, em que cultura seria preservar o passado (que é uma ideologia defensiva, porque enquadra todas as premissas ameaçadoras do latifúndio na condição de a-históricas) e política seria promover o progresso para colocar o Brasil ao lado das grandes potências industriais. (transformismo que favorece o bloco urbano-industrial e está voltado ao futuro).

O Estado assumiu a primazia no discurso autoritário, como uma forma de estatolatria, abarcando a ação política (governo) e a "unidade de cultura", "conceito de desenvolvimento", "totalidade nacional" ou "povo-nação" (a realidade passada, presente e futura), que formariam o Estado Nacional. O Estado-nação, portanto, seria "cultura política".

5 - *Cultura Política* no seu contexto

A revista foi um dos momentos mais conscientes do núcleo no poder do pós-trinta. Ela emerge em um contexto em que já ocorrera uma definição no campo político depois de anos de confronto e compromissos instáveis. O DIP havia instituído o monopólio da fala, da escrita e da imagem cinematográfica. A repressão havia eliminado as oposições abertas de comunistas, aliancistas, fascistas e liberais. Grande parte da intelectualidade havia sido cooptada pelo aparelho do Estado. A intervenção econômica, social e cultural havia sido institucionalizada. O embate entre as forças sociais e polí

ticas já tinha sido enquadrado em regras legais e confinado em organismos criados pelo Estado. Era um contexto ditatorial, comandado pelo poder pessoal de Getúlio Vargas, com forte apoio militar, pois o Exército havia restaurado plenamente a autoridade. Este lado do "centauro maquiavélico" não pode ser esquecido, pois a força constitui o limite do empreendimento hegemônico do núcleo no poder e a essência do regime de 1937.

A revista CP não foi uma divulgação ideológica no meio das massas, pois nem chegava a elas. De mais, estas eram na maioria analfabetas. A ação política dos subalternos era restrita; seu nível de demanda, baixo; sua consciência, fragmentada e estavam propensos a aceitar a proteção do Estado, devido a sua visão paternalista e patriarcal das relações de poder. Além do mais, seus líderes e porta-vozes estavam excluídos do jogo político-ideológico pelo aparato repressivo.

Entretanto, o presidente Vargas, a elite burocrática e os pensadores autoritários tinham a consciência de que a força era insuficiente para instaurar o novo. O transformismo teria que se tornar senso comum dos intelectuais dentro e fora do Estado; as oligarquias precisavam ser esclarecidas; as novas elites urbanas, formadas; os jovens intelectuais, disciplinados na sua tendência a crescente autonomia. Tudo isso exigia ação hegemônica sobre aqueles que ocupavam posição política alta. Por conseguinte, CP foi um aparelho editorial de hegemonia, voltado a homogeneizar e disciplinar a "geração que nasceu com a República".

Não podemos deixar de nos referir à ausência de dois importantes pensadores autoritários — Oliveira Vianna e Francisco Campos — das páginas de *Cultura Política*. Fica difícil apurar os motivos dessa não-colaboração com o empreendimento de Almir de Andrade.

Com relação a Campos, ele nos fala a respeito³¹ : Vargas tê-lo-ia convidado porque não estaria de acordo com

as interpretações de Campos e queria uma visão mais coerente, nacional e menos fascista. Entretanto, ele (Campos) foi um dos membros mais destacados da elite burocrática. O fato de sua visão ser a mais fascistizante pode ser facilmente comprovado, não só pelo que escreveu mas por suas ações entre 1930 e 1945.

Oliveira Vianna, por sua vez, foi o mentor e formulador de quase toda legislação sindical e da CLT. Sua doutrinação absorveu como nenhuma outra os princípios do corporativismo.

Tanto as propostas mais corporativistas de Vianna como as mais fascistas de Campos não foram aceitas ou, se foram admitidas, não foram implementadas. Se esses fatores têm relação com a ausência dos dois, não podemos afirmar com certeza.

A abundância de recursos e facilidades de trabalho de Almir indicam claramente o reforço ou adesão a sua interpretação do Estado Novo. Mas, ao mesmo tempo, o fato de Vargas ter nomeado Oliveira Vianna para STF, aposentando-o em seguida, corrobora o mesmo tipo de interpretação. Contudo, o escritor fica isolado, enquanto que Almir está à frente de um empreendimento editorial de peso. Mas isso não diz muito.

Se com relação a Campos temos o depoimento de Almir, o mesmo não ocorre com Vianna. Entretanto, não podemos descartar a possibilidade subjetiva. Esses dois pensadores estariam ausente por não considerarem importante escrever numa publicação dirigida por Almir Andrade, já que se consideravam gênios do saber; ou Almir não os convidou para colaborar. Ainda assim, eles estão presentes em notas de "rodapé", em citações ou são simplesmente mencionados por colaboradores de CP, numa participação indireta.

Portanto, a única coisa concreta que temos é que Vargas favoreceu realmente a linha interpretativa de *Cultura Política*; caso contrário, não teria dado a ela recursos abun-

dantes. Por outro lado, temos também o fato de que Oliveira Vianna e Francisco Campos não colaboraram em tal publicação, aparecendo às vezes indiretamente, para corroborar algum ponto específico.

II - NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. REIS, Elisa Pereira. Interesses agroexportadores e construção do Estado no Brasil: 1890 - 1930. In: CARDOSO Fernando Henrique. *Economia e movimento social na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 196 e segs.
2. Idem. p. 194.
3. Idem. p. 214.
4. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 3.ed. Rio, Civ. Brasileira, 1978, p. 33.
5. SOUZA, Maria do C. Campello. *Estado e Política no Brasil (1930-2964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, pp. 83 - 84.
6. Para os acontecimentos que se seguiram à Intentona Comunista ver: RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: dirigentes e organização. In: *História geral da civilização brasileira III. O Brasil Republicano 3*. São Paulo, DIFEL, 1983, p. 373 e segs; CARONE, Edgard. DA união sagrada contra o comunismo ao golpe de estado de 1937. In: ——. *A República Nova (1930-2937)*. São Paulo, DIFEL, 1974, p. 342 e segs.
7. BRANDI, Paulo. *Da Vida para a História*. Rio, ZAHAR, 1983, p. 123.
8. GOMES, Ângela Maria C. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: *História geral da civilização brasileira*. Op. cit., p. 75; BRANDI, Paulo. Op. cit., p. 133 4 segs.
9. As informações sobre a economia cafeeira, canavieira e industrial seguem em linhas gerais a exposição de CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. SP, DIFEL, 1977; FURTADO, C. *formação Econômica do Brasil*. 16. ed., São Paulo, Nacional, 1979. (Este último, especialmente sobre a crise da economia ca

- feeira, p. 181.)
10. CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. op. cit., p. 11.
 11. Idem, p. 58.
 12. Ibidem, pp. 62 - 63.
 13. Ibidem, p. 71.
 14. VARGAS, Getúlio. O discurso de 7 de Setembro. *Cultura Política*. Rio, (33): 23-28, out. 1943.
 15. Para o conceito de industrialização restrita, cf. DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfose: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1964*. Rio, Paz e Terra, 1985, pp. 19-20.
 16. Idem, p. 12; CARONE, E. Op. cit. pp. 57 e segs.; BRANDI, Paulo. Op. cit., p. 135 e segs.; DINIS, Eli e BOSCHI, Raul R. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio, Fofense-Universitária, 1978, p. 21 e segs. Para informações mais objetivas sobre o processo, ver ainda DRAIBE, Sonia. Op. cit., p. 59 e segs.
 17. DINIS, Eli e BOSCHI, R.R. Op. cit., p. 53.
 18. Sobre os organismos estatais, idem, p. 65 e segs; DINIZ, Eli. *O Estado Novo: estrutura e Poder. Relações de Classe*. In: *HGCB III*. Op. cit., p.107 e segs.; CARONE, E. Op. cit., p. 81 e segs.; DRAIBE, Sônia. Op. cit., p. 108 e segs.; SOUZA, Maria do C. Campello. Op. cit. p. 62 e segs.
 19. A noção de equilíbrio em Gramsci. BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio, Paz e Terra, 1980, pp. 129 a 148, principalmente quando uma força política que controla o Estado e não é tão forte para se manter sozinha, tem que convencer a força adversária de que é melhor com ela do que a situação de luta aberta.

20. DINIZ, Eli e BOSCHI, R.R. Op. cit., pp. 98-100.
21. SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil 1930-1964. In: *HGCB III*. Op. cit., pp. 487-496.
22. DICIONÁRIO Histórico-Bibliográfico Brasileiro 1930-1983. Rio, Forense-Universitária/FGV/CPDOC/FINEP, 1984, p.909.
23. JAGUARIBE, Hélio. *Brasil, 2000: para um novo pacto social*. 2.ed., Rio, Paz e Terra, 1986, p. 64: 13,4% da população é considerada miserável; 22,9%, indigente; 25%, pobre; portanto, 61,2% dos brasileiros estão afastados de todos os benefícios do "progresso" que fez do Brasil a oitava economia do mundo.
24. GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3.ed., Rio, Civ. Brasileira, 1979, pp. 10-11.
25. A exposição geral sobre a atuação do MES segue o estudo de SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio, Paz e Terra; São Paulo, EDUSP, 1984; as opiniões de Oliveira Vianna. "O Plano Nacional de Educação e a "Constituição". Apud. SCHWARTZMAN, op. cit., p. 75.
26. VELLOSO, Monica Pimenta. *Cultura e Poder Político*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippide e outras. *O Estado Novo*. Rio, ZAHAR, 1982, pp. 90 - 92; SCHWARTZMAN, op. cit., pp. e 141-142.
27. Idem, p. 189.
28. Idem, pp. 107 - 140.
29. CHAUI, Marilena. O discurso competente. In: ———. *Cultura e democracia*. 3.ed., São Paulo, Moderna, 1984, pp. 3-13.
30. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil 1920-1945*. São Paulo, DIFEL, 1979, p. 166.
31. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Tradição e política. In: ——— e outras. Op. cit., pp. 31 - 32.

III. A REVISTA CULTURA POLITICA

A - ANÁLISE TÉCNICA DE CULTURA POLÍTICA

1 - A estrutura editorial

São 53 fascículos saídos mensalmente entre março de 1941 e outubro de 1945. CP manteve impecavelmente a periodicidade, com exceção do último ano, quando faltam três números. O padrão editorial é elevado, comparado a outras publicações da época. A diagramação retrata a qualidade com que era confeccionada.

A revista está estruturada em seções temáticas, que abrangem o político, o social, a economia, os problemas militares, a estrutura jurídica e constitucional, as atividades governamentais e a "evolução social, intelectual e artística". O leitor encontra as matérias de seu interesse sem dificuldades e com rapidez, bastando para isso consultar o sumário nas primeiras páginas. Cada seção é aberta com explicações sobre os assuntos ali tratados e os objetivos a que se propõem; cada artigo é precedido de um resumo de seu conteúdo e da identificação do autor.

No editorial de abertura, Almir de Andrade deixa claros os objetivos da revista: tratar dos impasses em que vive o mundo, a crise e os caminhos da democracia, o fim do liberalismo e as soluções para os problemas brasileiros. A democracia é apresentada como evolução social e progresso material e intelectual. Ela teria que se basear no "respeito ao trabalho" e no trabalho. Com os novos rumos tomados pela política no Brasil, a missão de "Cultura Política" seria discutir de forma ampla o Brasil e seu futuro.

No número 14, Almir analisa as realizações da re

vista e afirma que as metas teriam sido cumpridas. Segundo ele, CP havia congregado o maior número de autores dos diversos Estados e das diversas atividades, para abordar todos os tipos de problemas sociais, econômicos, políticos e culturais. Segue-se, então, a relação dos colaboradores, suas ocupações e formação, bem como nomes de autores brasileiros já falecidos e que tiveram seus textos reproduzidos. Os objetivos da publicação aparecem explícitos e sem rodeios no editorial do número 18: *Cultura Política* teria procurado apresentar um só pensamento de apoio à ação do Governo e exprimir a "vida organizada" da nação. A função do Estado seria delimitar os interesses de cada um no interesse de todos, da nação.

No antepenúltimo número, quando a revista muda seu formato, são reafirmados os mesmos objetivos do primeiro número mas a intenção agora era atingir o maior número de leitores. Dizia-se que o novo formato — de livro de bolso — visava transformá-la em veículo de massa: "Cultura Política poderá alcançar difusão maior e em larga escala, converter-se num utilíssimo instrumento de cultura popular" (p.6). Mas isso não foi possível, pois o Estado Novo estava com os dias contados. CP encerrou suas publicações pouco antes da derrubada do regime.

A revista remunerava os colaboradores acima do mercado, chegando a pagar o dobro em comparação a outras publicações da época. Para isso, contava com vultosas verbas fornecidas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ao qual estava vinculada. A direção cabia a Almir de Andrade, a quem Vargas confiou a tarefa de fornecer uma interpretação mais adequada do Estado Novo.¹ A condição de revista oficial do regime não impediu que seu diretor congregasse uma parcela apreciável da intelectualidade nativa. Só nos treze primeiros números, escreveram 155 intelectuais; até o trigésimo, haviam colaborado 261.²

A liberdade de Almir era considerável, podendo es

colher colaboradores e definir a linha editorial. Isso tornou possível a escolha de articulistas nem sempre filiados ao mesmo credo político e mantendo relações diferentes com o regime. Encontramos desde os apologistas aos críticos e apostores, como é o caso de Graciliano Ramos. Apesar de estar subordinado ao DIP e depender de suas verbas, seu diretor contou com uma margem de autonomia necessária à montagem de um órgão editorial de vulto.

2 - Os colaboradores

Entre os colaboradores de CP, encontram-se intelectuais de formação e ocupação diversas. A maioria estava vinculada à burocracia civil, outros enquadrava-se na categoria do intelectual-funcionário: médico, escritor, professor; se somarmos a estes os militares, teremos aproximadamente um total de 41% de colaboradores vinculados à administração central. Com isso não queremos afirmar que os restantes 59% não tinham ligação com o aparelho estatal: na verdade, colaboradores como Gilberto Freyre e Graciliano Ramos eram exceção. Ocorre que a maioria não se apresentava sob aquela rubrica mas sim, como escritor, engenheiro, jornalista, historiador, crítico literário e advogado. (Ver no quadro III.)

A maior parte dos colaboradores era formada por intelectuais inexpressivos (técnicos da burocracia civil e militar), que provavelmente nunca publicaram nada fora de CP; outros eram escritores que não tiveram obras de cunho político e que na sua absoluta maioria tiveram suas colaborações restritas às crônicas de costumes e às críticas literárias e artísticas; outros, ainda, eram jornalistas que mantinham artigos diários na imprensa mas nunca chegaram a publicar opúsculos ou livros de conteúdo político.

Entre os que publicaram trabalhos políticos, alguns só o fizeram através do DIP: normalmente, obras de apologia e devoção ao Estado Novo e seu presidente.³ Mas o De

QUADRO III

FORMAÇÃO E/OU OCUPAÇÃO DOS COLABORADORES	Nº	%
Advogados e juizes	17	4,3
Burocratas e assessores	69	17,7
Críticos literários	12	3,0
Engenheiros	10	2,7
Escritores	78	20,0
Escritores/funcionários	12	3,0
Historiadores	13	3,3
Jornalistas	67	17,0
Médicos/funcionários	16	4,0
Militares	42	10,7
Professores	17	4,3
Professores universitários	33	8,3
Outros	6	1,7
T O T A L:	392	100,0

partamento participou também, em conjunto com outras editoras particulares, de publicações de autores prestigiados pelo regime, como foi o caso do livro de Almir de Andrade, editado pela José Olympio (*Força, Cultura e Liberdade*, 1940). Entretanto, os principais colaboradores de CP, aqueles que definiram sua linha política e ideológica, foram intelectuais de renome, na época, publicados por editoras particulares. Estes formavam o corpo de CP e eram ponto de referência de outros colaboradores. Entre eles, encontramos autores como Almir de Andrade, José Maria Belô, Azevedo Amaral e Nelson Werneck Sodré. Não se pode deixar de mencionar novamente a ausência de dois importantes personagens políticos e intelectuais da época: Oliveira Vianna e Francisco Campos, que só aparecem em citações e notas de rodapé. (Ver quadro IV.)

3 - A estrutura temática

O total de matérias publicadas em CP é de 1.937, sendo 848 versando sobre cultura e 1.089 sobre política, economia, sociedade, história, problemas militares, jurídicos e administrativos. As seções culturais são em número de 27, na maioria crônicas sobre costumes e críticas literárias. O quadro V dá uma noção da homogeneidade das seções culturais, não só com relação aos temas como aos autores que colaboraram. A distribuição dos artigos por seções temáticas pode ser vista no quadro VI. Até o número 18, a revista manteve a mesma ordem temática rígida, distribuindo as matérias por dez seções, mais as de abertura, geralmente escritas por Almir, mas que podiam ser também discursos de Vargas ou pronunciamentos de ministros. Havia ainda os editoriais de abertura das seções de cultura: "O Brasil Social, Intelectual e Artístico", "Evolução Intelectual" e "Evolução Artística". Algumas seções só apareceram em números posteriores: "O Trabalho e Economia Nacional", só no sétimo número; "A Política Militar e Defesa Nacional" aparece no décimo quinto número.

QUADRO IV

Fonte editorial da publicação de livros ou opúsculos de conteúdo político dos colaboradores de CULTURA POLÍTICA:		
FORTE EDITORIAL	Nº AUTORES	%
D.I.P	17	4,3
D.I.P/Ed. particular	3	0,8
Editora particular	32	8,2
Outras formas	9	2,3
Não publicaram	311	79,3
Publicaram em outro período	20	5,1
T O T A L	392	100,0

Fonte: MEDEIROS, Ana L. e HIRST, Mônica. *Bibliografia histórica: 1930-45*. Brasília, UnB, 1982; MENDES, Evelise M. F. *Bibliografia do pensamento político republicano (1980-1970)*. Brasília, UnB, 1981; Biblioteca Central da Universidade de Brasília; Biblioteca da Câmara Federal; Biblioteca do Senado Federal; Biblioteca do Supremo Tribunal Federal.

A partir do número 19, a revista muda a diagrama
ção, desaparecendo as dez grandes seções. No seu lugar, os
artigos e matérias são incluídos em seções que especificam
mais o seu teor. Ao mesmo tempo que a revista ganha em preci
são, na medida em que os temas aparecem especificados nos no
mes das seções, algumas importantes desaparecem, como é o ca
so da seção sobre "O Pensamento Político do Chefe do Gover
no".

A análise da estrutura temática de CP permite-nos
classificar suas matérias segundo as seções utilizadas nos
dezoito primeiros números, já que depois aquelas, tinham si
do redistribuídas em 83 seções diferentes. No quadro VI, se
paramos a coluna dos números de 1 a 18 da dos números de 19
a 53, para distinguir a classificação da própria revista da
quela feita por nós. (Ver quadro VI.)

Foi possível uma reclassificação temática a partir
do parâmetro editorial, sem alterar seu princípio orienta
dor, e recolocar as matérias. Procedendo assim, chega-se a
921 matérias para as seções de cultura, incluídas aí aquelas
sobre educação e a um total de 1.009 nas seções de política, so
ciedade, economia, etc. Sobraram sete matérias versando so
bre a própria revista. (Ver quadro VII.)

No quadro VI, constatamos que 20,2% das matérias
referem-se aos "Problemas Políticos e Sociais" e que a seção
"Evolução Social" possui 12,3% dos artigos de CP. Isto à pri
meira vista pode confundir, mas na verdade a importância não
é a mesma. Seções como "Pensamento Político do Chefe do Go
verno", "Problemas Políticos e Sociais", "Evolução Intelec
tual" e os artigos de abertura e editoriais possuem uma im
portância superior porque neles encontramos a base do pensa
mento de *Cultura Política*. Da mesma forma, nem todos aqueles
que escrevem em CP têm o mesmo peso intelectual como ideólo
gos do regime: os quatro artigos de Azevedo Amaral falam
mais do que os vários artigos de Basílio de Magalhães ou Gra
ciliano Ramos. O primeiro escreveu sobre folclore e o segun

QUADRO V

	CULTURA		SOCIEDADE E POLÍTICA	
	Artigos	848,0	43,78%	1.089,0
Autores	110,0	28,00%	282,0	72,00%
Artigos assinados	602,0	71,00%	758,0	70,00%
Seções temáticas	27,0	32,50%	56,0	67,50%
Artigos por autor	8,0	-	4,0	-
Artigos por seção	31,4	-	19,4	-

QUADRO VI

DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS PELAS SEÇÕES TEMÁTICAS						
SEÇÕES	DE 01 A 18		DE 19 A 53		T O T A L	
	Abertura	33	3,5	33	3,3	66
Problemas Políticos e Sociais	186	19,7	206	20,7	392	20,2
Pensamento Político do Presidente	45	4,8	38	3,8	83	4,3
Estrutura Jurídico-Política do Brasil	52	5,4	19	1,9	71	3,7
Trabalho e Economia Nacional	75	8,0	95	9,6	170	8,8
Política Militar e Defesa Nacional	32	3,4	83	8,4	115	5,9
Atividade Governamental	42	4,4	30	3,0	72	3,7
Inquérito/Reportagem	-	-	60	6,0	60	3,1
SUBTOTAL	465	49,2	564	56,7	1029	53,1
Brasil Social, Intelectual e Artístico (editorial)	18	1,9	-	-	18	0,9
Evolução Social	142	15,1	97	9,8	239	12,3
Evolução Intelectual	165	17,5	256	25,8	421	21,8
Evolução Artística	110	11,7	60	6,0	170	8,8
Textos e Documentos Históricos	43	4,6	17	1,7	60	3,1
SUBTOTAL	478	50,8	430	43,3	908	46,9
T O T A L	943	100	994	100	1937	100

QUADRO VII

NOVA DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS DE CP		MATÉRIAS SELECIONADAS
Editorial sobre CULTURA POLÍTICA	7	7
Problemas Políticos e Sociais	409	100
Pensamento Político do Presidente*	84	3
Estrutura Jurídico-Política	109	15
Trabalho e Economia	198	18
Política Militar e Defesa Nacional	129	8
Atividade Governamental	81	1
Inquérito/Reportagens	-	-
SUBTOTAL	1009	144
Brasil Social, Intelectual e Artístico	21	21
Evolução Social	278	30
Evolução Intelectual	450	54
Evolução Artística	171	34
Textos e Documentos Históricos	-	-
SUBTOTAL	921	139
T O T A L	1937	291

*Foram excluídas matérias importantes desta seção e incluídas em outras seções, de acordo com o tema que abordavam e, nela, incluídos discursos de Getúlio Vargas, que se encontravam na abertura da revista.

do, crônicas dos costumes do Nordeste.

Os 20,2% de artigos na seção "Problemas Políticos e Sociais" são significativos das preocupações da revista: propor as soluções necessárias aos problemas do Brasil. A seção sobre o pensamento do presidente Vargas, com seus oitenta e três artigos (ver quadro VI), demonstra que a tarefa de interpretar o chefe do Governo era importante e o próprio Almir de Andrade afirma isso a Lúcia Lippi.⁴

Entretanto, os 46,9% de artigos que compõem as seções culturais corroboram o que Almir afirma nos seus vários editoriais: "despertar, robustecer, dilatar essa consciência política que precisa existir em todo esforço de cultura — é uma das finalidades desta revista. Se ela procura espelhar o Brasil sob todas as suas faces — sociais, intelectuais e artísticas — é para testemunhar que essa consciência já vai surgindo, como resultante de evolução da nossa mentalidade social".⁵

4 - Conclusão

As informações fornecidas pela análise técnica de CP autorizam-nos a afirmar que ela pretendia integrar e unificar todo o sistema social, fundando um sistema hegemônico; caso contrário, seria incompreensível a amplitude dos temas abordados e a tentativa de juntar cultura e política, dando atenção aos dois níveis de problemas, ainda que o resultado da junção fosse muito mais uma justaposição do que uma integração.

Os temas abordados em cada seção podem ser vistos no adendo que acompanha este capítulo. A variedade desses temas e a estrutura editorial de CP permitem sua classificação como "aparelho editorial de hegemonia":

"Numa revista de cultura política como esta, que quer ser uma pesquisa incessante das linhas mestras

da nação em todos os setores da cultura e um esforço de penetração em busca do sentimento de nossas tradições, que quer, através dos seus quadros, espelhar a vida do país..."⁶

As preocupações de CP são apresentadas como finalidade também abrangente: interpretar a realidade brasileira e propor soluções para seus problemas. Daí podermos afirmar que se trata de um projeto ideológico que não se restringia à justificação do regime político. Também isso, mas principalmente trata-se de um espaço editorial onde são colocados e debatidos os principais temas de interesse nacional a serviço de um novo projeto de dominação.

Outro aspecto a salientar em CP é que seu caráter de revista oficial não impediu que ela atuasse na fronteira entre a sociedade civil e a sociedade política, com a colaboração de vários intelectuais das mais diversas origens e regiões. Ela circulou nas bancas de jornal das principais capitais do País, chegou às repartições públicas e mesmo a presos políticos.⁷ Não era destinada ao grande público, restringindo-se às camadas intelectuais, ao funcionalismo graduado federal, estadual e municipal, às escolas, e ao empresariado.⁸

Prevalece em CP o discurso sociológico e historicista, evitado de cientificismo, moralismo e filosofismo. Até certo ponto, ela finaliza uma época característica da história intelectual do Brasil, antes do advento das Faculdades de Filosofia e das Universidades. Foi produzida por uma geração de intelectuais formada na erudição livresca e no enciclopedismo, sem rigor e especialização, na qual predominava o dogmatismo, quase sempre marcado por posições e interesses políticos. Tal atitude é um tanto contraditória se levarmos em conta a baixa formação intelectual — mais frequentemente, liam-se autores secundários.⁹

Entretanto, CP filia-se às necessidades de uma nova época e de um outro bloco de poder no controle do Estado, não

aquele que prevaleceu até 1930. Pela primeira vez, utiliza-se um aparelho editorial de vulto, contendo preocupações com todas as áreas da atividade humana.

B - UNIDADE NACIONAL

1 - O ideal unitário

Numa crônica de Graciliano Ramos, fala-se de um ajudante de farmácia que se metera a poeta mas que não ultrapassava o "péssimo", pois, apesar de todo esforço individual, não tinha como ser melhor. Seu esforço era suficiente para ampliar-lhe a cultura, não para que ela deixasse de ser uma "colcha de retalhos". Este ajudante sonhava em sair da condição em que estava, queria saber mais e ser um grande homem, mas isso lhe era impossível. Na concepção de CP, assim estava o Brasil desde o seu descobrimento, uma "colcha de retalhos". Para sair de tal situação, era preciso construir a unidade nacional — base do crescimento econômico, da organização da sociedade e do progresso que levaria a produção intelectual e artística brasileira a ser um dia a expressão orgânica de uma nação próspera e unida.

José Maria Belo sintetiza o ideal unitário presente em CP, exercendo sobre os demais artigos uma influência significativa. Para ele, o processo de consolidação da unidade nacional localiza-se no Estado Novo, porquanto a partir de então processa-se a unidade econômica pela planificação e controle da União sobre a política nacional. Isso traria maior unidade moral e desenvolvimento da vida cultural própria. O passo decisivo teria sido dado na ordem política, quando se suprimiram o regionalismo e os extremismos políticos e optou-se pela centralização do poder e pelo federalismo apenas administrativo. A unidade do Brasil dependia dessa iniciativa, para que daí nascesse também a emancipação da "inteligência nacional" e "a mais perfeita unidade moral do Brasil".

2 - Importância do conceito de *unidade nacional*

Unidade nacional é um valor aglutinador dentro da estrutura discursiva de CP, com a característica específica de estar inter-relacionado de tal forma com toda a argumentação justificadora que se torna difícil a sua descrição isolada. A unidade nacional aparece como a preocupação maior de todos que escreveram em CP. As palavras de Sílvio Peixoto são significativas neste sentido: "A independência importa para nós, porque sem a soberania não é possível admitir Estado livre, mas importa, sobretudo, como fator precípua de nossa existência a condição unitária".¹⁰ É atribuído ao ideal unitário o valor de "maior bem da nação", sendo todos os demais aspectos subordinados a ele.

Quatro outros valores aglutinadores estão-lhe associados, dos quais serve de fundamento: a organização nacional, o Estado-Forte, o Estado Filantrópico e o progresso. Se o Estado-Forte é o único meio de consolidar a unidade nacional, é também verdade que a unidade nacional é condição necessária para que o Estado seja realmente forte. Isso implica que o Estado organize a sociedade com suficiente coesão em torno de um ideal unitário e quanto maior for a unidade nacional maior será a organização da sociedade. O Estado-Forte, ao expressar a sociedade organizada e a unidade nacional, será uma unidade de direção para o progresso.

3 - A formação da nacionalidade brasileira

A miscigenação teria sido determinante na formação da nacionalidade, com implicações biológicas, psicológicas e éticas. O povo brasileiro não possuiria características definidas e seria etnológica e geograficamente disperso, o que lhe impossibilitaria a transformação em sociedade nacionalmente integrada e orgânica. Era um povo sem identidade, sem

rumo e finalidade. Para Cassiano Ricardo, o branco teria sido o fator positivo, enquanto os índios e negros, os "quistos étnicos". O homem brasileiro era, além disso, subnutrido, ou por miséria ou por ignorância, e "o homem mal alimentado é um sub-homem" e "uma nação de *sub-homens* é uma sub-nação". ¹¹ Além do mais, esse homem estava explorado e oprimido por usineiros, fazendeiros e industriais, que se beneficiavam do individualismo e acumulavam à custa da miséria alheia. Vivia submetido a condições mesológicas adversas no Norte e Nordeste e sujeito à penúria generalizada. Por isso, o povo era "indiferente" aos acontecimentos nacionais e a sociedade, anacrônica, heterogênea e sem integração étnico-cultural.

Da mesma forma, não havia também uma comunidade de interesses fortemente integrada que possibilitasse a coesão socioeconômica. O Brasil, formado por "arquipelâgos econômicos e geográficos", teria sido vítima do particularismo e do separatismo, que, agravados pelos desníveis regionais e pelo regionalismo, só não se fragmentou porque nenhuma força atentou contra sua existência.

O povo brasileiro era incapaz de autotransformar-se em uma nacionalidade organicamente integrada. Dependia de uma força superior para discipliná-lo e manter a unidade nacional. Comprovava-se assim a necessidade histórica da "supremacia individual de um de seus elementos componentes" com poder pessoal para se impor ou de um poder centralizado e autoritário que se fizesse obedecer ou ainda de uma elite capaz de dirigir o Brasil e evitar a fragmentação. A presença daquela força, sob diversas modalidades, manteve, através de um processo cumulativo de sucessivas gerações, a unidade nacional. E assim, formou-se a nacionalidade. A independência foi uma etapa desse processo, que continuou até atingir o Estado Novo, etapa superior, porque consolida a unidade e dá ao Estado um caráter genuinamente nacional, o que só é possível pela disciplina, coesão e trabalho em torno de um

ideal unitário.

4 - unidade nacional e o consenso

A unidade nacional depende do consenso e é obrigação do Estado obtê-lo. Isso tem um caráter repressivo, pois almeja a disciplina, a organização e a hierarquização. Pedese aos grupos e classes sociais que abdicuem de suas demandas e conflitos, da luta de classes e dos antagonismos inter-regionais, em nome da unidade nacional.

O discurso unitário concentra-se nas regras que deveriam orientar as relações sociais: os organismos e os critérios criados pelo Governo a partir de 1930. Está presente uma premissa característica do pensamento ocidental desde Platão — se a "arte do tirano" (força) é substituída pela "arte do estadista" (consenso), então toda a sociedade e o Estado ficam unidos pela compreensão, pelo equilíbrio, pelo bom senso e pela ordem. Entretanto, se qualquer grupo ou força política coloca-se contra esses valores, é dever do Estado excluí-la em nome do consenso.

Dessa forma, a face repressora do "centauro" era eticamente elevada e suas vítimas classificadas como opostas ao bem comum, pois "as formas superiores de convivência social são feitas de ajustamentos recíprocos, em que há, necessariamente, renúncia e concessões em benefício da comunhão material e espiritual"¹²; "é o consentimento público que, depositando suas energias vitais nas mãos do Chefe do Governo, não permite que nenhum dos seus membros venha quebrar a harmonia do todo, discordar do seu idealismo e perturbar seu equilíbrio".¹³ O mesmo artigo era ainda mais explícito:

"Em Estado de regime nacionalista o Governo é, por assim dizer, o tutor vigilante da coletividade e, como tal, deve manter intacto o patrimônio de segurança nacional e não permitir idéias e atividades desagregadoras que ponham em perigo o sentimento concreto da nacionalidade."

4.1 - Cultura e política

Na concepção de CP, há unidade entre política e cultura. O fazer político e o fazer cultural não seriam abstrações cerebrais mais realidades concretas do homem, na qual se fundamenta a unidade nacional. Elas se integram para construir a unidade e o caráter nacional, quando o querer governamental se identifica com as "aspirações do povo".

Depois de 1930, a política tornou-se nacionalista, como ocorrera no campo cultural. Com isso, a cultura brasileira ganhou uma influência positiva e um ambiente propício para continuar sua evolução natural, sem saltos, em todos os setores da vida nacional. Por isso, não haveria imposição de uma sobre a outra, mas uma recíproca influência positiva.

Os homens de cultura teriam que se engajar no esforço pela solução dos problemas do País e na luta pela unidade nacional. CP atribui a si mesma, enquanto fórum de debates e de diagnóstico da realidade brasileira, a função de formar uma consciência unitária e propor soluções para os problemas dentro do espírito da Revolução de 1930 e do Estado Novo. Os intelectuais teriam um papel no campo da propaganda das novas idéias, cuja regra fundamental seria o convencimento das novas gerações. Por sua vez, caberia ao Estado fornecer os meios para a intelectualidade desenvolver-se. Os profissionais de nível médio e superior seriam os agentes de cultura no seu meio, aptos a tratar com as idéias e a compreender sua terra e, portanto, a criar uma mentalidade unitária.

Nessa perspectiva, seria necessário dar ao ensino uma concepção nacional. O ensino primário seria a principal esfera a se trabalhar — são várias as propostas no sentido de aproximar os professores e aperfeiçoá-los profissionalmente: cursos de férias, congressos e encontros de classe. O raciocínio e o de que não haveria um fortalecimento da unidade nacional sem uma concepção unitária orientando a educação.

4.2 - Igualdade e liberdade

Os homens são desiguais e imperfeitos por natureza e, portanto, se forem considerados iguais, a grande maioria será condenada ao servilismo, à manipulação e exploração dos poderosos. A igualdade não nasce dos princípios abstratos e não se concretiza por um ato da vontade humana. Cada povo é diferente dos demais e sofre diferenciação interna segundo o meio em que vive. Este postulado, crítico do jusnaturalismo, é influenciado pelo historicismo alemão. (Ver I.C.9 e IV. C.)

A liberdade teria que ser disciplinada e condicionada ao bem comum porque os homens seriam desiguais e a sociedade brasileira, incapaz de autotransformar-se. (ver III. B.3.) Portanto, antes do indivíduo, deveria vir o interesse coletivo e como todo indivíduo só existiria inserido na realidade nacional, a sua liberdade teria que estar condicionada à manutenção da unidade nacional, que é o bem maior da nação.

A igualdade e a liberdade são conceitos dependentes, pois devem-se submeter às necessidades da nação. Mas como esta é "uma entidade ilusória, à qual não corresponde grupo algum, concretamente identificável, que possa servir como natural quadro de referência", não passando "de uma entidade ideológica, isto é, do reflexo na mente dos indivíduos de uma situação de poder"¹⁴, o discurso sobre a contenção da liberdade torna-se favorável a um determinado tipo de poder.

A identidade que existe, em CP, entre nação e Estado soberano, de um lado, e nação e bem comum, de outro, permite concluir que, ao falar de liberdade condicionada ao bem comum, ela queria justificar os postulados do Estado Novo. Isso fica mais claro ainda quando sabemos que o conceito de bem comum é ambíguo, pois pressupõe que alguém seja o seu interprete:

"O fundamento da liberdade está, assim, circunscrito pelos interesses do Estado que ausculta a nação e

respeita as suas realidade(...) o cidadão deixa de existir como parcela isolada como direito adquirido, para tê-los somente em função do bem-comum".¹⁵

4.3 - Nacionalizar é...

Nacionalizar seria educar a nacionalidade dentro de uma filosofia unitária e uma moral nacional que fornece os critérios de apresentação dos valores, uma norma de conduta e fins comuns a atingir. Os jovens seriam o alvo preferencial dessa educação. "Nacionalizar é o princípio básico do Estado Novo: é reintegrar o Brasil aos brasileiros (...) com a formação de uma juventude sadia, forte e obediente (...) Não há, porém, espírito nacionalista sem espírito de disciplina".¹⁶ O nacionalismo "torna-se em consequência uma força creadora capaz de renovar povos, de erguer impérios, a mais poderosa arma espiritual dos dias contemporâneos".¹⁷

A língua torna-se um dos componente básicos da nacionalização, para criar uma unidade espiritual. São inúmeros artigos tratando de Filologia, do ensino do português, da nacionalização do ensino, da radiodifusão educativa. Alguns chegam a radicalizar, defendendo a decretação da língua portuguesa do Brasil, como "língua brasileira"¹⁸, posição, no entanto, que não é compartilhada pela direção da revista.

Nacionalizar é também buscar as origens, as raízes da tradição nacional. Daí, o culto ao passado e aos vultos históricos, sem contudo cair nas biografias apologéticas e adjetivistas. A educação teria de incorporar a nova mentalidade unitária. Nesse momento, sobressai toda a concepção ideológica de CP, da qual estamos tratando neste capítulo.¹⁹

4.4 - A ordem como pressuposto da unidade nacional

Se por um lado CP soa de modo hipócrita quando intenta justificar a repressão, por outro, ela desenvolve toda uma argumentação ético-educativa. Parte do princípio de que a coação serviria para eliminar a oposição ativa, porém seria incapaz de pôr fim à oposição passiva, que a longo prazo teria o mesmo efeito desagregador da primeira. Portanto, o ideal seria substituir a oposição passiva pela colaboração das classes com o Estado. Ordem e consenso integram-se para dar a noção de acordo, de ajuste, de identidade, de equilíbrio entre Estado e sociedade: colaboração social e co-responsabilidade nos objetivos do Governo; satisfação e apoio ativo, bem como isolamento das oposições ao regime.

A ordem era a condição básica para que a unidade nacional se consolidasse. O Brasil precisava dela para implantar uma política condizente com as necessidades do País, que estava em rápida transição, e o Estado Novo seria a garantia dessa ordem, executando as transformações progressistas desejadas pela nação.

O discurso da ordem é o mais arbitrário de todos, na medida em que é utilizado até para afirmar que a produção intelectual e artística era maior e melhor com ela. Historicamente, sabemos que os períodos de maior produção coincidem com períodos de efervescência político-social, tais como a "era das revoluções burguesas", a República de Weimar, as décadadas de 20 e 30 no Brasil, entre outros. Contudo, quando CP afirma que o "governo valorizava a inteligência", tinha o respaldo da realidade, porquanto o regime havia congregado um número crescente de intelectuais, em função da ampliação do Estado..

Era um processo de cooptação e enquadramento de toda uma geração que assumira a atividade política como um

de seus afazeres mais importantes. A revista não encontrava dificuldades em afirmar que a intelectualidade havia descoberto o meio de colocar em prática seus ideais, interessando-se pela coisa pública e colaborando com o Governo, não porque fosse obrigada, mas por se identificar com ele.

5 - A repressão e os conflitos

A unidade nacional teria que prevalecer sobre todos os outros interesses. Os conflitos políticos e sociais teriam que ceder lugar ao consenso. Considerada a nação organizada como sendo o Estado, logo, a unidade nacional organicamente integrada, seria a identidade absoluta entre ambos. Portanto, o Estado deveria ser o único partido, a expressão da vontade nacional e a direção unificada dessa vontade, em contato direto e permanente com o povo através do seu presidente.

Associa-se, assim, a unidade nacional à colaboração entre as classes, um pacto social gerido pelo Estado. Da mesma forma, justifica-se a extinção do estadualismo e das bandeiras e insígnias estaduais, porque o regionalismo é desagregador. Justifica-se a supressão de toda participação política, dos mecanismos representativos e da liberdade de expressão e organização, para criar uma unidade moral, robustecer o sentimento nacional e criar a consciência de que "só o Brasil é grande", como dizia Almir de Andrade.

A ditadura seria um bem para o Brasil porque teria afastado as "contendas" e firmado a "autoridade para o bem do povo". O Estado-Forte seria, então, a garantia da soberania e da unidade nacional, porque afastaria os "fantasmas da servidão e da desordem". Afirma-se que foi para unir o Brasil que a democracia clássica deu lugar à "democracia autoritária" e as forças políticas e sociais deixaram o campo político e transformaram-se em componentes ativos da or

dem socioeconômica, em forças positivas.

CP explica os conflitos políticos como resultado de embate das idéias, conceitos e filosofias (ver III.C.2.1). O idealismo subjacente desta proposição não tem caráter pro fundo, pois é fruto da "falsa motivação", que é dada pela ne cessidade de combater o liberalismo e os interesses da burgue sia agroexportadora, bem como comunistas e movimento operário.

A repressão era justificada como necessária, ainda que insuficiente, para garantir a unidade nacional: a moderni zação da polícia, do Exército, a criação da Força Aérea, bem como a Lei de Segurança Nacional, a Censura, a coação e pri são dos "extremistas" e o exílio contavam-se entre o outros atos de exceção. A repressão é elevada eticamente à condição de dever do Estado para com a sociedade e o bem comum, o que exigia a coação dos grupos opositores que colocavam em "ris co" a unidade nacional. O Estado deveria impedir que qualquer força política se interpusesse entre ele e a sociedade, a fim de que fosse o único partido nacional e expressasse o Brasil unitário.

- A Censura

Para CP, a força teria sido necessária para dar início ao novo Estado; porém, bastaria depois controlar a opi nião através da censura, pois o pensamento e a ação não podem ser dissociados — "pensar já é uma forma de agir". A censura política seria necessária e "plenamente justificada"; contu do, não deveria ultrapassar a "repressão das atividades anti- sociais", porquanto é dever do Estado dirigir as forças so ciais e políticas para o bem comum.

Entretanto, a censura não era só das atividades po líticas, pela própria impossibilidade prática de dissociá-la de outras atividades. Nada soa mais hipócrita do que a afirma ção de que o regime não cerceava as atividades intelectuais

e artísticas, permitia-lhes a liberdade de criação e dava-lhes os meios e a proteção para isso. A própria revista não escondia as atividades censoras do DIP. (CP publicava mensalmente a relação das obras e materiais censurados.) Dizia, entretanto, que a censura era praticada somente contra as atividades anti-sociais. Isso não é muita coisa, pois permanece o fato de ser o Governo quem decide sobre o que é ou não atividade anti-social.

Na realidade, a repressão não atingiu apenas o pensamento político mas também as pessoas que se opuseram ao regime e a seus objetivos; houve, porém, uma diferença de tratamento, que CP não explicita. Enquanto comunistas e ativista operários eram duramente reprimidos e muitos já estavam encarcerados, grande parte dos integralistas nem sofreram processos ou foram absolvidos pelo Estado Novo; neste caso, poucas foram as exceções, como Plínio Salgado, que, no entanto, tinha recebido convite para ser embaixador do Brasil. Isso mostra que o Governo distinguia bem aquelas que poderiam ser cooptados dos que teriam de ser excluídos. Armando Salles e os partidários mais destacados de sua candidatura tiveram que se exilar.

Ficava difícil mascarar o lado ditatorial do regime e justificar-lhe a repressão e a censura. Até mesmo o "povo da rua" reagia, ao se referir ao DIP com a alcunha de "fala sozinho". A censura não era só política, pois não se explica a prisão de Graciliano Ramos sem que houvesse qualquer processo contra ele; se houve algum motivo, foram seus livros, que CP contudo tanto elogiava. Não podemos nos esquecer também da atuação da polícia de Filinto Müller e suas ligações com a polícia nazista, que deixou marcas profundas na memória nacional.

6 - Unidade nacional e soberania

Para CP, a soberania dependia do fortalecimento da base econômica e do espírito nacionalista. A soberania externa seria a projeção da soberania interna, daí ser necessário fortalecer o poder do Estado sobre todo o território nacional.

Até 1942, CP reproduziu o discurso do Governo a favor da neutralidade do Brasil no conflito mundial e o compromisso de defesa mútua com a América. Mas, a partir daquele ano, o discurso é alterado, como tinha sido a política de Getúlio Vargas, devido à aproximação com os E.U.A. A Guerra serve progressivamente para justificar a manutenção do regime ditatorial, porque era necessário assegurar a "mais perfeita unidade nacional" e a coesão em torno do Governo, visando garantir a soberania do Brasil.

O conceito de unidade nacional é, na verdade, sinônimo de unidade territorial e indivisibilidade do País. A discussão, até aqui, resume-se na proposição de que tudo teria de ser feito para manter a unidade territorial e impedir qualquer possibilidade de fracionamento. Isso joga por terra toda a discussão filosófica e ético-política acerca da nacionalidade. (Ver III.C.2.1.) A questão era manter um Estado soberano sobre o território brasileiro, para que este viesse a ser um mercado integrado.

Não seria possível pensar num mercado interno sem o controle do Estado sobre todo o território nacional, sem vias de comunicação e transportes desenvolvidos. Para CP, a partir de 1930, o Brasil encarou com firmeza a sua industrialização e precisaria de um comércio ativo, um mercado interno integrado, de intercâmbios regionais, e do fim dos "arquipélagos econômicos". Para tudo isso, o Estado seria fundamental; porém, em primeiro lugar, viria a manutenção da unidade nacional, base sobre a qual se dariam a soberania e o progresso.

"Não bastaria, no entanto, eliminar-se o perigo da desagregação nacional, que resulta da exaltação dos regionalismos. A obra de reconstituição da unidade brasileira tem de ser completada nos seus grandes aspectos econômicos. (...) O desenvolvimento dos mercados internos constituía a base desta unificação econômica...".²⁰

C - ORGANIZAÇÃO NACIONAL

1 - Cultura e organização nacional

Predomina uma visão elitista e hierarquizada da cultura: ideal culto, que daria ao Brasil uma projeção universal dentro do mundo civilizado, e cultura popular, ou popularesca, numa adjetivação mais pejorativa — o samba, as marchinhas, o frevo, o carnaval, entre outras manifestações. Essa visão aparece, por exemplo, nos comentários que CP faz sobre o concurso para estimular escritores a produzirem uma literatura proletária, promovido pelo Ministério do Trabalho, cujo interesse não é tanto a arte mas os valores do amor à pátria, de sacrifício e engrandecimento do trabalho.

Essa distinção não implica uma indiferença com a cultura popular, pois ela é considerada a expressão da "alma popular" e da identidade nacional. Cabe ao Governo preservar, estimular e educar, para, com sua influência, fazer com que a cultura popular adquira novos valores, em que o Brasil seja o centro das preocupações e o tema principal. No Estado Novo, isso teria começado a acontecer, evidenciando uma participação do povo nas intenções do Governo: até "o samba que antes cantava o valor da vadiagem, hoje já canta o valor do trabalho".²¹

Para CP, toda sociedade tem uma base cultural formada pela língua, pelos hábitos e costumes, pelas caracterís-ticas étnicas, pelos vultos históricos, pelo folclore, pelas datas cívicas, pela religião, pela literatura de ficção, pela história nacional, pela educação, pela ciência, pela arte e pela produção bibliográfica. A sociedade teria evoluído da colônia, época de nenhum nacionalismo, para a situação atual (Estado Novo), profundamente nacionalista.

A cultura determinaria a relação entre a política e a sociedade, que seria positiva se a política estivesse de

acordo com ela ou negativa quando o Estado se apoiasse em teoria alheias à base cultural. Durante a República Velha, tinha ocorrido uma relação negativa, que se refletiu sobre a organização nacional. Isso, por causa da adoção dos princípios liberais. (Ver IV.B.)

Para uma geração que estava imbuída do espírito salvacionista e cheia de voluntarismo (ver II.E.3), tais idéias serviam de fator de disciplina.

CP afirma que as leis, por mais sábias e perfeitas e por melhor que fossem as intenções, não teriam, por si mesmas, poder de modificar a sociedade e a mentalidade do povo. Portanto, para serem válidas, teriam que estar ajustadas à base cultural do País.

1.1 - Os intelectuais

Para CP, a Guerra de 1914 foi um marco nas mudanças de atitude dos intelectuais, que passaram a se interessar pelo seu próprio país, numa "redescoberta do Brasil". Com a semana de Arte Moderna de 1922, ter-se-ia intensificado a busca das características nacionais. Todavia, foi depois de 1930 que esta busca se aprofundou, passando o Brasil a ser o centro das atenções não só dos intelectuais mas também do povo. Para Prudente de Moraes Neto (Pedro Dantas), a nova mentalidade era uma superação do "sentimento de inferioridade" que dominara os meios brasileiros — e que o êxito momentâneo de alguns, como Carlos Gomes, antes acentuara do que diminuía. Ter-se-ia evoluído do nacionalismo superficial, o verde-amarelismo, por exemplo, para o nacionalismo real: preocupação de conhecer o Brasil, suas dificuldades e potencialidades, a fim de fazê-lo superar a estagnação e progredir sem o ufanismo de achar que este era o "melhor país do mundo" mas sem nada fazer para torná-lo.

Dizia-se que o Brasil passava por uma fase de pro

gresso intelectual e que isso era consequência da política do pós-30, que, entre outras coisas, "valorizava a inteligência", tal ocorria mediante a implantação dos concursos para o serviço civil, com a construção de laboratórios e bibliotecas, a produção de livros e de dinamização do mercado editorial e, principalmente, através do "combate" ao falso ufanismo. Isso soa um tanto farisaico quando sabemos da atuação do DIP ou comparamos as realizações do Estado Novo, apregoadas por CP, com os índices estatísticos e estudos históricos e sócioeconômicos do período.

Queria-se dos intelectuais a especialização. Eles seriam necessários como sociólogos, economistas, demógrafos, tecnólogos, engenheiros e técnicos, estudiosos da ciência; daí a importância do ensino superior e técnico, das pesquisas sociais, econômicas e científicas, como base do progresso econômico e da elevação cultural de uma sociedade organizada.

Pedia-se aos intelectuais para pensarem no social e terem autocrítica suficiente para se colocar a serviço da coletividade; porém, como isso poderia ser sincero se a censura e a repressão cerceavam aqueles que orbitassem fora da esfera de influência do regime?

1.2 - A educação

Na abertura da seção sobre educação, CP afirma que acompanhará mensalmente as atividades do setor, seus problemas, as experiências e realizações, bem como discutirá as propostas para o futuro.

De um modo geral, pode-se afirmar que a educação era concebida como preparação física, cívica e intelectual; porém, haveria uma educação para as elites e outra para o povo: esta daria o preparo físico, cívico e a qualidade técnica aos trabalhadores para que produzissem mais e melhor; às

elites deveriam ser dados os meios intelectuais para atuarem na política, na economia e nas atividades científicas e culturais.

Sem fugir à idéia que esteve sempre presente no mundo ocidental, a revista coloca a educação como fator de avanço do conhecimento e da conseqüente melhoria dos homens e da sociedade no tempo. O educador seria aquele que capacitasse o educando o pensar, sentir e agir racionalmente. O ensino da língua seria o instrumento ideal para desenvolver a inteligência e a consciência nacional (ver III.C.3.). A educação da juventude é destacada, principalmente no seu aspecto disciplinador e antiliberal; porém, diante da polêmica envolvendo o Ministro Capanema, o Ministro Francisco Campos e os ministros militares, acerca da organização da juventude, CP assume uma postura pragmática, como o próprio Vargas. O mesmo acontece com relação ao estatuto da família, proposto por Capanema. Para CP, a juventude teria que ser educada dentro da mentalidade do Estado Novo. Este seria o primeiro regime a dar crédito à juventude, bem como o primeiro a resgatar as crianças das "condições miseráveis de exploração" de seu trabalho e a dar proteção à mulher e à família.

1.3 - As artes

A arte é definida estéticamente e filosoficamente como uma relação entre o artista e a realidade, em que se misturam elementos universais e nacionais. A partir do momento em que o artista deixasse de copiar os modelos importados, a arte passaria a expressar o País e sua cultura. Assim, ela se tornaria também universal, não sendo vista só como decoração de ambiente, pois teria função racionalizadora do espírito, da unidade e do caráter nacional; além disso, seria fonte de prestígio para o Brasil e seu governo.

O objetivo do discurso estético de CP é demonstrar que o Estado Novo levava o Brasil para o centro das preocupações de todos os brasileiros e isso influenciava positivamente a produção artística, porque realizava poeticamente o ideal estético modernista. As artes teriam progredido na medida do progresso intelectual e da evolução social. Não poderia haver evolução social e progresso intelectual sem que o Estado e a sociedade estivessem em equilíbrio, o que dependia de a política estar ajustada ao "espírito nacional". CP concluía, então, que a política funcionava como uma "permissão" para que as artes progredissem. Nesse sentido, dizia-se que o governo Vargas não dirigia os artistas; porém, dentro do ideal modernista, estimulava o nacionalismo nas artes, protegia os artistas e criava atmosfera de segurança, tranquilidade e paz, fundamentais para o progresso das artes.

As artes são consideradas a forma mais evoluída de expressão da nacionalidade, do "espírito nacional", e, portanto, o maior sinal de que toda a sociedade estaria progredindo e civilizando-se. Se as artes, até a década de 20, copiavam os modelos importados alheios à realidade nacional, era porque refletiam a situação política e econômica de dependência e o "complexo de inferioridade" que daí decorria.

Para CP, só as belas-artes têm valor cultural superior e o objetivo de todo progresso civilizador é atingir formas evoluídas e nacionais que se equiparem às maiores expressões da arte universal. Todavia, essa perspectiva elitista não obscurece uma conceituação mais abrangente, que valoriza as manifestações artísticas populares. Estas são consideradas a base sobre a qual se assenta a identidade nacional e se constrói uma arte nacional e universal.

CP não poupa o cinema brasileiro por copiar modelos americanos ou produzir "chanchadas", sob o pretexto de ser esse o gosto do povo. Da mesma forma, o teatro é criticado por ser excessivamente mercantilizado e possuir nível artístico baixo, não por causa dos atores ou peças, mas porque

os poucos controladores das casas de espetáculos acham que o espectador não estaria preparado para receber um teatro de alta qualidade. Entretanto, segundo CP, o julgamento de veria ficar aos cuidados do próprio público, que assim iria educar-se e elevar o seu nível intelectual e artístico.

Comentar cada tema da seção "A Ordem Política e A Evolução Artística" fugiria aos objetivos mais abrangentes deste trabalho. Contudo, antes de encerrar este texto sobre as "artes", resta falar sobre o folclore: a revista não o inclui na seção mas, já que considera as expressões artísticas populares como folclore, vamos abordá-lo neste item.

A importância que CP dá ao folclore está ligada às concepções historicistas que afirmam existir um "espírito do povo". O folclore estaria ligado à "alma do povo" constituindo o substrato da cultura nacional, o meio para se compreender a nacionalidade. Ele informaria as características do povo e, portanto, teria que ser recuperado, conhecido e valorizado, se quizesse conhecer a nação e construir uma cultura universal e superior.

2 - O indivíduo e a organização nacional

2.1 - O homem novo

A concepção sobre a natureza humana que prevalece em CP é marcada pela contradição entre uma visão abstrata e historicista. Se, por um lado, a natureza humana é eterna e não comporta nenhum tipo de divisão ou caracterização — a partir da posição que o indivíduo ocupa na produção ou na fruição dos bens da cultura —, por outro lado, a natureza humana é condicionada pela sua natureza nacional; portanto, só seria real o homem brasileiro, que "tem seu habitat próprio, as suas necessidades peculiares, a sua língua, o seu

caráter, os seus anelos específicos".²²

Entretanto, aquela visão indivisível da natureza humana permite construir a ideologia do "homem integral", que afirma serem todas as divisões de classes, categorias e interesses individuais apenas divisões funcionais, a fim de o homem poder contribuir com sua parte dentro da organização nacional. CP conclui, então, que todos os conflitos nascem da incompreensão desse pressuposto e, portanto, são consequência das disputas em torno de conceitos.

A visão historicista possibilita construir a ideologia do "homem novo", porque, apesar dos pontos negativos (ver III.B.3), o homem brasileiro seria capaz de construir uma nação organizada, se contasse com a ajuda de um poder pessoal e de um Estado-Forte. Para corroborar esta tese, cita-se Alberto Torres, quando afirma que "o homem brasileiro não é mais indolente que qualquer outro; é menos, talvez, mais paciente, para a tarefa que o europeu e o americano".²³

Enquanto "ser nacional", parte da comunidade nacional e inserido nela e, portanto, enquanto "ser histórico", o brasileiro só teria sua natureza humana aperfeiçoada a partir das raízes da nacionalidade.

O discurso do "homem novo" é recorrente em quase todas as matérias de CP. Esse homem seria fisicamente forte, a base da nova nação, que seria também forte. Não deveria ser individualista mas voltado à coletividade e ao bem comum. Seria pelo trabalho que ele se realizaria e se aperfeiçoaria. O "homem novo" disciplina sua liberdade para atender aos princípios da justiça social, pois tem a consciência de que só será forte dentro de uma organização nacional. "O que se quer é a formação de um tipo superior de homem, *conditio sine qua non* de um povo superior — por conseguinte, de uma sociedade superiora, de um Estado superior".²⁴

Essa concepção do "homem novo" serve para demons

trar a necessidade de o Estado cuidar da educação, da alimentação, da saúde, das crianças, da juventude, da família, da mulher, do trabalhador, da elevação do nível de qualificação da mão-de-obra, do saneamento, da habitação, da previdência social, da formação moral e cívica, da preparação física, da disciplina da força de trabalho e sua adaptação às novas exigências do mercado, entre muitas outras coisas.

A questão do aperfeiçoamento do homem brasileiro liga-se também aos preconceitos racistas e à intenção de obter uma nacionalidade mais homogênea: era o ideal de branqueamento que sobressaía quando se falava em homogeneização étnico-cultural.

2.2. - O privado e o público

A concepção do *individualismo possessivo*, tal como se encontra em Adam Smith,²⁵ é substituída pela visão corporativista, que coloca em primeiro plano as aspirações universalizantes, tais como nação, povo, sociedade nacional, organização nacional, progresso geral, interesse coletivo e, principalmente a fórmula do "bem comum", que na maioria dos casos tem o sentido substantivo de nação.

É fundamental para CP que, na relação entre o privado e o público, este último seja determinante. Todavia, preserva-se o estatuto moral da propriedade privada, pois a sua abolição não estaria de acordo com as aspirações de justiça social das massas, já que estas queriam a disseminação dessa propriedade nas mãos do maior número possível de indivíduos. Partia-se do princípio de que a propriedade privada seria imposta pela vida em sociedade e constituiria parte da personalidade humana. O proprietário deveria aceitar limites, por parte do Estado, no exercício do direito ao uso da sua propriedade, pois ele "não é o seu senhor absoluto". Ele e os que lhe sucederão são os administradores usufrutuários

da propriedade. Jamis poderão empregá-la contra os interesses da coletividade".²⁶

Caberia ao Governo resolver o conflito entre o privado e o público, condicionando o exercício da propriedade à sua função social. Portanto, apesar da propriedade ser um direito universal, "princípio do qual não nos devemos afastar", ela tem que se submeter aos imperativos do Estado, que representa os interesses nacionais no seu conjunto. O exercício da propriedade seria de competência do indivíduo; porém, para ela cumprir sua função social e progressista, teria que contar com a intervenção estatal.

2.3 - O antiindividualismo

Para CP, o individualismo não está de acordo com o ideal de organização nacional, porque isola o indivíduo da coletividade e o faz adversário do bem comum. Motivado por uma mentalidade individualista, o homem torna-se inimigo do seu semelhante, pois a competição prevalece sobre a cooperação, o que beneficia os mais fortes e abastados. Os conflitos tornam-se inevitáveis, crescendo o comunismo, o anarcosindicalismo e o fascismo. Estas ideologias buscam, ainda segundo a revista, resolver os males do individualismo em benefício de uma das classes ou de um partido, não considerando toda a nação. A luta de classes é consequência lógica do individualismo, que acaba impedindo a organização nacional e pode destruir a própria unidade.

O ideal de CP é que cada homem ocupe sua posição no todo social e desempenhe seu papel em função da coletividade. O indivíduo só existiria como membro da comunidade nacional e, portanto, deveria integrar-se à ordem socioeconômica, ajustando-se hierarquicamente dentro da organização nacional, sem a "voracidade do querer demais, do acumular de mais, do extrair o supérfluo à custa do suor e do sacrifício

dos necessitados".²⁷

A liberdade teria sido o ideal mais importante apenas na época do absolutismo e do colonialismo; porém, ao ser alcançada e ao ter-se tornado o elemento básico da filosofia individualista, ela provocou um mal tão grande quanto a sua falta. Portanto, a liberdade exige que uma força a discipline e que seu exercício seja guiado pelo espírito de solidariedade. Assim, as necessidades da nação e de justiça social devem condicioná-la, sendo a meta do "Estado Moderno" o equilíbrio entre necessidades e liberdade, para que prevaleça a justiça social.

CP dizia que só por confusão conceitual se confundia liberdade e individualismo, pois a liberdade pressupõe respeito à autoridade, disciplina dos impulsos individualistas e subordinação ao bem comum.

3 - Estado e sociedade

A relação entre o Estado e a sociedade tinha que se basear, na época, no "tomus social do povo", ou seja, no caráter do povo, nas necessidades presentes e futuras. O Estado seria a unidade moral e política e a direção unitária da sociedade nacionalmente organizada. Só quando o Estado e a sociedade estivessem em harmonia, a política influenciaria positivamente "o progresso que se realiza em função política e só em função política".²⁸

Seria pela influência da política interventora que o Estado modificaria a estrutura social e a mentalidade coletiva. O Governo teria que cumprir estrita e irretritamente as obrigações do Estado para com a sociedade, pois a lei só teria sentido quando praticada, enquanto resultado. Portanto, o Estado é o organizador da sociedade, o educador e o dirigente, pois é sua expressão consciente a sua vontade superiora. A harmonia entre os três poderes constitutivos da

sociedade — o econômico, político e espiritual — depende, pois, da atuação do poder político. Somente dessa forma poderia haver progresso para toda a sociedade.

O conceito de hierarquia deveria substituir o de igualdade e liberdade como valor orientador da organização social. As forças sociais teriam que se submeter as formas "superiores de convivência e solidariedade humana", para desaparecerem os conflitos entre a sociedade e o Estado, entre interesses regionais, entre classes; com a organização nacional, aquelas forças realizariam o progresso geral.

- Sociedade organizada

Para CP, a sociedade seria o resultado de uma multiplicidade de fatores passados e presentes, do qual se deveria partir e não, empiricamente, pretender chegar.

Portanto, a sociedade estaria organizada quando deixasse de ser um conjunto heterogêneo de indivíduos anônimos, sujeitos privados, e se transformasse num conjunto organizado de entidades e instituições hierarquizadas e disciplinadas. A nação organizada seria, então, um sujeito coletivo, cuja vontade se expressaria pelo Estado.

A intenção presente era enquadrar as classes sociais em associações, sindicatos e conselhos de caráter corporativo, que instituíssem a colaboração entre elas e o Estado. Trabalhadores e empregadores deveriam participar ativamente de suas entidades para que elas se tornassem "órgãos eficientes de expressão da vontade das múltiplas forças ativas da sociedade (...) não apenas de atividades econômicas racionalizadas e orientadas no sentido do 'bem público', mas também desempenhando a função política de fonte originária de uma verdadeira e pura vontade do povo".²⁹

Assim organizado, o País prescindiria de parlamento, o que justifica a supressão do Legislativo durante o Es

tado Novo.

4 - A colaboração entre as classes

Associa-se a idéia de colaboração entre as classes a um pacto social gerido pelo Estado, como a única forma de se obter controle sobre a ditadura dos preços, o livre jogo da concorrência e a desorganização da produção e do trabalho, apesar de não se poder fugir a seus imperativos. (Ver III.D.1.2.) O trabalho e o capital são seriam fatores de progresso social e riqueza quando se harmonizassem pela intervenção do Estado; caso contrário, a luta de classe inviabilizaria o Brasil, porquanto o Estado seria incapaz de exprimir e realizar as aspirações e necessidades nacionais.

Prevalece a noção de um *Estado Filantrópico*, que se antecipa às próprias reivindicações do trabalhador e do industrial e concede leis que os beneficiam. Isso é mais marcante com relação à legislação trabalhista, pois antes que os operários "levantassem em massa para reivindicar direitos, espontaneamente decretou [-se] leis a seu favor".³⁰

Para CP, a questão social teria sido resolvida pela legislação social, pela justiça trabalhista e pela ação do Estado. Estas teriam modificado a mentalidade dos patrões, dando-lhes a consciência da solidariedade, a compreensão de que tudo que fosse feito contra o social não seria justo, e modificado a mentalidade do operário, dando-lhe a consciência da dignidade e o conhecimento de seus direitos.

4.1 - O corporativismo

A solução brasileira, segundo CP, seria o corporativismo moderado, contrário ao corporativismo extremista dos fascistas e ao coletivismo radical dos comunistas. O corpora

tivismo brasileira seria ainda autoritário, nacionalista e forte, "mas não [proclamar] o despotismo do todo sobre o homem". As classes assumiriam seu papel segundo a função so cioeconômica e colaborariam com o Estado, que a todas representava.

"O indivíduo deixou de existir como parcela isolada com direito adquirido, para tê-lo somente em função comum. Nenhum direito pode colidir com o interesse do Estado. (...) O indivíduo desaparece no grupo, sacrifica o seu egoísmo em benefício do todo. Opiniões so possuem as classes organizadas que põem a salvo, antes do mais, a integridade do regime e o interesse do povo brasileiro".³¹

Os defensores da organização nacional dirigem-se ao corporativismo e à doutrina social da Igreja a fim de buscar solução para a desorganização nacional dos agentes de produção urbano-industrial. Na verdade, essas idéias estão so brepostas à formulação positivista do castilhismo: "incorporar o trabalhador à sociedade".

Para CP, seria necessário interpor entre o individuo e o Estado uma "espécie de filtro" para atenuar a fraqueza e ganância do indivíduo e os rigores do estatismo. Essa função caberia às associações profissionais legalmente organizadas, que, por sua vez, deveriam ficar afastadas de todas as correntes políticas.

4.2 - A nova ética do trabalho

Na opinião da revista, tudo a partir de 1930 veio "valorizar o trabalho": o Ministério do Trabalho seria um verdadeiro Ministério da Revolução. A nova ética do trabalho combate a "malandragem", muito cantada pela música popular, e a associação entre trabalho e escravidão: "o trabalho — outrora forma de escravidão — é hoje um meio de emancipação da personalidade, algo que valoriza o homem e o torna digno

do respeito e da proteção da sociedade".³²

Esse redimensionamento é fundamental para desenvolvimento capitalista, na medida em que visa conciliar a noção de homem livre com os condicionamentos impostos pelo trabalho assalariado e pela necessidade de maximizar a produtividade. Por isso, CP se preocupa com a qualificação da mão-de-obra. A disciplina do trabalho faria a produção crescer, a riqueza ser mais equitativa e o poder aquisitivo, aumentar. Ela defende o *fordismo* como uma etapa superior ao *taylorismo*, demonstrando que o trabalho racionalizado melhoraria o rendimento do trabalhador sem considerá-lo um "gorila amestrado". Preconiza a formação de técnicos de nível médio e superior e a necessidade de o Governo conhecer a força de trabalho do País, por meios de pesquisas cientificamente elaboradas, pois assim poderia racionalizá-la. Defende também a disciplina e o espírito de sacrifício em nome do futuro da nação. O trabalho seria o fundamento da organização nacional e a medida para "avaliar o valor social de cada um".³³

Entretanto, com relação ao trabalhador rural, nada se escreveu de concreto. No que diz respeito à extensão da legislação social e trabalhista, inclusive da sindicalização, houve apenas referência de que no futuro era preciso pensar na extensão dos benefícios ao homem do campo, sempre advertindo que era necessário muita cautela devido às características próprias.

D - ESTADO-FORTE

1 - Estado como "unidade de direção"

1.1 - Autoritarismo

Os teóricos do Estado Novo atribuíam a si mesmos a designação de *autoritários*, bem como autoritária a doutrina do regime. Para eles, o Estado-Forte, comandado pelo Executivo sob a tutela do poder de um chefe, independentemente da intermediação e representação política, teria capacidade para resolver os problemas brasileiros. Além do mais, só o regime autoritário estaria adequado à tradição e às necessidades nacionais. Eles não viam contradição nisso com a democracia, desde que tal regime estivesse a serviço das "aspirações populares": "garantir os direitos e interesses de todas as classes e impedir o perigoso predomínio deste ou daquele grupo radical e a proporcionar adequado estímulo à intensificação racionalizadora das energias produtoras".³⁴

O termo *autoritário* e suas variações têm um sentido positivo para CP, servindo para diferenciar o Estado Novo e sua doutrina dos regimes liberais-democráticos ("ditadura da burguesia"), dos regimes fascistas (ditadura de um partido) e do regime soviético ("ditadura do proletariado"). A política seria sempre autoritária, pois é ela que organiza a sociedade e incide sobre todas as esferas da atividade humana. Seria, então, "o instrumento de efetivação dos destinos do homem, o individual e o coletivo".

O Estado seria uma entidade orgânica e portadora de funções determinantes, um "indivíduo político e coletivo, que integra, orienta, coordena e racionaliza a sociedade, tornando-a consciente e coesa em função de fins determinados".³⁵ No Brasil, somente o Estado-Forte seria capaz de rea

lizar essas funções. (Ver III.B.6)

O termo *Estado Moderno* é utilizado muitas vezes no lugar de Estado-Forte, quando se quer designar o Estado que se desenvolveu a partir da Primeira Guerra Mundial, no contexto de todo o mundo ocidental. Ele era caracterizado pela crescente preponderância do Poder Executivo. "O Estado Moderno, mesmo o democrático, reconhece direitos coletivos que restringem os direitos ou as liberdades individuais, sendo o bem público considerado como pressuposto obrigatório do governo: há de ser autoritária a democracia moderna".³⁶

O Estado-Forte é contraposto ao princípio da divisão dos poderes, porque considera o parlamento ineficiente para solucionar os problemas "modernos". Caberia ao Governo solucionar esses problemas, depois de apurados e profundos estudos técnicos: "baniu os debates estéreis, as discussões inconsequentes, e criou, além dos conselhos técnicos, outros órgãos adequados de consulta e controle da opinião".³⁷

1.2 - O fortalecimento do Poder Executivo

CP defende o fortalecimento do Poder Executivo e o reforço da centralização como imperativo da ordem política moderna. Busca desvincular o conceito de Estado-Forte do conceito de ditadura, ou seja, dos mecanismos repressivos ou dos regimes fascistas. A noção de Estado-Forte significa, em última análise, o fortalecimento do Poder Executivo. Era citado tanto o caso dos Estados Unidos, cujo "New Deal" seria um ajustamento às tendências modernas, apesar das acentuadas tradições democrático-liberais, como as ditaduras européias, que levaram o fortalecimento do Executivo ao extremo, para corroborar a tese de que esse era um fenômeno universal.

O Estado ampliou-se consideravelmente na concepção do bloco no poder após 1930, no Brasil. Isso fica claro nas páginas de CP, que o eleva à condição de sociedade nacional

organizada. O Governo, por sua vez, seria a direção consciente da nação. Portanto, o Estado é visto como entidade suprema, tanto espiritual como moral. É uma realidade tangível e positiva, acima das classes e interesses individuais. Ele resulta do progresso humano e concretiza-se com a organização nacional que se constitui a partir da "projeção cada vez mais ampla e efetiva do governo" em todos os seus centros ativos.

1.3 - Vontade interventora

Para CP, era necessário eliminar o individualismo e a neutralidade do Estado na esfera econômica, social e cultural, sem restrições: a "cultura como a economia, a liberdade como a saúde, o trabalho como a política, são problemas nacionais mais que problemas de grupos isolados, e, consequentemente, atividades essenciais que cumpre ao Estado sistematizar e dirigir".³⁸ Em outra passagem, encontramos uma posição ainda mais incisiva: "Ora, a política vem incidir, precisamente sobre os fatores mais expressivos de nossa vida dramática: por isso, se o direito e a moral não lhe são indiferentes, a religião e a arte são, por sua vez, elementos de que não prescinde".³⁹

A ação interventora do Estado adquire o estatuto ético de dever preçípua (necessidade histórica). A promoção do desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial é feita em nome do progresso de toda a sociedade e não de uma classe determinada. Dessa maneira, legitima-se e universaliza-se a ação estatal e, ao mesmo tempo, justifica-se o regime ditatorial como necessário à implantação do novo papel do Estado.

Não se nega o direito à iniciativa privada, mas considera-se o individualismo um exagero, pois teria que haver um equilíbrio entre os interesses particulares e o interesse da sociedade, representada pelo Estado. Isso motivaria a vanta

de interventora do Estado na economia para organizar os fatores de produção:

"A luta que então se processa, de maneira franca, e por um desejo ostensivo de intervenção, por parte do poder público, nos negócios internos, encontra, entre tanto, barreiras intransponíveis na máquina administrativa envelhecida e emperrada, e na organização política de diluição de interesses e de responsabilidades, de autoridade e de direção, morna em manifestações e jungida (sic) muito mais aos reclamos localistas do que aos imperativos da comunhão nacional. (...) o próprio governo se vê obrigado a destruir o organismo inútil que se coloca entre a sua ação intervencionista e as formas da produção desorientadas. (...)

(... ..)

A transição de uma caduca normal de 'país essencialmente agrícola' para a articulação de um sistema de produção em que a entrosagem agro-industrial se faça perfeita há de ser acelerada pelo aparecimento da possibilidade de aproveitamento nacional da matéria prima...".⁴⁰

O Estado não estaria acima dos fatores econômicos, não poderia modificar os imperativos do mercado. Entretanto, caberia ao Estado Moderno "dirigir as forças e atividades dentro do cenário econômico, tirar do mesmo o máximo de proveito em benefício da coletividade e do bem-estar social, para a grandeza e a segurança nacional".⁴¹

1.4 - O Estado-Nação

Para CP, o ser humano precisaria de uma filosofia que traçasse os rumos da sua conduta, dos seus procedimentos diante dos fenômenos sociais e que lhe orientasse as atitudes frente aos acontecimentos. O Estado seria a tradução dessa necessidade humana e teria uma concepção própria do universo e do homem. Todavia, isso só seria possível se o Estado abandonasse as premissas abstratas e a-históricas do liberalismo e assumisse fins definidos, fins próprios, que orientassem os objetivos do Governo e criassem instrumentos para

sua realização. Através do Estado, os indivíduos se congregam para realizar em conjunto o que não conseguiriam isoladamente. Portanto, o papel do Governo seria procurar a conformidade entre o fim único — aperfeiçoamento da natureza humana — e os meios múltiplos, disciplinando a liberdade em função do interesse coletivo.

Universaliza-se o Estado como promotor do bem comum, aquele que está a serviço de todas as classes. Ele não seria do operário, nem do burguês, nem das pessoas ricas, pois "o povo é a nação" e a nação está acima de todas as classes, as inclui e supera. O Estado seria então a nação organizada e o Governo, por sua vez, seria a direção do Estado-Nação na sua multiplicidade de órgãos, zonas próprias de ação e funções complexas e variadas que atingem todos os aspectos da vida em sociedade. Democracia não seria um governo das massas; porém, um governo para todas as classes, que não visse classes mas homens e que servisse a todos de acordo com suas necessidades.

Estado-Nação seria a unidade de espírito, sentimento, interesse, expressão do ideal, desejo e interesse de todos, em forma de representação política da realidade nacional total. Só assim ele poderia unificar a nacionalidade, criar um poder nacional e uma vontade unificada, bem como garantir um futuro industrializado e civilizado.

2 - Um Estado para o Brasil

2.1 - Estado interventor

No Brasil, o Estado teria que desempenhar uma função disciplinadora das forças sociais e atuar como renovador da sociedade, educando-a dentro da realidade da nação e das exigências de cada época. Duas noções distintas, porém com

plementares, estão presentes nessa formulação. A primeira justifica o autoritarismo como uma realidade nacional originada da tradição: "o poder forte, no Brasil é igual à vocação nacional, à imposição telúrica, étnica, social e política".⁴² Pedro Calmon afirma que o Estado ético é aquele que está de acordo com a tradição, que provém das raízes da nacionalidade, da consciência e do sentimento do povo.⁴³ A segunda noção pressupõe a institucionalização de uma nova realidade tomada de empréstimo dos países desenvolvidos — a industrialização. "Educar nas exigências de cada época" significaria aceitar a intervenção estatal para fomentar a modernização e a industrialização, o que para um capitalismo dependente significaria maior publicização da ordem privada para uma maior privatização da ordem pública.

A ordem social teria que estar subordinada à ordem política a fim de que o progresso se realizasse em benefício de toda a sociedade. O Estado-Forte seria autoritário, pois esta era a condição para o povo brasileiro tornar-se um povo forte, transformar-se numa nação organizada. Por si mesma, a multidão é torpe, prevalecendo nela os aspectos negativos da personalidade de cada um e as tendências separatistas e localistas. (Ver III.B.3.) Daí, a necessidade de uma elite de homens capazes e superiores, "pois um grupo menor é melhor para governar do que a multidão". A participação política das massas não seria necessária e nem aconselhável. Defender o contrário era considerado um "preconceito político" que encobria um falso jogo eleitoral e manifestações públicas que nada alteravam a realidade do poder. Logo, o povo seria passivo e sua intervenção eleitoral, perfeitamente dispensável.

No Brasil, o poder teria que ser obrigatoriamente personificado, pois o povo brasileiro tinha uma tradição patriarcal e sempre dependeu de que sobressaísse um de seus componentes para governá-lo: o chefe bandeirante, o senhor da casa grande, o rei de Portugal, os imperadores brasilei

ros. O presidencialismo implantado em 1889, apesar dos princípios liberais, indicava a continuidade e confirmava a tradição.

Portanto, o Estado-Forte teria que ser interventor, autoritário, centralizado, unitarista e centrado no poder pessoal do presidente. Assim, a sociedade ficaria protegida da "prepotência de forças inimigas do bem comum" e o Governo poderia equilibrar os interesses das classes e preparar a máquina do Estado para intervir com eficiência em benefício de toda a coletividade. Veja-se um exemplo dessas ideias:

"...uma democracia autoritária, *social e econômica*, onde todas as classes, pelos seus órgãos representativos legítimos, têm os seus interesses, regulados, dirigidos, satisfeitos..."⁴⁴ (O grifo é nosso).

2.2 - O Estado centralizado

A centralização seria fundamental para que a democracia política fosse substituída pela democracia socioeconômica. A autoridade seria restaurada, dando ao Governo instrumentos para racionalizar-lhe a atuação. Por exemplo, na análise que CP faz da Lei Orgânica dos Estados, de 1939, ou nos artigos sobre os municípios, em que afirma que estes, ao se tornarem apenas unidades administrativas, ficariam livres da politicagem, destacam-se principalmente os problemas da contabilidade e do orçamento público.

A centralização daria ao Governo poder para atuar com eficiência sobre todos os fatores produtivos e assim "reconstruir o Brasil". "A doutrina da centralização coordena todas as atividades nacionais, dando-lhe uma unidade reconstitutora, sem destruir a espontaneidade das aspirações e sem desprezar as reservas de vitalidade social".⁴⁵ Em certo trecho de um artigo de Nelson Werneck Sodré, já citado anterior

mente (ver III.A.2), depois da afirmativa segundo a qual o País passava pela transição de "organização política inerte" para "orientação revolucionária e renovadora", está sem nenhum subterfúgio a defesa da centralização:

"A transferência a um poder fortemente organizado, dessa capacidade de intervenção (...) não seria possível sem uma política centralizadora capaz de sistēmatizar e de unificar as orientações da produção...".⁴⁶

A revista dedica espaço considerável às questões referentes à administração pública. A meta seria a racionalização, a eficiência e a especialização: "com os métodos atuais, tudo indica que dentro de duas, ou mesmo de uma geração, os frutos desse sistema sejam os mais promissores...".⁴⁷ Para tanto, seria preciso aproveitar a experiência de outros países, sem contudo querer copiá-las, e tê-las como parâmetros, especialmente a britânica e a americana.

CP também apoiava a política de ampliação das funções do DASP, para que este assumisse as tarefas modernizadoras da administração e do orçamento público. (Tal pondo de vista encontrava forte oposição do Ministério da Fazenda). Gilberto Freyre, que não se considerava um simpatizante do regime, escreveu um artigo para CP,⁴⁸ elogiando o Governo na condução da administração pública. O motivo, segundo Freyre, era a introdução de soluções técnicas, sociológicas e econômicas para adequar o Estado às necessidades do desenvolvimento econômico-social.

3 - Industrialização — A função do Estado

As iniciativas do Governo a partir de 1930 são interpretadas por CP numa perspectiva industrializante. A concórdia entre o capital e o trabalho seria a premissa para o País alcançar a industrialização. Esta seria a base do desenvolvimento brasileiro e, para se consegui-la, o papel do Es

tado seria fundamental; porém, caber-lhe-ia evitar que a in dustrialização se esgotasse em si mesma:

"O capital e o trabalho, colaborando com o govêrno, seguindo o caminho do futuro, de uma humanidade me lhor e maior justiça social, que é aquêle que põe acima de tudo a elevação do nível de vida do povo, realizou a grande finalidade altruística do Estado Nacional. Não estamos crescendo economicamente em be nefício de trustes e de pontentados da finança, es trangeiros ou nacionais, mas em benefício da colet vidade brasileira".⁴⁹

Apesar da ênfase dada ao discurso ético-nacionalis ta, a vontade industrializante constitui uma das matérias que mais preocupa CP. Isso transparece quando a revista afirma que "mesmo com todas as dificuldades geradas pela Guerra Mun dial, com todo açambarcamento e estrangulamento da economia, o governo não descuidou dos investimentos" que dariam a base do desenvolvimento futuro e da independência econômica.

A interpretação que CP faz da chamada "Lei antitruste" demonstra o compromisso da revista com um projeto urba no-industrial. A industrialização está estreitamente associa da à soberania do Estado, em sua análise; esta justifica a lei pela necessidade de coibir os abusos do poder econômico, estrangeiro ou nacional, que, na forma de trustes, poderia colocar obstáculos à plena industrialização brasileira. Pa ra corroborar sua tese, CP cita o exemplo dos Estados Unidos, que no início da industrialização criaram leis prote cionistas; com a formação dos trustes, procuraram limitar-lhes a atuação. Dá exemplo também de como os trustes inviabi lizaram diversos empreendimentos no Brasil e conclui que tal legislação era útil ao País, pois este não tinha atingido ainda uma etapa superior da "evolução do capitalismo".⁵⁰

- A questão do planejamento

O Estado deveria ter planos, métodos, objetivos e

metas a longo prazo, pois seria necessário "organizar a so ciedade" e torná-la "organicamente integrada". (Leia-se mercado interno.) Isso sô seria possível, como já vimos, se o Estado interviesse em todas as atividades nacionais, se se tornase um Estado verdadeiramente nacional.⁵¹

Por isso, a intervenção teria que ser planejada, a fim de organizar o trabalho, a produção, o crédito, a circulação das riquezas, bem como orientar os investimentos diretos do Estado na produção e, até mesmo, na distribuição, se a necessidade determinasse: tudo isso sem empirismo. Agir segundo um plano significava obter o máximo de rendimento na aplicação dos investimentos públicos e na política econômica, para obter um desenvolvimento rápido de toda a economia.

As tarefas que CP atribui ao Estado exigem a refomulação da máquina administrativa; o povoamento do interior, a construção de um sistema viário e de comunicações, a exploração dos recursos minerais; a produção siderúrgica, de equipamentos e máquinas, a correção do desequilíbrio indústria-agricultura, a criação de infra-estrutura para expansão industrial. Em suma, seria preciso sistematizar a intervenção estatal. Em sua concepção, o Brasil teria que sair da monocultura para exportação e entrar na policultura e na industrialização, com um mercado interno desenvolvido. A siderurgia era vista como atividade que abriria caminho a essas transformações.

Encontra-se no número 45 da revista um balanço das ações do Governo no âmbito econômico, de onde se conclui que o "planejamento" iniciado já tinha deixado saldo positivo até aquela data, mas ainda muito teria que ser feito:

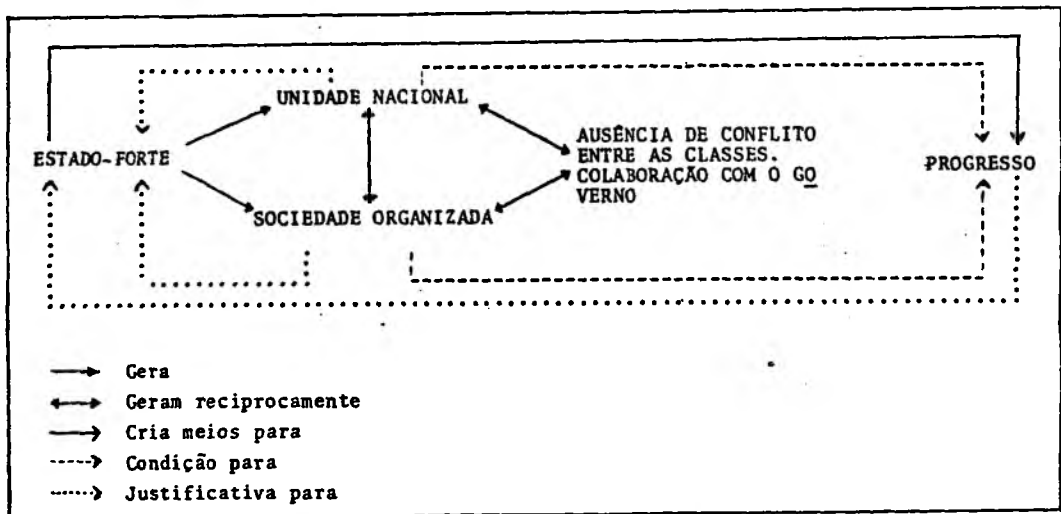
"Necessitamos daqui por diante, atender com maior cuidado as questões de rendimento e a possibilidade dê exportar produtos transformados em vez de matéria-primas e gêneros de alimentação".⁵²

A proposta do CNPIC (ver II.B.2) encontra ressonância nas páginas de CP; porém, pode-se afirmar que ela é também uma resposta às formulações da revista, já que, desde mar

co de 1941, esta advogava a necessidade da industrialização e de planos que orientassem sistematicamente o Governo.

As formulações de CP que vimos abordando até aqui podem ser sintetizadas em poucas palavras: seria dever do Estado tomar as iniciativas para solucionar os problemas essenciais do Brasil, que eram o progresso industrial (siderurgia, carvão, transporte, comunicação, energia, crédito), a evolução social (legislação trabalhista, saúde, previdência social, sindicalização) e o progresso cultural (educação, arte, nova mentalidade popular). Isso é colocado como imperativo do Estado Moderno e uma necessidade inevitável "dos tempos atuais", porquanto se considera que só ele é capaz de direcionar as leis da economia e produzir o progresso geral, como fica evidente no esquema abaixo:

QUADRO VIII



Portanto, CP tinha um ideal de futuro assentado numa concepção estatista de progresso, isto é, uma espécie de estatolatria vinculada estreitamente à expansão urbano-indus

trial e à necessidade de preservar uma ordem conservadora. (Ver IV.C.) No número de agosto de 1945, pouco antes do fim do Estado Novo, CP publica uma série de matérias significativas para se compreender o "sentido de futuro" do seu projeto ideológico. O editorial explica a mudança no formato da revista e confirma as diretrizes da publicação, apresentadas no número 1, cujo editorial é reeditado. Numa outra matéria, transcreve e comenta o programa do Partido Social Democrático (PSD), como sendo de acordo com o "espírito nacional" e com os "interesses coletivos". Comenta também o programa do Partido Trabalhista Inglês (1945), comparando-o com a legislação brasileira desde 1930; afirma, por exemplo, que no caso brasileiro ocorreu uma antecipação aos problemas que seriam gerados pelo desenvolvimento capitalista, porque no Brasil o fenômeno se processara de "cima para baixo". Tal ocorreu devido às "particularidades da transição", que deu ao Estado uma gama de poderes para isso, enquanto na Inglaterra o trabalhismo propunha o mesmo, mas para enfrentar as consequências do capitalismo. Ainda nesse número, encontra-se artigo que defende a *Lei dos Crimes Contra a Economia Nacional* como uma "lei antitruste". Aparece, ainda, outra matéria que critica as eleições do passado e propugna que as próximas eleições não interfiram no andamento normal da administração pública. Enfim, todos esses artigos compartilham da mesma idéia básica: a necessidade de se preservar a ação interventora do Estado e a política de industrialização.

E - ESTADO FILANTRÓPICO

O objetivo dessa seção é tratar especificamente do discurso justificador do Estado Novo. Há que se levar em conta o fato de muitos articulistas escreverem apologias do regime e do Presidente, a partir das premissas teóricas levantadas por intelectuais numa escala de fruição política mais elevadas. A descrição de tal discurso permite-nos construir criticamente o conceito de *Estado filantrópico*, que perpassa as formulações de CP. Além disso, oferece algumas informações que serão úteis para a compreensão do capítulo IV.

1 - *Cultura Política* e a explicação ético-político

1.1 - As origens do Estado Novo

O regime é visto como um reflexo do "espírito nacional": aspirações do momento, que traduzem as necessidades sociais e as características do povo, assim como as marcas de sua formação, que são as impressões do seu passado, as tramas que a tradição criou no seu "subconsciente coletivo".

O Estado Novo estaria ajustado à tradição, com as instituições políticas e sociais em conformidade com a "base cultural" brasileira e as "aspirações de continuidade históricas". Portanto, o Estado Novo seria o retorno ao "Estado Ético", às "raízes mais profundas da nacionalidade" e, junto com Getúlio Vargas, seria "uma dádiva do passado feita ao presente do Brasil".

As origens do regime são buscadas na luta contra o que Cassiano Ricardo definiu como "deformações ideológicas que tudo descaracterizam, subvertendo valores e suprimindo fronteiras".⁵³ O objetivo era justificar o Estado autoritário asentado no poder pessoal de Vargas. Identificam-se as fases

de maior centralização com momentos de progresso e fortalecimento da unidade nacional; por outro lado as fases mais liberais são associadas a momentos de atraso e risco para a unidade nacional. Este reducionismo histórico é curioso, porquanto procura legitimar a ditadura, construindo, para isso, arbitrariamente, uma "tradição" a partir de alguns dados tomados da História.

O Estado Novo seria também realista porque estaria ajustado às necessidades do povo. O fracasso da Constituição de 34 teria demonstrado a impossibilidade de os princípios liberais atenderem as "aspirações populares" e, portanto, teria originado a consciência de que não seria mais possível um Estado que não correspondesse ao "critério realista". Vargas teria-se utilizado do bom senso para ajustar as instituições políticas e sociais às "opiniões do povo e não às teorias de uma minoria privilegiada", colocando-as em conformidade com os princípios do "Estado Moderno": interventor e centralizado.

1.2 - Os "fins humanos" do Estado Novo

São atribuídos "fins humanos" ao Estado Novo, cuja política teria um meio de realizá-los: "o homem se dilata, nê le se completa, nê le se realiza", porquanto o regime seria "uma filosofia de vida e um modo de conceber o homem". O Estado Novo aparece ora como a "síntese do homem integral", ora como a "realização das aspirações cristãs", ora como a "democracia racial" que procura no homem somente as qualidades e as desenvolve; ora, ainda, como o "retorno ao igualitarismo que nasceu da mistura étnica":

"O nosso governo trabalha e vigia o renascimento do homem brasileiro, mantendo um Estado no qual participamos com as fibras mais íntimas do nosso ser".⁵⁴

O Estado Novo teria dado uma nova consciência ao homem brasileiro, diante de si mesmo e face aos demais. Afir

ma-se que o regime deu uma "finalidade à vida do homem brasileiro", um "destino nacional" e uma "filosofia do homem novo". Portanto, seria um "Estado realista, nacionalista e humanizado".

Educadas e disciplinadas nos seus impulsos egoísticos, as classes teriam adquirido "nova mentalidade" e, em consequência, submetido seus interesses particulares ao bem comum. Todavia, isso teria acontecido sem terem a sua personalidade destruída, mantendo o direito à livre iniciativa e ao usufruto da propriedade. Assim, as classes e os indivíduos teriam passado a ser co-responsáveis pelos destinos do Estado:

"Com a Nova Política do Brasil, adquirimos, inicialmente, uma conficção que não possuíamos antes, isto é, de que nada que é feito para o indivíduo, em detrimento do social, é justo".⁵⁵

1.3 - O Estado Novo e as "aspirações do povo"

O Estado Novo seria autoritário porque estaria expressando as necessidades e a vontade popular e só se mantinha assim porque o povo queria; Governo e povo se identificavam, pois este seria o próprio Estado Nacional. No cumprimento da lei, o Governo teria-se popularizado e dizia-se: "assim deveria ser". O Estado Novo teria sido a realização do "equilíbrio orgânico da sociedade", porquanto expressaria o "sentimento de unidade, direção e evolução" nutrido pelo povo:

"Governo e povo se irmanam e os seus entendimentos não se fazem mais à sombra dos partidos políticos, destrutores da autoridade e fomentadores de vaidade inconfessáveis".⁵⁶

E mais:

"De maneira que o Estado Nacional realiza o milagre do equilíbrio da autoridade com a liberdade, da sua ativa dignidade com a dignidade do indivíduo, concij

liando a personalidade humana no súdito com a sua re presentação própria no superior hierárquico".⁵⁷

O Estado Novo teria realizado as aspirações de in telectuais, artistas, que desde a Primeira Guerra Mundial ti nham-se voltado para a "redescoberta do Brasil:

"O Brasil hodierno, pela vontade de seus homens, rea l iza o que havia predito o gênio político de Alberto Torres em seus estudos magistrais, a criação de um Estado forte 'como órgão da sociedade nacional, isto é, como órgão da força e da ação coletiva e permanente que ampara o indivíduo e a sociedade no presente e no futuro'. (...) Razão porque, diante da nossa in corporação aos mais avançados e civilizados países do mundo, não nos deterá em nossa marcha ascencional para o futuro".⁵⁸

O Estado Novo estaria de acordo "com o 'tomus soci al do povo', com suas aspirações ajustadas integralmente a suas raízes. Daí ser o instrumento da evolução da ordem soci al. Porque veio ao encontro do desejo latente [da socieda de]".⁵⁹ Portanto, o regime varguista seria a "personalidade e a vontade nacional", a "inteligência superior do povo", "uma entidade viva e racional que organiza a sociedade", "a iden tidade da pátria", "a razão nacional de existir" e o "equilí brio harmonioso entre a sociedade e o Estado".

2 - Estado Novo: o organizador da sociedade

Apesar de o Estado Novo ser ora apresentado como a "organização nacional" já consumada, quando se pensa em ter mos de Estado-Nação, ora como aquele que estaria realizando tal organização, quando se pensa em termos de Estado inter ventor, prevalece a idéia de que ele era o responsável dire to pela organização da sociedade. O Estado Novo teria desen volvido as forças socioeconômicas, procedido ao ordenamento jurídico e estabelecido uma relação positiva entre legisla ção e sociedade; esta teria adquirido o ambiente político

adequado à sua evolução:

"...para a felicidade nossa, jamais atravessamos período de tanto realismo político, de tamanha compreensão, por parte dos dirigentes, das necessidades sociais de um tempo, deste tempo do mundo que atravessamos".⁶⁰

O Estado Novo teria-se estruturado para atender à sociedade, "com sabedoria política e administrativa": "tudo prevê, executa e corrige". As deficiências da sociedade teriam sido sanadas, as dificuldades econômicas resolvidas; o regime teria articulado os serviços e aperfeiçoado os órgãos públicos, amparado o trabalhador e a iniciativa privada, impulsionado o ensino em todos os níveis, estimulado os estudos históricos, preservado o patrimônio artístico e histórico nacional, dinamizado o mercado editorial, implantado bibliotecas, protegido o teatro, estimulado o cinema, o rádio e as artes, produzindo o progresso intelectual de toda a sociedade, e muitas outras coisas estaria fazendo:

"O governo sabe que o rótulo nada significa e que as idéias só se afirmam realmente fêrteis quando nascidas de um desejo nacional. As democracias são acordos do povo com o governo. (...) De tal modo a vida política do país se ajusta à vida social, de tal maneira as duas se influenciam mutuamente, numa troca de concessões socializadoras, que o descontentamento não existe. (...) As reclamações não encontram correspondência na realidade...".⁶¹

3 - O Estado Novo e a democracia

O Estado Novo seria o "Estado democrático brasileiro", cujo governo "ausculta, interpreta, define e realiza os interesses objetivos que a sociedade se impõe a si mesma e que derivam de sua própria natureza".⁶² Esta visão do Estado Novo como uma democracia não esconde seu caráter ditatorial, mesmo com toda adjetivação que se dava ao termo *democracia*:

"democracia apolítica", "democracia do trabalho e da ação", "democracia econômico-social", "democracia nova", "nova democracia", "democracia realista", "democracia orgânica", "democracia verdadeira", "democracia nacionalista", entre muitas outras:

"Estamos diante de um Brasil Novo: De um Brasil plasmado com fé e coragem. Transfigurado na hora que o Presidente compreende o significado histórico do liberalismo e o seu conteúdo antidemocrático. Para fundar uma *democracia brasileira*. Uma *democracia em que a liberdade tem um sentido de ordem e de disciplina*. Uma *democracia doutrinária*, que firma o princípio político de *fortalecimento do Estado*, pelo engrandecimento das massas — o povo. Uma *democracia orgânica*, cuja *centralização do poder só fortalece a autoridade* e mantém o seu *equilíbrio em um Brasil uno e indivisível*, sem fronteiras inter-estatais, sem Estados ricos e Estados pobres. Uma *democracia com raízes no sentimento popular*, porque é a primeira vez que o povo é chamado a participar da vida do Estado, nos diversos organismos instituídos como pequenas assembleias de classe, que deliberam e opinam sobre o interesse das mesmas em favor da coletividade. Era o Brasil que, longo tempo dependurado a beira do abismo, como o vêem os descrentes e os desinteressados, se reergue e não desaparece, para o seu destino histórico.⁶³ (O grafo é nosso.)

Todos os valores ligados ao Estado Novo se alinham na citação acima: a disciplina da liberdade, a ordem, o fortalecimento do Estado, a centralização, a unidade nacional enquanto integridade territorial e mercado interno, a visão corporativa da participação popular e a idéia de "destino histórico".

A idéia presente em todas as adjetivações é a de que o Estado Novo representaria um "estilo de vida próprio do Brasil", que nada deveria aos modelos importados; mas, por outro lado, é a afirmação de que o Estado Novo era essencialmente antiliberal, porque seria esse o sentido do desenvolvimento do País:

"E eis como o Brasil achou o seu estilo de vida, en contrando a si mesmo, em todas as manifestações em que os seus filhos, considerados como unidades soci ais, são chamados a construir, nas oficinas, nos campos ou nas ruas, a prosperidade de todos em bene fício do bem estar, da paz e da tranquilidade de cada um".⁶⁴

4 - *Cultura Política e Getúlio Vargas*

Venâncio Filho, nas suas crônicas para CP, desacon selhara as biografias apologéticas. Entretanto, Getúlio Var gas, tal como o Estado Novo, é mistificado, glorificado e elevado ao panteão. São-lhe atribuídos todos os valores con siderados positivos e que deveriam servir de exemplo para a sociedade brasileira.

Todos os créditos da Revolução de 1930 seriam de Vargas e tudo que teria sido feito depois já estava na cabe ça do Presidente, que cumpria os compromissos assumidos na quella data e, ainda, fazia muito mais do que tinha sido pro metido. Ele é apresentado como responsável pelo "encontro do homem brasileiro com a nação", o líder e dirigente identi ficado integralmente com o movimento de 1930, com o "sentimento nacional" e as "aspirações populares", "o herói", "o esta dista", o "povo personificado", "o chefe", "o modelo", o "ho mem novo", o "gênio político" e, antes de tudo, "o cumpridor de suas funções".

Getúlio Vargas sentiria "intimamente a sociedade" e atenderia às suas demandas "antes mesmo que ela reivindi casse", pois ele seria a "inteligência humana, linguagem fa lada, energia muscular que expressa, age e dirige consciente mente o Brasil". Ele teria sido o "pensador político", "o ho mem de visão", "o doutrinador", o "líder necessário" do qual dependeu o sucesso da Revolução, o estadista "dinâmico e creador", lúcido, progressista, conhecedor do processo histó rico e da época atual. Personificaria "os sentimentos, as as

pirações e a vontade do Brasil como nenhum outro homem de Estado...".⁶⁵

Getúlio teria sido o "intérprete das tendências sociais", em ligação com a "alma popular"; por isso, tinha abandonado a atitude estática e contemplativa do liberalismo para, junto da sociedade, atender os seus reclamos e fazê-la avançar:

"...Mas não há talvez, pelo menos nos exemplos recentes, caso de uma identificação tão absoluta e tão indestrutível entre um homem e uma revolução, como a que existe, ligando Getúlio Vargas à revolução brasileira".⁶⁶

Ele teria a capacidade de antever os desafios futuros — com conhecimento da realidade — e antes que a sociedade se manifestasse ou sentisse os problemas, teria dado a eles soluções técnicas adequadas. Seria o "restaurador da dignidade nacional"; com "alta coragem", encarou de frente a questão social, "que para os políticos do velho regime republicano 'era um caso de polícia'".⁶⁷ Antecipando-se aos operários, antes que eles tivessem pedido, teria decretado leis a seu favor.

O pensamento e a ação estariam unidos em Getúlio, dando-lhe objetividade na apreciação dos problemas e rapidez nas suas soluções. Ele conheceria a vida do País, o "que faz, como age e reage todo seu povo", sabendo e acompanhando os movimentos de todos os rincões da Pátria. Gilberto Freyre, que dizia não ser a favor de apologias, escreve em CP que Getúlio tinha uma "inteligência realista" e que não havia nenhum "bacharel menos bacharelesco do que o presidente Getúlio Vargas".⁶⁸

5 - O Conceito de Estado filantrópico

Todos os valores atribuídos ao Estado Novo e a Ge

túlio Vargas podem ser aglutinados em torno do conceito de *Estado filantrópico*. A noção de filantropia contida em tal conceituação pressupõe um amor desprendido, que concederia dá divas sem nada pedir em troca, a não ser aquilo que seria "bom" para o própria beneficiado.

O mais significativo é que está implicado em tal noção uma relação peculiar, que não permite ao suposto beneficiado da ação filantrópica conquistar autonomia; portanto, tal ação beneficiaria principalmente o agente que a realizase. Tem-se a falsa impressão de que o "forte serve ao fraco", quando na verdade serve a si mesmo.

O Estado constitui uma realidade que não se esgota nos limites de seu aparelho repressor ou ético-político. É também o locus em que incide a luta de classes, a ação hegemônica e o embate entre frações da classe dominante; portanto, está sujeito a uma correlação de forças sociais e políticas. Por tudo isso, o Estado não pode servir a todos e representa, na verdade, o instrumento que o "bloco no poder" utiliza para executar seu projeto político particular sob a capa universalizante do interesse de todos. O Estado, porém, é limitado em suas ações pela correlação de forças da qual falamos.

O conceito de Estado filantrópico, mesmo não aparecendo explicitamente nas formulações justificadores de CP, constitui um meio de universalização de determinados interesses particulares. É uma forma de estatolatria, servindo historicamente à transição da economia agroexportadora para a urbano-industrial, que depositou todas as iniciativas transformistas — modernização e industrialização — nas mãos do Estado.

5.1 - O Estado Novo como um Estado Filantrópico

Quando afirma que o Estado Novo teria valorizado e

protegido o trabalhador, os menores, as mulheres, a família, sem que tivesse sofrido qualquer pressão para isso e antes que os problemas gerados pelo capitalismo surgissem; quando assegura que o trabalhador estaria satisfeito, teria sido bem-estar, ou ainda, que teria sido o Estado o responsável pela sindicalização e pela conscientização, por parte da classe trabalhadora, dos seus direitos, CP está atribuindo ao Estado um caráter filantrópico, que parte do princípio católico do bem-estar comum.⁶⁹ Este é um conceito vago que deixa sem resposta a pergunta: quem será o intérprete do bem comum?

A mesma visão filantrópica transparece quando a revista afirma que o Estado Novo, no campo econômico, teria ocasionado "verdadeiras transformações": estimulado os investimentos industriais, criado novas indústrias, priorizado o mercado interno, conquistado novos mercados externos, dado solução ao "magno problema siderúrgico", dinamizado a produção de carvão, cimento, minério de ferro, máquinas; aparelhado as vias férreas e portos de embarque; atendido os industriais antes que estes reivindicassem medidas do Governo, entre outras coisas. O mesmo teria acontecido no campo cultural.

O Estado Novo, acima de tudo, teria sido o realizador da justiça social, num ambiente de absoluta ordem reinante. O regime é apresentado, sobre qualquer tema que se esteja tratando, como aquele que tem o poder de consentir, permitir, considerar, estimular, dirigir, antecipar, realizar, educar, organizar, proteger e doar, por sua própria vontade, sem que seja pressionado por qualquer força, porque está de acordo com a vontade e aspirações da sociedade e porque está a serviço de todas as classes, do "bem comum".

F - O IDEAL DE PROGRESSO

O ideal de progresso no discurso ideológico serve para aglutinar os demais conceitos: unidade nacional, organização nacional, Estado-Forte e Estado filantrópico. Ele atribui valor ao Estado Novo e, portanto, é um juízo transvestido em asserções de fato e uma falsa representação da realidade, na medida em que a necessidade de justificar o regime faz com que as relações concretas vivenciadas pelos indivíduos e classes sociais sejam reduzidas ao maniquísmo: tudo que está a favor do regime é fator de progresso e tudo que está contra, de atraso. O Estado Novo teria sido necessário "para promover o verdadeiro progresso e resolver os problemas fundamentais que interessam às massas".⁷⁰

Está presente em CP a idéia de progresso, por exemplo, quando afirma que o Estado Novo seria o país consciente de suas limitações no presente; que, superando-as, faria o Brasil avançar para o futuro ou que "ganhou a batalha do nosso futuro, preparou-nos para suportar o presente".⁷¹

A autodefinição do regime como a "nova política do Brasil" ou a afirmação de que o Estado teria sido o progresso, marca, portanto, as formulações de CP.

"Eis porque o progresso, a evolução social do país, é uma consequência de uma nova política, e só dela. (...) Em seu nome, repousamos nas férias e somos assistidos em nossas enfermidades. Por meio dela, construímos a casa própria ou nos socorremos, nos momentos precisos, dos ambulatórios ou das casas de saúde. Garantidos por ela, temos a certeza do nosso trabalho e da segurança de nossa família. (...) É só essa consciência de um direito, de que cada um de nós está informado, já é o suficiente para nos convencer dessa diferença da vida do homem brasileiro de hoje, comparada com a de ontem".⁷²

1 - A noção de "grande destino histórico"

O ideal de progresso está ligado e não pode ser dissociado da idéia de "grande potência. Afirma-se que todas as condições naturais indicavam esse destino e que os problemas políticos tinham sido resolvidos pelo regime de 10 de novembro de 1937. O Brasil, pela sua participação na II Guerra, pela sua importância no cenário internacional e pelo seu esforço e iniciativa na política externa teria uma importância decisiva depois daquela época, ao lado das principais nações do mundo. Veja-se um exemplo tirado de reportagem sobre a dívida externa e a independência econômica:

"A regularização definitiva da questão da dívida externa abre ao Brasil uma era nova de verdadeira liberdade de ação e de movimento, permitindo-lhe as iniciativas que interessam ao seu desenvolvimento e a toda uma série de realizações que *elevaram o nosso país ao mesmo plano das grandes nações do mundo*".⁷³

(O grifo é nosso.)

É constante o ideal de grandeza: o Brasil seria uma "grande nação", seu destino seria o de "grande potência", Getúlio Vargas era um "grande estadista" e tinha-se uma "grande riqueza", entre outras afirmações da espécie:

"...os brasileiros de amanhã, temperamentalmente aptos a sentir e portanto intelectualmente prontos a apreender e compreender o mundo, mais do que qualquer outro povo — capacitados, portanto, para um papel de relevo no âmbito internacional. Daí a previsão lógica de uma missão universal do nosso povo. (...) Temos, portanto, razão suficiente para crer num papel preponderante do Brasil no mundo de amanhã".⁷⁴

Apesar de todas as explicações ético-políticas, para o ideal de progresso (veja IV.D), ele está associado à industrialização enquanto fundamento do poder nacional, econômico, político e militar:

"Nada mais deterã o Brasil no seu progresso industrial, na quantia e qualidade, na conquista de novos graus do sistema de produção".⁷⁵

A idêia de progresso forneceu uma interpretação da política industrializante que a colocou na categoria de necessidade histórica realizando-se no tempo. Ela perde o carãter de interesse de classe para assumir a condição universal de "aspiração do espírito nacional". Logo, o ideal unitário, corporativo e interventor, presente nos demais conceitos aglutinadores, não seria consequência da arbitrariedade voluntária de forças políticas que lutam para impor seu projeto político, mas a realização de um "grande destino histórico". Assim,

"O Estado Nacional, pelos processos que as nossas realidades indicam, e objetivando fins altos e nobres, está construindo um Brasil brasileiro, que vai marchando, firme, em busca da realização de um grande destino histórico".⁷⁶

2 - Estado Novo e o progresso

O Estado Novo é visto por CP como o início de um processo que se prolongará no tempo. Neste momento, sobressai a vontade institucionalizadora, muito mais que a justificacão apologética do que já está instituído. O progresso dependeria da ação estatal sobre todos os setores da sociedade, a fim de que pudesse produzir as transformações desejadas.

A economia seria o alvo principal, em cuja direção deveria agir o poder público. Numa reportagem especial de CP, com o sugestivo título de "O Estado Nacional e a Etapa Atual do Desenvolvimento Econômico do Brasil",⁷⁷ destaca-se a necessidade de a economia brasileira avançar no rumo da industrialização pesada e da produção de maquinário, na preparação de mão-de-obra qualificada e na racionalização da pro

dução, bem como de criar mecanismos de defesa da indústria nacional. (Ver III.D.3.1.)

A grande preocupação econômica da revista é com a siderurgia. CP levanta sua história desde as primeiras produções de ferro em Minas Gerais, pois considera que o setor daria ao País as bases para a industrialização e que seu desenvolvimento marcaria o início de um processo que colocaria o Brasil ao lado dos países industrializados. Está presente também a necessidade de integração e verticalização dos setores produtivos, que só seriam possíveis pela intervenção estatal.

O desenvolvimento da indústria nacional é colocado também como fator precípua para eliminar o "complexo de inferioridade", que levava o brasileiro a supervalorizar o que vinha de fora. A nova mentalidade que se estaria formando teria que ser acompanhada pelo esforço industrializante. Afirma-se que no Estado Novo isso estaria acontecendo, pois multiplicavam-se os produtos e melhorava-se-lhes a qualidade pelo avanço da indústria nacional.

O caráter dado ao "progresso nacional" é nacionalista, o que sobressai em todas as formulações. Isso, aparece explicitamente numa reportagem especial sobre o "desenvolvimento industrial do Brasil", onde se afirma que, desde o início do século até 1943, o desenvolvimento tinha-se baseado na diversificação e na substituição de importações, sem que se tivesse preocupado com outra coisa; porém, ao entrar-se na fase de indústrias de base, era necessário resolver o problema de quem iria controlar a riqueza industrial e sua potência. CP conclui que deveria ser "o povo, através do Estado".⁷⁸

Apesar do tom otimista e progressista do discurso industrializante da revista, na realidade, as dificuldades eram muitas: o mercado interno não estava ainda integrado por sistemas de transporte e comunicação eficientes, dependia-se do petróleo importado, faltava tecnologia, o maquinário industrial estava desgastado, a mão-de-obra apresenta

va baixa qualificação, os capitais para investimento não eram suficientes, no final do regime a inflação criara dificuldades econômicas e sociais, entre outras coisas. (Ver II.B.1.)

CP não desconhecia que havia dificuldades; no entanto, não as percebia como consequência de realidades contraditórias ou antagônicas. O ideal de progresso que incorporou, com sua noção de evolução gradual e contínua para etapas melhores e superiores, permitia-lhe harmonizar as relações sociais e políticas ao nível do discurso; dessa forma, conseguia afirmar que através de um Estado interventor seria possível acelerar o ritmo do progresso para o Brasil atingir o mesmo patamar das nações industrializadas. (Ver IV.D.)

III - NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. OLIVEIRA, Lúcia Líppide. Tradição e Política. In: —. e outros. *O Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982. Segundo entrevista de Almir de Andrade, Lourival Fontes — diretor do DIP — o havia procurado por ordem de Vargas, que, descontente com a interpretação de Francisco Campos para o Estado Novo, solicitou a ele (Almir) uma outra visão do espírito do regime.
2. O SEGUNDO ano de *Cultura Política* (Um programa e uma realização). In: *Cultura Política*, Rio, 2(14): 1-13, abr., 1942.
3. MEDEIROS, Ana Ligia e HISRT, Mônica. *Bibliografia Histórica: 1930-1945*. Brasília, UnB, 1982; COLEÇÃO Pensamento Político Republicano. Brasília, UnB, 1981, v. 1; BIBLIOGRAFIA sobre o Estado Novo. *Cultura Política*, Rio, 1(9):172-180, nov., 1941; —. 2(11): 113-118, jan., 1942; —. 2(14): 86-92, abr., 1942; —. 2(15):104-108, maio, 1942; —. 2(16): 106-110, jun., 1942; —. 2(17): 134-136, jul., 1942.
4. OLIVEIRA, Lúcia Líppide. op. cit.
5. ANDRADE, Almir de. Política e Cultura. *Cultura Política*, Rio, 1(2): 5-10, abr., 1941, p. 7.
6. RAMOS, Guerreiro. Literatura latino-Americana. *Cultura Política*, Rio, 1(3): 274-275, maio, 1941, p. 275.
7. Prestes escreve da prisão, comentando um artigo de *Cultura Política*, ver MORAES, F. Olga. SP, Alfa-Omega, 1986.
8. VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político. In. OLIVEIRA, Lúcia Líppide. op. cit.
9. Na relação dos livros mais vendidos no Rio de Janeiro em

- 1917, a influência predominante de escritores menores do pensamento europeu: Luiz W. Vita. *Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil*. São Paulo, Grijalbo, 1968.
10. PEIXOTO, Sílvio. Tradição do princípio de unidade nacional. *Cultura Política*, Rio, 1(3): 175-190, maio, 1941, p. 179.
 11. PEREGRINO JUNIOR. Política brasileira da alimentação. *Cultura Política*, Rio, (2): 102-114, abr., 1941, p. 112.
 12. EVOLUÇÃO política e Social do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 1(1): 5-10, mar., 1941, p. 7.
 13. MORAIS, Deodato de. O Estado e sua moderna concepção. *Cultura Política*, Rio, 1(5): 15-22, jul., 1941, p. 18.
 14. ROSSOLILLO, Francisco. Nação. In. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*, 2.ed. Brasília, UnB, 1986, p. 797.
 15. MORAIS, Deodato de. O Estado e sua moderna concepção, Op. cit., p. 17.
 16. ———. Educação e Estado Novo. *Cultura Política*, Rio, 1(9): 26-36, nov., 1941, p. 30.
 17. DANTAS, Mercedes. Os regimes políticos e a realidade social do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 1(5): 36-43, jul., 1941, p. 43.
 18. PRAZERES, Oto. A língua e a nacionalidade. *Cultura Política*, Rio, 1(5): 66-76, jul., 1941.
 19. MORAIS, Deodato de. Educação e Estado Novo. Op. cit., p. 30.
 20. BELO, José Maria. A unidade moral do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 1(9): 113-118, nov., 1941, p. 117.
 21. CASTELO, Martins. O samba e o conceito de trabalho. *Cultura Política*, Rio, 2(22): 174-76, dez., 1942, p. 175.

22. FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Nacional. *Cultura Política*, Rio, 2(20): 89-98, out., 1942, p. 91.
23. ANDRADE, Walter Masson Pereira de. A transformação econômica do Brasil sob o Estado Nacional. *Cultura Política*, Rio, 2(12): 159-165, fev., 1942, p. 161.
24. FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado brasileiro e o sentido do nacionalismo. *Cultura Política*, Rio, 2(13): 39-49, mar., 1942, p. 41.
25. O individualismo concebe a liberdade privada, a obstenção da ingerência estatal e o egoístico espírito de acumulação como fatores progressistas, que proporcionariam à sociedade riquezas e bem-estar.
26. SOMBRA, Severino. Trabalho e propriedade. *Cultura Política*, Rio, 1(4): 73-79, jun., 1942, p. 75.
27. MORAIS, Deodato de. O Estado e sua moderna concepção. Op. cit., p. 17.
28. A ORDEM política e a evolução social (XVIII). *Cultura Política*, Rio, 2(18): 309-310, abr., 1941, p. 310.
29. AZEVEDO AMARAL. Realismo político e democracia. *Cultura Política*, Rio, 1(1): 157-176, mar., 1941, p. 169.
30. COLLAGE, Fernando. Clima próprio à legislação social. *Cultura Política*, Rio, 1(4): 103-112, jun., 1941, p. 112.
31. MOREIRA, João da Rocha. O Estado Novo e o problema trabalhista. *Cultura Política*, Rio, 1(4): 51-63, jun., 1941, p. 62.
32. EVOLUÇÃO política e social do Brasil. Op. cit., p. 36.
33. SOMBRO, Severino. Trabalho e propriedade. Op. cit., p.76.
34. AZEVEDO AMARAL. Realismo político e democracia. Op. cit., pp. 171-172.

35. FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O conteúdo democrático do Estado Nacional. *Cultura Política*, Rio, 2(18): 13-26, ago., 1942, p. 14.
36. COELHO, Vicente de Faria. A organização corporativa brasileira. *Cultura Política*, Rio, 1(4): 163-172, jun., 1941, p. 165.
37. FREITAS, Bezerra de. A valorização do trabalhador brasileiro. *Cultura Política*, Rio, 1(9): 108-112, nov., 1942, p. 109.
38. MORAIS, Deodato de. Educação e Estado Novo. Op. cit., p. 28.
39. A ORDEM política e a evolução social (XV). *Cultura Política*, Rio, 2(15): 266-267, jun., 1942, p. 166.
40. SODRÉ, Nelson Weneck. Fronteira Móvel. *Cultura Política*, Rio, 2(18): 93-102, ago., 1942, pp. 99-102.
41. A INDÚSTRIA e a economia nacional (à margem do discurso do Presidente da República na Feira Nacional de Indústria, em São Paulo). *Cultura Política*. Rio, 2(11): 183-191, jan., 1942, p. 190.
42. FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O conteúdo democrático do Estado Nacional. Op. cit., p. 22.
43. CALMON, Pedro. O Estado e a crise moderna. *Cultura Política*, Rio, 2(15): 109-114, maio, 1942.
44. FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O conteúdo democrático do Estado Nacional. Op. cit., p. 23.
45. MORAIS, Deodato de. O Estado e sua moderna concepção. Op. cit., p. 17.
46. SODRÉ, Nelson Werneck. Fronteira Móvel. Op. cit., p.100.

47. AQUILES, Aristeu. O serviço civil brasileiro como imperativo da ordem nova. *Cultura Política*, Rio, 1(2):115-125, abr., 1941, p. 125.
48. FREYRE, Gilberto. A propósito do Presidente. *Cultura Política*, Rio, 1(5): 123-125, jul., 1941. Na sua opinião, o Estado Novo teria dado mais atenção aos aspectos sociológicos, econômicos e técnicos na condução da administração. CP contém mais de 174 matérias tratando do processo de ampliação e modernização da máquina estatal e de sua atuação. (Ver adendo no final deste capítulo.)
49. O ESTADO Nacional e a etapa atual do desenvolvimento econômico do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 4(46): 29-42, nov., 1944, p. 38.
50. A LUTA anti-truste. *Cultura Política*, Rio, 5(51): 56-62, set., 1945.
51. O primeiro problema vital é: manter um governo centralizado, estimulando o engrandecimento de todos os meios e vias de comunicação para assegurar a unidade política do País. RODRIGUES, Lísis A. Os três problemas vitais do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 3(34): 237-246, nov., 1943, p. 241.
52. VARGAS, Getúlio. A organização econômica do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 4(45): 7-11, out., 1944, p. 10.
53. RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. *Cultura Política*, Rio, 1(1): 110-132, mar., 1941, p. 129.
54. INFLUÊNCIA política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil (V). *Cultura Política*, Rio, 1(5): 235-237, jul., 1941, p. 237.
55. INFLUÊNCIA política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil (XIII). *Cultura Política*, Rio,

- 2(13): 229-231, mar., 1942, p. 230.
56. A ORDEM política e a evolução social (III). *Cultura Política*, Rio, 1(3): 244-245, mai., 1941, p. 245.
57. CANÇADO, Melo. A tendência, no direito moderno, para a supremacia do interesse coletivo sobre o individual. *Cultura Política*, Rio, 3(30): 55-59, jun., 1943, p. 58.
58. COLLAGE, Fernando. Do sindicalismo revolucionário de Sorrel ao sindicalismo corporativista brasileiro. *Cultura Política*, Rio, 1(10): 13-23, dez., 1943, dez., 1943, p. 23.
59. A ORDEM política e a evolução social (V). *Cultura Política*, Rio, 1(5): 238-239, jul., 1941, p. 238.
60. A ORDEM Política e a evolução social (IV). *Cultura Política*, Rio, 1(4): 216-217, jun., 1941, p. 216.
61. A ORDEM política e a evolução social (III). *Cultura Política*, Rio, 1(3): 244-245, mai., 1941, p. 244.
62. ANDRADE, Almir. Getúlio Vargas e a doutrina brasileira de governo. *Cultura Política*, Rio, 2(15): 7-12, mai., 1942, p. 9.
63. MEDEIROS, J. Paulo. O panorama social brasileiro. *Cultura Política*, Rio, 1(4): 113-126, jun., 1941, p. 119.
64. A ORDEM política e a evolução social (VIII). *Cultura Política*, Rio, 1(8): 244-245, out., 1941, p. 245.
65. AZEVEDO AMARAL. Evolução política republicana. *Cultura Política*, Rio, 1(3): 154-174, mai., 1941, p. 172.
66. ———. A revolução brasileira. *Cultura Política*, Rio, 1(5): 133-142, jul., 1941, p. 140.
67. COLLAGE, Fernando. O passado e o presente da questão so

- cial no Brasil. *Cultura Política*, Rio, 1(1): 51-60, mar., 1941, p. 59.
68. PRAZERES, Oto. O federalismo brasileiro. *Cultura Política*, Rio, (2): 11-23, abr., 1941, p. 20; FREYRE, Gilberto. A propósito do Presidente. Op. cit., p. 125.
69. MATTEUCI, Nicola. Bem comum. In: BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 106.
70. O ESTADO Nacional e a etapa atual do desenvolvimento econômico do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 4(46):29-42, nov., 1944.
71. INFLUÊNCIA política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil (XIV). *Cultura Política*, Rio, 2(14): 189-191, abr., 1942, p. 190.
72. A ORDEM política e a evolução social (XI). *Cultura Política*, Rio, (11)- 244-245, jan., 1942, p. 245.
73. DÍVIDAS Externas e independência econômica. *Cultura Política*, Rio, 5(50):91-106, mar., abr., mai., 1945, p. 91.
74. FIGUEIREDO, Paulo Augusto. O Estado brasileiro e o sentido do nacionalismo. Op. cit., p. 46.
75. A INDÚSTRIA e a economia nacional. Op. cit., p. 191.
76. FIGUEIREDO, Paulo Augusto. O Estado nacional. Op. cit., p. 98.
77. O ESTADO Nacional e a etapa atual do desenvolvimento econômico do Brasil. Op. cit.
78. ASPECTOS do desenvolvimento industrial do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 4(40): 24-35, mai., 1944, p. 34.

A D E N D O

EIS UMA RELAÇÃO DAS SEÇÕES E TEMAS ABORDADOS:

Tudo aquilo que preocupou o Governo e foi matéria de legislação ou ações por parte dele mereceu a atenção da revista.

A) PROBLEMAS POLÍTICOS E SOCIAIS (490)*

1. Alimentação (11) — Preocupa-se com o fortalecimento da raça.
2. Assistência social (29) — Ação do Governo no campo da previdência social, os institutos de previdência, o serviço social, a LBA, assistência às endemias — febre amarela, lepra, tuberculose, etc.
3. Estado (82) — A centralização, o intervencionismo, o indivíduo perante o Estado, a unidade nacional, a sociedade e o Estado, o Estado-Nação e o Estado como realização de uma nova ordem.
4. Estado Novo (35) — As realizações do Estado Novo, a sua razão de ser e o governo do presidente Vargas. Bi bibliografia sobre o Estado Novo.
5. Geografia e Estatística (7) — A necessidade de infor mação sobre a realidade nacional.
6. História Política (44) — As origens históricas do Es tado Novo, do nacionalismo e do autoritarismo. Os fa tos que comprovam a ineficácia do liberalismo, do par lamento, do sufrágio universal e dos partidos políticos.
7. Legislação social (28) — A questão social, o fim da

* Os números entre parênteses indicam a quantidade de matérias encontra das em *Cultura Política*.

luta de classes, a proteção ao trabalhador são problemas pertinentes à legislação social.

8. Medicina (4) — Os bancos de sangue, a socialização da medicina, o papel dos novos médicos.
9. Mudança da Capital (4) — Redivisão administrativa, marcha para o Oeste e a integração do Brasil.
10. Polícia (7) — O conceito de polícia; polícia civil, a função social da polícia e o problema carcerário.
11. Política Externa do Brasil (28) — O Brasil na América, o panamericanismo, o Brasil face à Guerra e soberania nacional.
12. Política internacional (12) — A defesa coletiva da América, a situação mundial e o destino francês.
13. Política nacional (4) — A conjuntura política: análise dos acontecimentos de 1945 e do programa do Partido Social Democrático.
14. Povoamento (42) — História da ocupação do território brasileiro, a marcha para o Oeste e a migração.
15. Problemas regionais (54) — Destaca-se o problema da seca e da ocupação da Amazônia: Amazônia (18), Nordeste (16), Centro-Oeste (9) e Sul (3). As lavras de diamante, as populações praieiras e Minas Gerais.
16. Problemas sociais (12) — As ciências sociais, o racismo, a casa operária, a habitação rural, a reincidência criminal e a política sanitária.
17. Problemas indígenas (3) — A vida do índio e o contato com a civilização.
18. Problemas da infância (15) — A merenda escolar, a

educação, a recreação, a nutrição e o desenvolvimento físico e psicológico.

B) O PENSAMENTO POLÍTICO DO PRESIDENTE (84)

1. O Presidente Getúlio Vargas (45) — o número 39 da revista é especialmente dedicado a Vargas (15). O aniversário do Presidente, a ação e pensamento; bibliografia.
2. O pensamento do Presidente (25) — Discursos, exceto o vol. 10 de *A Nova Política do Brasil* e pensamentos escolhidos e n^{os} 29 e 47, respectivamente.
OBS: a entrada desta contagem compensou, em termos absolutos, a saída de matérias importantes classificadas originalmente nesta seção.
3. Getúlio Vargas e os problemas regionais (14) — os problemas nordestinos, a ocupação da Amazônia, a industrialização paulista, o Rio Grande do Sul, suas 152 horas de vôo pelo Brasil.

C) A ESTRUTURA JURÍDICO-POLÍTICA DO BRASIL (109)

1. A Constituição de 1937 (25) — O Direito Constitucional (12), a economia nacional (7) e a família (6).
2. A Nova legislação (30) — A produção jurídico-legislativa no Estado Novo (21), o Poder Judiciário, a legislação para estrangeiros e o Direito.
3. Organização Política (22) — O município e a Constituição, os poderes do Estado, a democracia e o nacionalismo na Constituição, as mudanças constitucionais para a redemocratização.

D) TRABALHO E ECONOMIA NACIONAL (198)

1. Agricultura (10) — O Instituto do Açúcar e do Alcool, a produção agrícola, o problema açucareiro. O café, apesar de sua importância para a economia nacional, não constitui preocupação da revista.
2. Economia nacional (27) — A qualidade dos produtos nacionais, o desenvolvimento econômico, a racionalização do trabalho, a política econômica, o Plano de Obras e Equipamentos, o cooperativismo, a conjuntura econômica, o 1º Congresso de Economia, o comércio exterior, a Guerra e a economia brasileira, a luta anti-truste.
3. Economia regional (15) — A economia dos Estados, com destaque para o Nordeste.
4. Finanças (21) — O intercâmbio, o crédito agrícola e o cooperativismo, o IAA e a política de crédito, o meio circulante, a política monetária, a racionalização dos orçamentos públicos, a dívida externa, os lucros extraordinários e sua taxaço, os municípios e o meio circulante.
5. Industrialização (20) — A siderurgia, o desenvolvimento industrial, as indústrias de base.
6. O extrativismo (45) — As riquezas naturais, a mineração, o extrativismo vegetal, a borracha, o Vale do Rio Doce, a questão do petróleo, o Instituto de Defesa do Mate e o do Sal.
7. Transportes e comunicação (25) — O desenvolvimento rodoviário e da aviação, a expansão e aperfeiçoamento das ferrovias, os correios.
8. História econômica (6) — A primeira casa da moeda, a história do ouro, do mate e da economia colonial. As

finanças no início da República.

9. Trabalho (28) — O sindicalismo e sua importância, a legislação trabalhista, as condições de trabalho e sa lário, a Justiça do Trabalho, o trabalho da mulher.

E) POLÍTICA MILITAR E DEFESA NACIONAL (129)

1. Aspectos da Guerra (13) — Noticiário mensal do desenrolar do conflito, com destaque para fatos específi cos: a participação da URSS e Pearl Harbour.
2. O Brasil na Guerra (8) — A atuação do Brasil na Itá lia, a FEB e a diplomacia brasileira.
3. A defesa nacional (44) — A mobilização dos pescado res, dos juristas, da polícia, dos escolares, das mu lheres. O papel dos reservistas, da população civil, do Governo, dos ministérios, da aviação, das ferrovi as e das vias de comunicação. A economia de guerra. A Coordenação de Mobilização Econômica (CNE). A Guerra, o saneamento e a medicina. As obrigações de guerra. OBS: quinze artigos saíram no número 31, especial so bre a Guerra.
4. História militar (18) — Duque de Caxias, a Guerra do Paraguai, a participação brasileira em guerras, heroí nas brasileiras, os antecedentes da declaração de guer ra.
5. Bibliografia militar (5).
6. Política militar (41) — Armamentos modernos e técni cas de combate, a Força Aérea, a marinha e o Exército na guerra. Forças Armadas e participação política. De finição do papel das Forças Armadas na Constituição.

F) ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS (81)

Os atos administrativos, os decretos dos governos, as ações governamentais nos mais diferentes setores. A administração pública, o DASP, o funcionalismo, o DIP — censura e patrocínios.

G) EVOLUÇÃO SOCIAL, INTELECTUAL E ARTÍSTICA (21)

Dezoito editoriais nos primeiros dezoito números abriram a parte de cultura. Três matérias sobre cultura e política.

H) EVOLUÇÃO SOCIAL (278)

1. Editorial (18) — A ordem política e a evolução social.
2. Quadros e costumes regionais (84) — Crônicas de costumes do Norte, Nordeste, Centro-Sul. Tipos humanos tradicionais, fatos pitorescos, características da geografia regional, cidades interioranas.
3. Folclore (68) — O folclore regional, as credices e a religiosidade popular, os santos, os estudos folclóricos.
4. As cidades do Brasil (14) — As metrópoles e as cidades históricas.
5. Crônicas de viagens (10) — Relatos de viagens a cidades brasileiras ou a países estrangeiros.
6. História social (32) — Da Colônia, Império e a Primeira República.
7. Biografias (52) — Intérpretes da vida social, vultos históricos, exemplos de vida e patriotismo.

I) EVOLUÇÃO INTELECTUAL (450)

1. Editoriais (18) — A ordem política e a evolução inte
lectual.
2. Bibliografia estrangeira sobre o Brasil (7).
3. Educação (91) — A educação como objetivo nacional, a história da educação, a reforma Capanema, a radiofudi
fusão, a nacionalização do ensino, os recursos materi
ais, a educação na América, a educação física, educa
ção extra-escolar, o ensino superior, o ensino profis
sional, os encontros educacionais.
4. Estudos e pesquisas científicas (10) — O desenvolvi
mento do ensino e da pesquisa, a formação dos cientis
tas, os recursos materiais.
5. Filologia e Lingúística (17).
6. História (62) — O ensino, a historiografia colonial, imperial e republicana, a história da imprensa, a pro
dução historiográfica.
7. Literatura (139) — Bibliografias, biografias, histó
ria da Literatura, Modernismo, ficção latino-america
na, poesia e poetas, movimento literário.
8. Literatura de idéias (10) — Críticas da produção bi
bliográfica.
9. Movimento bibliográfico (36).
10. Textos e documentos históricos (60) — Transcrição de trechos de obras ou discursos de conteúdo político, de intelectuais e/ou políticos do passado.

J) EVOLUÇÃO ARTÍSTICA (171)

Editorial (18), Arte (19), Arte ornamental (3), Arqui
tetura (2), Cinema (18), Música (51), patrimônio his
tórico e artístico (22), Rádio (18), Teatro (20).

IV - IDEOLOGIA DE "CULTURA POLÍTICA

A - O CONCEITO DE "TRADIÇÃO" E "PENSAMENTO REALISTA"

A revista *Cultura Política* reforçava positivamente as iniciativas do governo estadonovista, dando-lhes um sentido temporal e espacial. No primeiro caso, enquadra as ações governamentais e os discursos de Vargas numa tradição brasileira e, no segundo, delimita todas as questões, motivo de legislação e pronunciamentos do Governo, como problemas nacionais. Dessa forma, tudo o que diz respeito ao Estado Novo seria um imperativo da realidade, ajustado a ela e que exigiria pensamento e atitude realistas.

1 - A "tradição"

A tradição constituiria a base cultural da nação, o "subconsciente coletivo" do povo (o "espírito do povo", diziam os alemães românticos), a historicidade que determina o "espírito nacional". O Estado Novo seria o retorno à tradição, que o possibilitaria atuar progressivamente, pois, ao ajustar-se à base cultural, teria retornado ao ritmo evolutivo da nossa história. Recupera-se o passado para exigir que a tradição seja respeitada pelas instituições políticas e sociais.

O período é delimitado para situar o leitor no contexto histórico-explicativo desejado. Constroem-se quatro tempos distintos: o passado, o presente de ontem, o atual e o futuro. No primeiro, localizam-se os valores aglutinadores — a centralização, o poder autoritário, o poder pessoal, o intervencionismo, o ideal unitário — e os elementos desagregadores, que exigiriam um Estado-Forte, que são a tendência centrífuga da nacionalidade, a desorganização nacional e as

influências negativas do liberalismo. No "presente de ontem", localiza-se a República Velha, onde predominam os elementos desagregadores. No futuro, localiza-se o valor aglutinador do progresso: a unidade nacional orgânica, a sociedade organizada, o País industrializado, a grande potência e a civilização.

Para o presente, utiliza-se o adjetivo "novo", que é muito empregado: Estado Novo, nova ordem, nova política do Brasil, novo trabalhador, nova democracia, homem novo.

Esse adjetivo serve para indicar que o País encontrou o rumo da sua evolução histórica, abandonando o liberalismo e "reconstruindo o Brasil". A associação do termo "reconstruir" com o adjetivo "novo" indica uma perda da intensidade semântica do qualificativo e dá o caráter transformista (novo) e conservador (reconstruir) do discurso. O "novo" é a negação do "presente de ontem" e o "reconstruir" é o retorno ao "passado", à tradição:

"...Não sabíamos nada de nós e vivíamos numa procura dramática de nós mesmos. Mesmo errado, nosso passado era infinitamente superior ao presente de ontem".¹

2 - O "pensamento realista"

CP reivindica para o Estado Novo o pensamento realista. O sentido da expressão é o mesmo que se encontra em intelectuais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. A preocupação de todos eles foi adequar o país "legal" ao país "real". Para a revista, o Estado Novo era a realização desse ideal: "O Brasil, pela primeira vez então, em toda a sua existência livre, mostrou estar em condições de estruturar um regime com o critério realista das necessidades brasileiras, isto é, de conjugar as forças políticas às forças econômico-sociais dando a unidade integral à Pátria".²

No pensamento realista de CP, o que menos importa é a própria realidade, pois o objetivo era criar um referencial que desse fundamento lógico aos valores aglutinadores. Construía-se uma realidade de referência e a ela dava-se um caráter imperativo, ao qual deveriam ajustar-se os homens, as instituições políticas e sociais e o pensamento. Essa concepção imperativa da realidade servia tão somente para demonstrar o fracasso do liberalismo e da República Velha, como cópias de modelos estranhos à "realidade nacional". Portanto, o Estado Novo seria a adequação do país "legal" ao país "real", uma vez que teria aceitado a realidade social tal como ela se apresentara no seu processo histórico, restituindo ao Estado os valores aglutinadores. O objetivo do discurso é demonstrar que o regime varguista era não só necessário mas historicamente determinado pelo passado nacional.

A intenção do emissor da mensagem revela-se quando ele estabelece a ligação entre o enunciado dos valores e a descrição da "realidade" que lhe serve de referencial. Essa posição totalizante do autor é facilitada por uma linguagem extremamente ágil, funcional, com a qual o receptor já estava acostumado. (Ver II.E.2.) Portanto, a comunicabilidade (ver I.C.14) constitui um dos aspectos fundamentais do discurso ideológico de CP, porque fornece o nexu ideológico entre tal discurso e a correlação de forças a que aquele estava submetido. (Ver I.C.6.)

3 - Realidade e processo histórico

O processo histórico é interpretado, por CP, de dois modos dominantes: o sociológico e o culturalista, que se completam. Azevedo Amaral representaria a primeira vertente e José Maria Belo, Sílvio Peixoto, Rosário Fusco e Almir de Andrade, a segunda. A conclusão a que ambas chegam é a que nos interessa: a sociedade brasileira precisaria de um

elemento coordenador, que por meio de um Estado-Forte dirigisse as forças produtivas para o progresso de toda a nação.

A partir dessa premissa, alinhavam-se todas as críticas à ordem política anterior à Revolução de 1930; os anos seguintes até o Estado Novo constituem apenas um período de ajustamentos. Buscava-se apoio nos acontecimentos internacionais para provar que o fortalecimento do Poder Executivo seria um fenômeno universal, pois ocorriam simultaneamente em países que tinham implantado ditaduras e em países de sólida tradição liberal-democrática. O centro das críticas era o liberalismo político e econômico, enquanto doutrina alheia à realidade nacional. Voltava-se então contra a inoperância do Poder Legislativo, a "política dos governadores", a "farsa eleitoral", o regionalismo e o localismo, o coronelismo, a monocultura, a dependência econômica, a falta de indústrias, a falta de nacionalismo no meio intelectual e artístico, entre outras coisas. Mas denunciava-se, principalmente, o fato de o liberalismo impedir que o Estado tivesse objetivo, planos e métodos, bem como ser oposto à tradição e à realidade do Brasil.

3.1 - Azevedo Amaral

A visão de Azevedo Amaral fundamenta-se numa concepção da "realidade fenomenal" como uma totalidade em que os episódios evanescentes "do fluxo eterno das coisas", poderiam ser interpretados de duas maneiras: pelo conceito de *desenvolvimento* ou pelo de *permanência*. Cada qual traduziria orientações filosóficas e culturais contraditórias, influências diferentes das circunstâncias de uma determinada época e características mentais de cada grupo humano.

O conceito de desenvolvimento determinaria interpretações baseadas na "fluência das coisas" e o de permanência conduziria à renúncia a "uma concepção totalitária dos fenômenos". Quando o primeiro fosse aplicado às atividades

políticas, resultaria numa atitude realista, porquanto levaria os estadistas e as elites a adaptarem as instituições e a legislação às "sucessivas mutações do fluxo histórico". O uso do conceito de permanência, por sua vez, caracterizaria na forma e na prática as instituições como fixas no tempo, que serviriam em qualquer época e lugar; seriam, portanto, reflexo da debilidade do espírito, que se recusaria a enfrentar o conjunto da realidade em "eterna transformação".

"Os regimes políticos derivando-se de fatores em ação num dado momento histórico, têm forçosamente de modificar-se e transformar-se mesmo em instituições radicalmente diferentes, sob a influência de novas condições do clima espiritual e do dinamismo da sociedade que o gerou".³

Nos textos de Azevedo Amaral, sobressaem idéias presentes em muitos dos colaboradores de CP, formando uma base comum de interpretação: hierarquia social em vez de igualitarismo liberal; democracia autoritária, no lugar da liberal-democracia; uma visão orgânica de tipo biológico para a sociedade; o recurso frequente a expressões tais como *Sociologia* e *estudos sociológicos*; a constante referência à chamada "configuração psíquica"; a atribuição da crise do Brasil e do mundo à falência da liberal-democracia e a necessidade do Estado interventor, entre outras. Termos como revolução, nacionalidade, realidade nacional, vontade nacional são usados, sem muito critério, como entidades místicas e preexistentes, para enquadrar o processo histórico nacional numa nítida dicotomia, que caracteriza o liberalismo como contrário à realidade e o autoritarismo como próprio da realidade de nacional.

Azevedo Amaral usa com abundância o termo *revolução*, empregando-o sem rigor conceitual, pois, apesar de reservar para outubro de 1930 a expressão "revolução brasileira", ele é utilizado para designar todos os golpes de Estado ocorridos no Brasil até então.⁴ O conceito de revolução é de

finido como ação dada num momento histórico determinado, para forçar uma evolução que estivesse obstruída, que instauraria uma nova ordem ajustada às necessidades históricas impostas pelas novas condições e dinamismos sociais e, portanto, independente da autoridade da tradição. (Ver IV.A.3.2.)

Tal concepção servia-lhe para criticar os defensores da doutrina liberal como aqueles que queriam "cristalizar em forma permanente as durações efêmeras do desenvolvimento sociogênico". Considerava sua época portadora do "dinamismo creador e renovador". Estado Novo e Getúlio Vargas seriam incorporadores do conceito de "desenvolvimento", pois teriam adotado "em relação ao processo histórico a posição dos que nêle vêem o curso incessante", destinado a criar formas orgânicas de sociedade, "na marcha progressista a dêsse eterno fluxo creador".

"O Estado Nacional inspirou-se rigorosamente nesse critério nacionalista segundo o qual cada povo, no exercício pleno da sua soberania, deve organizar-se politicamente, levando em conta apenas sua realidade peculiar, os seus interesses e as suas aspirações (...) *uma obra verdadeiramente grandiosa de realismo sociológico...*".⁵ (O grifo é nosso.)

3. 2 - Almir de Andrade

Almir de Andrade, apesar das diferenças em relação a Azevedo Amaral, chegava a resultados semelhantes. Via as instituições políticas e sociais como processos que "se desenrolam no tempo, sem saltos e sem paradas", movimentadas por forças gigantescas, "que jamais se detêm em seu processo contínuo de desenvolvimento". A diferença para a visão de Azevedo Amaral ocorre quando Almir dá às transformações um sentido de renovação, cuja característica é o retorno às raízes históricas da tradição, à base cultural. Isso implica considerar os homens incapazes de forçar as transformações

de uma sociedade que não tivesse amadurecido completamente.

"Mas também não poderiam impedir que as instituições se modifiquem e renovem, quando a sua própria história indica um novo rumo, quando a vida impõe novas tendências adaptativas e novas diretrizes para o futuro".⁶

Para Almir, era possível conhecer o sentido do processo histórico e os "germes de [sua] evolução futura" e portanto forjar as "diretrizes do porvir". O Estado realista seria aquele que estivesse de acordo com a base cultural da nação e dentro de sua evolução histórica, podendo assim influenciar e facilitar a "realização do futuro".

O autor emprega com mais frequência o termo *renovação* no lugar de revolução. Na sua análise, quando o Estado estivesse ajustado à base cultural, a sociedade como um todo progrediria por um processo de renovação. Por conseguinte, tradição e progresso não seriam termos opostos, mas caracterizariam uma sociedade em incessante fluxo renovador. A tradição indicava e confirmava o ajuste do presente com o passado e o progresso era o indicador da consciência das elites para com o "destino do povo".

"O verdadeiro ideal democrático impõe uma aproximação cada vez maior entre o governo e o povo, entre o Estado e o homem comum — a fim de que possa aquele servir, não meramente a fins políticos, mas essencialmente à cultura, à alegria, ao bem-estar, à felicidade de todos e de cada um em particular".⁷

No pensamento de Almir de Andrade, a autoridade da tradição era fundamental para o processo renovador, este "algo novo" desejado por todos, um processo contínuo, necessário e natural para etapas superiores e melhores de evolução. Em outras palavras, ele afirma que a vontade humana só poderia acelerar ou retardar o progresso, mas nunca criá-lo do nada, pois os homens estariam submetidos ao processo históri

co da nação. Chega-se, por outros caminhos, às mesmas conclusões de Azevedo Amaral, ao se considerar o liberalismo inadequado à realidade brasileira, porque não condiz com sua tradição, impedindo a sua evolução natural.

"Os problemas se renovam incessantemente e as instituições incessantemente se transformam: é a lei da vida, é a lei da evolução social a que nenhum povo pode fugir. Não há instituições eternas, nem eternos padrões de valores morais e políticos. Tudo o que construímos no terreno da ação concreta é sempre de oportunidades, de circunstâncias históricas que amanhã serão diversas, como diversas já foram no passado".⁸

3.3 - Cassiano Ricardo e Monte Arraes

Os dois servem de exemplo de intelectuais menores que, na mesma linha de Almir de Andrade e Azevedo Amaral, recorrem à História para explicar o Estado Novo. Entretanto, Cassiano Ricardo só pode ser considerado menor em relação ao projeto ideológico do Estado Novo, já que foi escritor de renome e poeta pré-concretista reconhecido. Neles, prevaleceu uma visão mais sacralizada e menos refinada.⁹

Cassiano procura justificar o poder pessoal de Vargas e a forma ditatorial do regime a partir de uma tradição originada das bandeiras. Depois de uma exposição enfadonha, conclui que o chefe bandeirante teria sido a encarnação do "governo forte". O liberalismo, que aparecera na época da Independência, representaria o oposto dessa tradição marcada pelas bandeiras. Estas teriam forjado o sentimento de unidade nacional, ajudando a extirpar os "quistos étnicos vermelhos e negros", além de ter realizado a confraternização das "cores num só grupo humano e social, para uma só direção".

"Os sonhadores liberais não lembraram de que na ordem de suas complexidades, fôram a família, a clã patriarcal e a bandeira as três unidades básicas de nossa estruturação social e, portanto, política".¹⁰

Monte Arraes coloca o poder pessoal como a "causa mater" da nossa formação unitária e do nosso progresso, localizando-o, durante a Colônia, no poder exercido pelo Rei de Portugal; com a Independência, no poder moderador dos imperadores e depois, no presidencialismo. Estas forças teriam feito prevalecer a "lei da evolução ativa" sobre as "forças da permanência".

"De Portugal, adveio-nos a concepção do governo pessoal que, regendo na fase colonial, resistiu a todas as perturbações doutrinárias, que foram opostas, para afirmar-se, na história brasileira, por todo o período imperial e pelos da primeira e segunda república, até culminar, em forma definitiva, no Estado nacional, instituído pela Constituição de 10 de novembro de 1937".¹¹

A partir dos conceitos de tradição e de pensamento realista, a história do Brasil foi reescrita, a fim de se comprovar a justeza dos valores aglutinadores.

Para ilustrar o que vimos afirmando, a seção seguinte conterà uma descrição sintética da análise que CP fez da Primeira República até o Estado Novo.

B - A REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA

1 - A República Velha

Teria sido por razões de imitação que a República Velha fracassou, pois desviou-se do rumo natural da evolução histórica brasileira e das necessidades impostas pela realidade. Isso teria permitido que os elementos desagregadores se sobrepusessem aos valores aglutinadores. O país "legal" estaria divorciado do país "real". Repetia-se, assim, a mesma análise que Alberto Torres e Oliveira Vianna haviam feito das instituições políticas e sociais do Brasil.

Para CP, de todas as "farsas", a pior teria sido o sistema eleitoral baseado no sufrágio direto e universal, pois o considera "promiscuidade", já que os eleitores na maioria seriam analfabetos e incapazes de se orientar no ato de votar. O povo teria sido sempre "ludibriado" com presentes como "botinas e algodõezinhos" e acabavam servindo à "sagacidade astuta dos creadores da democracia eleitoral". Além disso, as eleições teriam consumido tempo e energias, "quando não vidas humanas", ficando os problemas nacionais esquecidos em meio às disputas.

"Éramos, não uma nação que trabalhava, mas uma nação que votava. Não uma nação que construía, mas uma nação que discursava".¹²

Os pleitos teriam sido instrumentos de servilismo, onde os partidos dominavam os eleitores, que seriam "massas de manobra" sem conhecimento dos problemas "capitais da política e do Governo". Essa situação teria-se agravado na medida em que o "Estado Moderno" exigia soluções cada vez mais técnicas e mais distanciadas do entendimento dos eleitores.

"...E de todas as ficções, mistificações ou falsidades do velho regime, a mais grave, por ser a mais geral — a que determinava, portanto, todas as outras falsidades legais — era justamente a que rotulava de democrático um sistema de governo que vivia iludindo o povo e reeditando, por detrás da porta, aquela frase famosa de que falavam os antigos: sou inimigo do povo e juro que hei de fazer tudo o que puder contra o povo".¹³

A estrutura jurídico-política teria sido copiada de modelos estrangeiros, que nada diziam da realidade brasileira. A Constituição de 1891 seria uma ficção jurídica, porque os constituintes daquele tempo teriam-se deixado convencer pela pregação de Rui Barbosa:

"...conservando os últimos vestígios das taras coim brescas e nutrido espiritualmente apenas pela cultura superficial que o beletismo e o arcaísmo filosófico e jurídico ainda mal abalado [teriam conservado]".¹⁴

A política da República Velha teria desorganizado a sociedade e sua economia, além de basear-se em eleições quadrienais, que impossibilitavam qualquer tipo de plano, assim como teria estimulado as forças desagregadoras do regionalismo e do localismo. Haveria ainda o burocratismo, o convencionalismo e o formalismo jurídico, que vetavam a ingerência pública nos negócios, seguravam o "colorso brasileiro". As classes produtoras e trabalhadoras teriam sido impedidas de participar das decisões do Governo, ficando o poder econômico em constante conflito com o poder político; as classes haviam-se tornado inimigas do Estado, ao invés de colaboradoras espontâneas. Portanto, segundo CP, o Brasil estaria:

"...desgovernado, fragmentado, desnacionalizado, minado pelo separatismo e presa de preconceitos espereceiros, à sombra dos quais se agazalhavam fatores de desagregação de todos os gêneros e espécies...".¹⁵

O veto à intervenção do poder público nas lutas

sociais teria aumentado a tirania dos grupos particulares e conduzido o Brasil para a luta de classes. Fazia-se uma descrição dramática da situação social, em que mulheres chegavam "adar à luz entre os teares", crianças de até dez anos de idade trabalhavam mais de dez horas em serviços pesados e o homem depois de velho não tinha proteção e ficava no abandono, vivendo da caridade alheia. Os políticos da República Velha teriam sido indiferentes a tudo isso, considerando a questão social um "caso de polícia." Os trabalhadores vinham sendo explorados duramente, sem proteção, pois a pouca legislação que havia teria sido "letra morta". Com o "engodo operário" dos marxistas, a luta de classes tornava-se inevitável.

A política da República Velha teria satisfeito os interesses de alguns em detrimento da maioria; por isso, a palavra *política* teria adquirido um sentido pejorativo e todos a desprezavam. Os partidos políticos eram apenas forças "regionalistas", que desestabilizavam a ordem e enfraqueciam a autoridade, produzindo anarquia e ameaçando a unidade nacional.

"Na República, os partidos políticos brasileiros não perderam a sua essência nociva. Trouxeram para o novo regime os erros do tempo do Império...".¹⁶

A única força positiva teriam sido as Forças Armadas, que garantiram a indivisibilidade do Brasil. Mas, mesmo assim, por causa da política da República Velha, teriam ficado de fora das "grandes transformações militares e das novas técnicas surgidas com a revolução industrial" e foram atingidas por agitações que ameaçaram sua hierarquia. As Forças Armadas teriam sido então:

"...a força mais viva de sua unificação [do Brasil], aquela que melhor age no sentido de trazer sempre im-perturbável o ritmo da indivisibilidade brasileira...".¹⁷

Portanto, teriam sido necessários a Revolução de 1930 e o Estado Novo para resgatar definitivamente o sentido histórico da evolução do Brasil.

1.1 - A Revolução de 1930

Todos que analisaram a situação do Brasil, em CP, chegaram ao mesmo ponto comum: a Revolução de 1930 teria vindo eliminar os elementos desagregadores e resgatar os valores aglutinadores, recolocando o Brasil no rumo certo de sua evolução histórica:

"A Revolução de 1930 é ponto culminante de um estado crítico econômico-político-social que vinha avolumando desde o Império, sem que as causas primárias fossem pressentidas pelos estadistas, assim do Império como da República".¹⁸

Ela teria aberto o caminho ao desenvolvimento de uma nova sociedade e de uma nova ordem econômica, porque teria alterado a ordem política a fim de permitir que, através da intervenção do Estado, a política pudesse exercer uma influência benéfica sobre toda a sociedade.

A Revolução de 1930 é considerada o marco divisor da história da nacionalidade, o início de uma nova fase de aperfeiçoamento do homem brasileiro, o início da "nova política do Brasil", o retorno "às fontes nativas das características nacionais".

"A crise política, causada pelo problema da sucessão presidencial, é o último ato da comédia que durante quarenta anos se representou na vida política do país, sob o nome de República Democrática Liberal, enquanto que, nos bastidores, se desenrolava a tragédia, que consistia em anular, por todos os meios, a independência econômica de um país, por todos os títulos, motivos e condições naturais, fadado a atingir a situação de potência mundial".¹⁹

Entretanto, as forças que deflagraram a Revolução de Outubro teriam apenas um ponto em comum: o desejo de realizar uma reforma política radical. Ideologicamente, porém, o Movimento teria sido confuso. A anarquia política teria sido evitada com a intervenção da personalidade do Presidente Getúlio Vargas, dando a direção e coordenando o processo revolucionário. Portanto, houve necessariamente um período de confusão até que a Revolução se completasse em 1937.²⁰

1.2 - O período entre 1930 e 1937

Este período é enquadrado num esquema lógico que "demonstra" a necessidade da implantação do Estado Novo em 1937. Os mesmos elementos presentes no discurso do presidente Vargas, na noite de 10 de novembro de 1937, repetem-se em CP.²¹ De um modo geral, a época, é considerada de realizações por parte do Governo, de ameaças de fracasso da Revolução por causa das forças desagregadoras — o liberalismo, o regionalismo, o fascismo e o comunismo, com a luta de classes — e marcada pela incapacidade de a ordem constitucional de 1934 responder às necessidades do País.

Para CP, tal período teria sido necessário até que uma vontade superior unificasse a maioria das forças sociais e políticas e eliminasse as que não submetessem, lançando, assim, as raízes do futuro desenvolvimento nacional. As idéias liberais teimavam em prevalecer sobre a realidade, criando o meio propício para que os extremismos (comunismo e facismo) se desenvolvessem. Os avanços e retrocessos, as lutas ideológicas e a permanência de uma mentalidade individualista persistiram, mesmo depois da tentativa de acordo, através da Constituição de 1934. Dessa forma, esta teria criado uma situação contraditória, que impossibilitava o Governo de exercer suas atribuições e fazer frente à crise mundial, aos extremismos e às ameaças de rompimento da unidade nacional.

"...da Aliança Liberal até a implantação do Estado Novo, pontos extremos do período de tateamento e entrosagem das idéias políticas com a realidade nacional, a vida pública brasileira viveu tumultuariamente, solicitada pelos paradoxais postulados políticos de todos os matizes, sofrendo as mais atrozes consequências de idéias e doutrinas econômicas inadequadas às condições nacionais e portanto lesivas ao patrimônio brasileiro".²²

Portanto, CP considera o período entre 1930 e 1937 necessário para demonstrar a incompatibilidade das organizações partidárias e das instituições representativas com a evolução histórica do Brasil. Teria sido necessário porque as forças partidárias que fizeram a Revolução não estavam prontas para aceitar as transformações, em que elas seriam as primeiras vítimas, pois o Brasil precisava do Estado-Forte.

O Golpe de 1937 teria sido, por conseguinte, a consolidação da Revolução de 1930, restabelecendo a unidade política, moral e socioeconômica, que caracterizam os povos de fato organizados politicamente.

"...partiu das profundezas do subconsciente nacional, a revolução chegou a uma etapa característica da sua fisionomia sociogênica com a criação do Estado Nacional".²³

"Consubstanciando as aspirações mais permanentes da pátria, o 10 de novembro de 1937, que criou o Estado Nacional, não foi obra filosófica ou dialética, nascida da cerebração especulativa, nem a resultante de ajustamentos e combinações liberais, mas a afirmação natural do espírito revolucionário, no sentido renovador do seu idealismo sadio (...) Determinou-o a própria decadência de cinquenta anos de liberalismo mistificador e demagógico".²⁴

1.3 - A Constituição de 1937

A Constituição de 1937 é justificada em quase todos os números de CP como sendo adequada à realidade do Brasil e ao seu progresso, mais do que todas as outras, copiadas

de modelos liberais estrangeiros;

"A Constituição de 1937 é, pois, verdadeira condição legal de efetivação do anseio de plenitude do povo (...) Obedecendo à nossa vocação histórica fortalece o poder central (...) Dá a democracia uma feição cultural (...) O poder é exercido em nome do povo. Por que é o povo, como vimos, o próprio Estado Nacional"²⁵

"...as constituições de 1891 e 1934 não corresponderam às reais necessidades do Brasil (...) [Descr^{endo} as agitações políticas que se produziram em torno delas, o autor afirma que teria sido a Constituição de 1937 que] conseguiu estabilizar o Brasil num ritmo de concórdia, de paz e de trabalho".²⁶

A Constituição de 1937 permitiu o reencontro do País "legal" com o país "real", pois teria criado uma estrutura jurídico-política adequada à realidade, sendo considerada uma obra do "gênio político nacional".

"...a obra de reorganização, que deveria constituir o empreendimento a ser levado na última etapa da evolução da política republicana. (...) instituições novas, chegando na lógica desse processo evolutivo ao coroamento da obra renovadora com a Constituição de 10 de novembro de 1937".²⁷

1.4 - O Estado Novo

O Estado Novo é definido por Almir de Andrade, por ocasião do quinto aniversário do regime, como a política realista que estava de acordo com a evolução do Brasil e suas necessidades; a Constituição acertada e correta para os fins a que o Estado se propôs; a unificação do poder político no Executivo forte, de acordo com os imperativos do mundo moderno e com as legítimas tradições brasileiras; a rejeição do liberalismo e a construção da democracia socioeconômica; a centralização que pôs fim ao federalismo desagregador de 1891 e a realização plena da unidade do Brasil, pois "só é grande o

Brasil".²⁹

A obra do Estado Novo era tida como positiva por que se considerava que, além de ter eliminado os elementos desagregadores e fortalecido a unidade nacional, ela teria atuado com "realismo político"; Porém, sabia-se que só isso não era o bastante e que era necessário desenvolver o mercado interno. Na análise de José Maria Belo, encontra-se outro ponto importante que orientava CP: o de que o Estado-Forte teria uma função necessária no desenvolvimento do País.

"Da concentração política, que nos dará amanhã o esquema do verdadeiro e necessário federalismo, da planificação econômica e da emancipação da inteligência, resulta a mais perfeita unidade moral do Brasil".²⁹

O sentido de futuro que a revista dá ao seu discurso justificador realiza-se quando estabelece o nexo entre a reinterpretação da História e o significado do Estado Novo. Este seria uma etapa no processo evolutivo da nação brasileira, necessário para que o País fosse preparado para as grandes transformações que viriam depois da Guerra e para que o seu futuro fosse progressista.

"O Estado Nacional é definitivo, no sentido de não é possível mais nenhum retrocesso. (...) é um Estado revolucionário e portanto tem um sentido inconfundivelmente progressista. (...) O Estado Nacional, expressão orgânica da ação criadora da revolução brasileira, tem em si mesmo um ímpeto de renovação, orientado em obediência às injunções imperativas de adaptação progressiva aos problemas econômicos, sociais e políticos, que forem surgindo no curso do nosso desenvolvimento histórico. Expressão de um dinamismo criador em avançada ininterrupta, o Estado Nacional tem em si mesmo o poder de uma permanente Constituinte, cuja autoridade renovadora pode ser exercida em todas as direções, através da vontade criadora e orientadora do mandatário da nação...".³⁰

Almir de Andrade, comentando o volume 9 de *A Nova Política do Brasil*, analisa a influência da Guerra e do pós-

guerra sobre a política interna brasileira e conclui que não teria sentido pensar no retorno ao liberalismo: qualquer que fosse o futuro, a experiência do Estado Novo e as mudanças que por ele foram introduzidas e realizadas seriam continuadas.³¹ A proposição seguinte é significativa do compromisso de CP com um projeto político urbano-industrial, que não se esgotaria no regime de 1937:

"A transformação de nossa economia está, pois, no sentido de superarmos a nossa fraqueza industrial de produção de máquinas. Daí a importância da atividade do Estado Nacional para a modificação da nossa estrutura de produção".

"É esta a obra do Estado Nacional, redimir socialmente e materialmente(sic) os nossos trabalhadores, sem tirar o mérito da capacidade e do poder de organização e de iniciativa de todos os promotores da nossa grandeza construtiva".³²

2 - O discurso de *Cultura Política*

A ação política é considerada, por CP, uma instância preponderante, que poderia ser positiva ou negativa. O referencial para julgar a política era dado arbitrariamente pela revista, a partir de sua análise sobre o liberalismo — que implicava a rejeição também do comunismo e do fascismo — e de sua reinterpretação da história nacional. Daí, falarem em uma política que eliminou a política, classificando a política conduzida por Getúlio Vargas como positiva e o liberalismo, o comunismo e o fascismo, como a política negativa.

A política só seria positiva se estivesse de acordo com o "espírito nacional" e as "aspirações do povo", essencialmente antiliberais. A lógica de CP é simples e, ao mesmo tempo, extremamente funcional. Ela parte da premissa de que "as transformações sociais decorrem de causas superiores ao arbítrio humano" e "refletem as necessidades de uma época, de uma cultura e de um grau de civilização". Afirma igualmente que "os homens de Estado não criam as situações políticas, que lhes incumbe solucionar", ou ainda, que as transforma

ções decorrem de "necessidades históricas". Esses conceitos perpassam todas as matérias de CP, independentemente de serem mais próximos de Almir de Andrade ou de Azevedo Amaral. Muitas outras expressões surgem no mensário, tais como "a alma do povo" ou "a alma popular", para indicar que a política do Estado Novo estava ajustada ao "espírito do povo" e a política negativa não estava. Encontramos afirmações, como esta de Rosário Fusco, para demonstrar a ligação entre Estado Novo e povo:

"A nossa nova política não procura mais do que aquilo que *socialmente* fôr mais útil para todos.(...)
(... ..)

Política de humanização dos nossas instituições, político de recomposição de nossos valores, o pensamento do Presidente no que se refere à cultura e à vida, é um autêntica garantia da nossa segurança, no presente, e do cumprimento de nosso papel, no futuro".³³

A política negativa são as concepções em confronto nos anos trinta: o liberalismo da oligarquia agroexportadora, o fascismo da AIB e o comunismo do PCB. Destacam-se apenas os aspectos vulgares e superficiais dessas correntes com o objetivo de reforçar os próprios valores aglutinadores. Portanto, pode-se afirmar que é uma ideologia defensiva e fatalista, que visa justificar a situação presente, reduzindo o passado aos elementos que sirvam a esse propósito.

"Atravessamos uma fase aguda, em que a unidade da pátria ameaçava destruir-se, em que a infiltração de ideologias orientadas para a agressão e a rapinagem internacional lançava os germes da dissolução e do terror no seio da comunidade nacional, quando surgiu, como imperativo de sobrevivência, uma fatalidade de a que não poderíamos fugir, sob pena de vermos destruir a nossa soberania, nossa independência e nossas liberdades — o Estado Nacional. Realizando a concentração da autoridade e do poder público na figura do primeiro magistrado (...) a única fórmula possível de salvação da ordem democrática (...) o sentido social da Democracia (...). (...) o Estado Nacional conjurou os fantasmas da ser

vidão e da desordem, reintergrando-nos na paz no tradi
cionalismo e na fraternidade da América".³⁴

C - HISTORICISMO EM "CULTURA POLÍTICA"

As formulações teóricas de CP foram essencialmente antiliberais, não apenas porque se contrapuseram ao predomínio da burguesia agroexportadora, — liberal — mas também porque construíram seu universo teórico a partir de premissas historicistas. (Ver I.C.9.) A revista as utiliza para resgatar a História, a fim de construir determinada tradição e dar ao receptor da mensagem (veiculadora dos valores aglutinadores) uma "memória coletiva" a partir do exterior, um "subconsciente coletivo comum", como dirá Azevedo Amaral.

"É preciso que saibamos a verdade sobre o mundo que ficou para trás: pois quanto melhor o soubermos melhor poderemos avaliar a importância dos progressos que já fizemos nestes últimos dez anos".³⁵

A História recebe duas valorações distintas: enquanto memória, ela seria a aptidão que permitiria à coletividade sentir que as coisas melhoraram pelas suas próprias lembranças passadas e, enquanto conhecimento, liga-se à necessidade de formar gerações mais esclarecidas.

"O maior interesse, que revela, pelas coisas brasileiras, pelo melhor conhecimento do nosso passado, traduz o fortalecimento do próprio espírito nacional. O culto da pátria, através do estudo de sua História, sempre foi o caminho certo para a formação dos bons cidadãos, para o preparo das novas gerações, esclarecidas e fortes".³⁶

O passado só tem valor referencial, isto é, só serve para situar o receptor naquilo que interessa ao emissor. O objetivo é dar àquele a memória e o conhecimento que lhe permitiriam situar-se no processo histórico e enquadrar-se na "evolução atual" do País, dentro de uma perspectiva temporal progressista. A partir das suas experiências passadas e da história de seus antepassados, o homem seria capaz de projetar-se no "vir a ser" da nação.

Recupera-se o passado histórico para comprovar que as ameaças de separação que o País enfrentou, desde a proclamação da Independência, estiveram sempre associadas às ideologias liberais. Reduz-se, portanto, o passado à necessidade do agente da ação hegemônica e a um juízo de valor sobre a atualidade, para demonstrar que o presente seria a realização de algo que já se encontrava no passado, em luta contra as mesmas forças desagregadoras atuais e que estaria na "alma do povo" ou no "espírito nacional".

O tempo é visto como entidade real e unilinear, no qual ocorre a evolução do sujeito coletivo, a nação. As palavras de Almir de Andrade são significativas neste sentido: "a obra dos homens é somente um impulso de realização ou de renovação; maior do que ela, completando-a pela sua imensidade, é a obra do tempo".³⁷ O tempo que interessa ao historicismo é o da nação, concebido como um todo: passado, presente e futuro. A mesma visão encontra-se em CP.

O indivíduo só existiria como realidade palpável quando incorporado na nação; portanto, o Governo deveria reconhecer a realidade do "espírito nacional" se realizando no tempo. Isso lhe permitiria "prover o presente e prever para o futuro", segundo a própria evolução histórica da nação. O Estado Novo é apresentado então como a concretização de um processo histórico, em que as "aspirações populares" realizaram-se na fusão do país "legal" com o país "real".

A valoração da História está presente na própria estrutura editorial da revista. As seções "Textos e Documentos", "Páginas do Passado Brasileiro", "Intérpretes da Vida Social", "Literatura Histórica", "História Literária", "Museus", além das bibliografias e dos artigos em todas as outras seções comprovam isso: matérias sobre história política, diplomática, militar, social, econômica, educacional, da migração, entre outras. A redução da História ao que interessa no presente chega a tal ponto que, quando o Brasil entra na Guerra, surgem artigos para demonstrar a "coerência" da

atitude do Presidente. Neles, são recuperados os antecedentes da declaração de guerra, mostrando que tal atitude não teria sido um ato pessoal, mas seguia determinantes históricas. Tudo isso revela a intenção de dar a cada assunto uma dimensão temporal que situe o receptor num referencial histórico, algo que lhe é colocado na memória de fora para dentro.

3.1 - Historicismo e Cientificismo

O apreço pela ciência manifesta-se de dois modos: a ciência social serviria para orientar o Estado na sua intervenção e as demais ciências, para alicerçar o desenvolvimento. Entretanto, esse apreço chega ao exagero com a afirmação de que seria necessário utilizar na política a Biotipologia, a Endocrinologia para melhor governar.³⁸

O cientificismo sociológico é contraposto ao "teoricismo doutrinário" e ao "dogmatismo" da ideologia liberal, ou seja, fala-se de um pragmatismo assentado nos estudos técnicos orientando as opções do Governo, como se este decidisse apoliticamente, com "objetividade indispensável ao desenvolvimento do progresso".

"As nações progressistas estão recorrendo às ciências sociais para lhes fornecer bases sólidas ao seu desenvolvimento econômico, político e social. Está provado que os estudos sociais no seu caráter científico se tornaram portanto indispensáveis ao progresso econômico de nações empreendedoras como o Brasil. Este ramo de estudo não é apenas mera doutrina dogmática de política e filosofia social ideológica, mas pelo contrário as suas diferentes especialidades representam verdadeiras contribuições objetivas indispensáveis ao desenvolvimento do progresso".³⁹

A Psicologia é muito mencionada. Recorre-se a ela para afirmar que existiria uma "psicologia do povo brasileiro

ro" e que o Governo a conhecia e utilizava para traçar seus programas de ação.

CP dedica também uma seção aos "Estudos e Pesquisas Científicas" com o objetivo de divulgar os avanços na área. Tal seção focaliza a necessidade de a ciência desenvolver-se no "Brasil Novo", porque não só beneficiaria a cultura e a segurança do País como seria fator de aumento da riqueza e do seu aproveitamento. Portanto, haveria uma ligação entre a ciência, enquanto pesquisa básica, e o desenvolvimento tecnológico, que favorecia as massas. Por exemplo, o Brasil teria passado por duas fases, no que diz respeito à mineração: a mineração de luxo (com exploração predominante do ouro e prata) e a exploração do ferro, do manganês e do carvão para exportação; teria que entrar numa terceira etapa de aproveitamento total das riquezas do subsolo. Isso exigiria do Governo a promoção, por todos os modos, das pesquisas geológicas e dos estudos tecnológicos.⁴⁰

O historicismo e o cientificismo misturam-se no discurso de CP, que, por um lado, absorveu idéias da *escola histórica alemã* e da *doutrina alemã do Estado-Potência*, de Ranke, e, por outro, recebeu toda uma herança racionalista e positivista. Esta contradição reflete, na verdade, uma outra muito maior: a necessidade de conciliar o transformismo industrializante com a manutenção das estruturas agrárias e com o enquadramento dos setores agroexportadores. No campo teórico, tratava-se de contrapor um caráter prático, ditado pela experiência e bom senso e ligado à "alma popular" ou ao "espírito nacional" (elementos de irracionalismo) ao liberalismo identificado como teoricismo doutrinário e alienígena. Aquele caráter seria fundamentado na realidade e determinante na forma de governo. Por outro lado, dever-se-ia creditar à ciência uma função dentro da "nova ordem", tanto no campo prático das ações do Estado sobre a sociedade (ciências sociais) como no campo econômico, no sentido de preparar técnicos e ter tecnologia.

Entretanto, além dessas tendências, havia as influências do nacionalismo integral francês e português, do fascismo italiano, do corporativismo de Alfredo Rocco, do idealismo de Croce, do evolucionismo spenceriano, da escolástica aristotélica e do catolicismo social, tudo isso carregado de noções jurídicas. O resultado era um pseudocientificismo filosófico, cuja principal característica era a junção do historicismo com a idéia de progresso.

Como não se trata aqui das fontes formadoras do pensamento de CP, mas de encontrar o nexu ideológico desse pensamento, parte-se da premissa de que, apesar da aparência filosófica e das várias influências que receberam os intelectuais que nela colaboraram, não se fugiu ao positivismo,* que caracterizou o pensamento brasileiro desde o final do século XIX.

Há um emprego excessivo dos termos: raça, biologia, psicologia, sociologia, realismo, tradição, evolução, progresso, cientificidade, ciência, entre outros. Se, por um lado, o meio geográfico, a miscigenação, a história e a herança cultural são considerados determinantes da formação da nação brasileira e da "alma do povo", por outro, o sociologismo serviu para fundamentar e explicar por que a sociedade brasileira precisaria do Estado-Forte, como imperativo dos tempos atuais. Portanto, o apelo à irracionalidade do "espírito do povo" fundiu-se ecleticamente com o racionalismo.

* Usamos o termo no sentido amplo, para indicar todas as correntes científicas.

D - DISCURSO PRESENTE VS. DISCURSO AUSENTE

O Brasil estaria progredindo e civilizando-se. Esta é a proposição básica de CP, que justificaria por si mesma o Estado Novo. A idéia de progresso funciona como o "fio condutor" do discurso de CP, integrando os demais valores aglutinadores. Ela nos dá o nexu ideológico, que permite reescrever a mensagem, e o referencial da revista. A citação que se segue serve de exemplo:

"...vai o Estado estabelecendo as condições favoráveis à realização de seus fins últimos: a formação de homens superiores, de um povo superior, de uma sociedade superior".⁴¹

A idéia de progresso recebe três enfoques diferentes, que se integram no conceito de "grande nação".

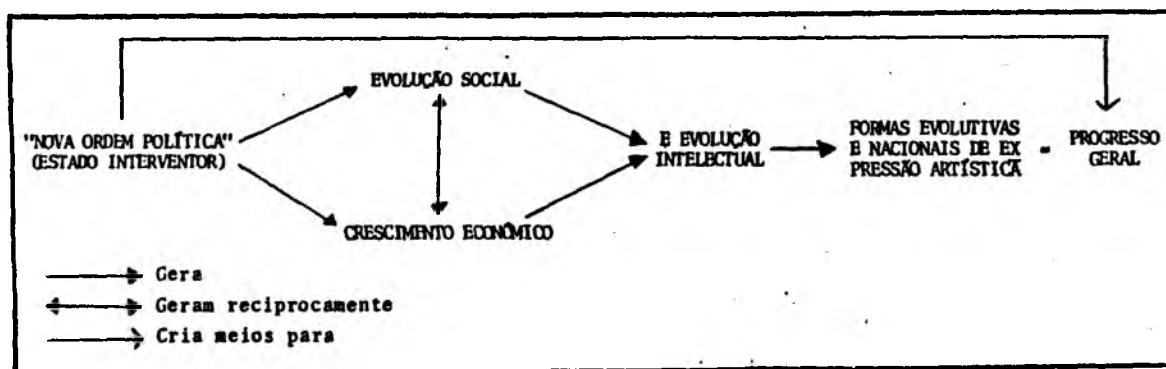
O primeiro focaliza o crescimento material. O Estado teria que ter o conhecimento técnico e prático para intervir na ordem econômica e fazê-la progredir. Neste caso, sobressai o problema da industrialização (ver I.C.15): o crescimento econômico é priorizado porque completaria a independência econômica. Este seria o "progresso necessário", sem o qual não haveria os demais.

O segundo refere-se à felicidade material do homem, através do qual o Estado serviria para redimir social e materialmente o trabalhador. Releva então a ideologia do Estado Filantrópico. (Ver III.E.) Além disso, neste ponto enfoca-se a questão da sociedade organizada, da colaboração entre as classes e da relação Estado e sociedade. Este seria o progresso como "evolução social". A citação que segue é adequada para exemplificar essa noção de progresso:

"...a fartura será cada vez mais distribuída para todos, dentro do programa de realização, que está fazendo do povo brasileiro o que ele precisa e merece ser dentro da humanidade".⁴²

O terceiro considera o progresso consequência dos dois primeiros, pois deles viria o progresso intelectual, que, por sua vez, resultaria em formas evoluídas e nacionais de expressão artística, elevando-se assim a cultura nacional ao nível das grandes civilizações. Dessa forma, realizar-se-ia o "progresso geral" e o "destino histórico" do Brasil como "grande potência". Nesse caso, sobressai o aspecto da modernização. O quadro abaixo esquematiza os três enfoques sobre o progresso:

QUADRO IX



O melhor caminho para o progresso seria a homogeneização da nacionalidade, a paz social, a ordem, a elevação do nível cultural e técnico da população. Tudo isso exigiria um Estado Interventor, que fosse a direção unitária da vontade nacional, o que justificaria o condicionamento da liberdade em função do "bem comum". Partia-se do pressuposto de que não existiria ordem sem poder; este não existiria onde houvesse outros poderes e também não existiria progresso sem ordem. Por isso, as funções de comando teriam que ser concentradas nas mãos do chefe de um Estado-Forte. Isto é, o progresso dependeria da disciplina das forças sociais, do melhor aproveitamento das potencialidades nacionais, da coordenação

nação de todos os empreendimentos por um poder centralizado e da colaboração de operários e capitalistas.

Portanto, a política foi considerada uma instância preponderante da ação, entendida enquanto intervenção pública nas relações privadas, a fim de gerar a industrialização e a modernização. Este é o sentido da afirmativa que se repete em CP: o Brasil estava progredindo e civilizando-se.

"...o progresso não é uma coisa que se imponha à sociedade, só pelo simples fato de esta última carecer dele: o progresso é natural e, para estender-se, só necessita de meios adequados ao seu surgimento (...) compete aos responsáveis pelos destinos de um povo ou de uma nação modelar tal modificação para que dela advenha a maior soma possível de benefícios comuns".⁴³

O objetivo do discurso justificador de CP é atingido quando o nexu ideológico se completa e dá-se o "feedback:" o progresso geral não existir espontaneamente, porque ele não é o mesmo que progresso necessário e porque o povo brasileiro, por sua tradição e realidade, não tem como se transformar numa nação organizada. Daí, teria sido preciso existir um apoio, uma força superior que induzisse essa transformação. Essa força teria que vir de uma ordem política adequada ao meio brasileiro, o Estado Novo.

"Não bastam reservas prodigiosas de riquezas em potencial; não bastam as lições de um passado glorioso; não bastam boas intenções, capacidade de trabalho ou massas intelectuais suficientemente preparadas para que se possam predizer, com tais dados, os progressos futuros de uma nação ou se possam com a sua movimentação, dispor de uma ordem social estável e satisfatória. Só um regime político será capaz de disciplinar tais forças, mobilizando-as para esse jogo subtilíssimo de que é feita a existência de um país que quer se impor pela nobreza de sua atitude. Mas, assim como a organização política tem esse poder de fazer o bem coletivo, ela tem a propriedade de, do mesmo modo, trabalhar o mal".⁴⁴

130. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Getúlio Vargas e Castelo Branco, 1930-1964*. 5.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
131. SOARES, Maria Susana Arrosa (coord.). *Os intelectuais nos processos políticos da America Latina*. Porto Alegre, Ed. da Universidade, 1985.
132. SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: *Brasil em perspectiva*. 7.ed. São Paulo, DIFEL, 1976. pp.287-315
133. SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partido político no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa- Omega, 1976.
134. STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, Arterna, 1975.
135. SZMRECSÁNYI, Tomás. (org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, Unicamp, 1986.
136. TAVARES, José Nilo. *Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*. Rio de Janeiro, Achiamé/socii, 1979.
137. THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981.
138. TORRES, Alberto *A Organização Nacional*. Rio Imprensa Nacional, 1914. 3.ed., Brasília, UnB, 1982.
139. TRINDADE, Hêlgio. *A ação Integralista Brasileira*. *Da dos*, Rio de Janeiro, (10), 1973.
140. VIANA, Luis J. Werneck. *Introdução*. In: ——. *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio, Paz e Terra, 1976.

- Tradição e Progresso

O historicismo não implica um tradicionalismo an tipoprogressista; ao contrário, visa enquadrar o progresso na ca tegoria de necessidade histórica. Para CP, política e tradição estão interligadas e, uma vez harmonizadas, produzem o "progresso geral" da sociedade. O passado seria a base sobre a qual se construiria o presente e o futuro, pois nele estariam os valores que informam a direção que o presente deveria se guir. O Estado Novo teria sido o ajustamento necessário para consolidar a Revolução de 1930 e fazer da política um fator positivo para o progresso, colocando-a de acordo com a base cultural brasileira.

Portanto, está presente na revista, conduzindo as suas formulações, a noção de que o Estado Novo teria sido a realização de uma etapa superior e melhor na evolução histórica do Brasil. Conclui-se, então, que existe em CP uma idéia de progresso: avanço do passado através do presente para um futuro superior e melhor; uma idéia de tradição: retorno às raízes genuínas do passado nacional. E uma idéia historicista: reinterpretação do passado em busca do "espírito nacional".

1 - Ação hegemônica de "Cultura Política"

Cultura Política, enquanto aparelho ideológico, serviu para delimitar um campo discursivo mais pragmático nas suas propostas práticas e mais ético-educativo nas formulações de princípio, sem desviar para o doutrinário ideológico, mas utilizando-se dele. Com esta postura, apesar das matérias apologéticas que publicou, a revista foi capaz de congregar um número expressivo de colaboradores, alguns de renome; outros, personagens secundários, mas que atendiam a um dos abjetivos da publicação: servir de veículo de expressão de idéias de intelectuals das mais diversas atividades e regiões do País.

Essa função nucleadora desempenhada por CP ocorreu num momento de definição política, depois de anos de atritos entre os mais diversos tipos de nacionalismos.⁴⁵ Ela se dá em torno da necessidade de justificar a forma ditatorial do regime implantado em 1937, ou seja, de justificar a supressão dos mecanismos representativos característicos das democracias liberais. Seu projeto industrializante serviu para unir todos os que queriam o desenvolvimento industrial do País. (Ver II.C.2.)

Portanto, a revista refletia e, ao mesmo tempo, influenciava a correlação das forças políticas, porque servia de matriz geradora de um discurso a ser dirigido aos subalternos, apesar de não chegar propriamente a eles. Como veículo de unificação e homogeneização daqueles que ocupavam posição política alta (ver I.C.8), prestou-se à ação hegemônica (ver I.C.12) do bloco no poder dentro dos limites estabelecidos pela correlação de forças sociais e políticas. (Ver I.C.2, I.C.3, e I.C.6.)

Todavia, se o Estado Novo tinha uma política que a longo prazo favoreceu os setores emergentes (urbano-industriais), por outro lado conjunturalmente, essa política ora parecia favorecer os setores tradicionais (agroexportadores), ora os setores emergentes. Isso exigia que no campo ideológico se travasse a batalha do convencimento político, a fim de que o projeto industrializante não se esgotasse historicamente com o fim do regime. O compromisso de CP com esse projeto é comprovado pelo resultado a longo prazo, tendo em vista que o fim do regime não significou o fim do tipo de política que ele iniciou, prevalecendo assim as propostas levantadas por CP.

O fato de a forma ditatorial do regime ter sido usada para favorecer a industrialização e a modernização, implicou que CP também fornecesse os elementos discursivos que explicassem a ditadura como uma necessidade histórica e a elevasse eticamente, (Ver I.C.1.) Entretanto, a ditadura ser

viu para impedir qualquer manifestação política ou social — principalmente dos setores agroexportadores — que pudesse mobilizar conflitos; estes eram canalizados para as diversas instâncias da burocracia, onde acabavam diluídos. Consolidavam-se, assim, a intervenção estatal na economia e um determinado tipo de projeto urbano-industrial.

2 - O significado do discurso de *Cultura Política*

Está presente ao nível do discurso o fenômeno da "revolução passiva" (ver I.E.), pois a ideologia de CP pressupõe de antemão o que a síntese reterá da tese (quando esta é superada pela antítese): um capitalismo desenvolvido que conviva com formas fundiárias pretéritas. A tese seria a da acumulação em favor do pólo agroexportador, o latifúndio e os princípios liberais. A antítese, a acumulação capitalista com favorecimento do pólo urbano-industrial. Por conseguinte, o transformismo significava a realização histórica de um desígnio do passado (grande nação), sem que esse passado seja questionado em uma de suas bases materiais: o latifúndio.

Está presente, também, a noção de que existem pontos intocáveis, valores a serem preservados e respeitados por todos aqueles que organizadamente participam da "construção da nação". Esse postulado é básico no discurso progressista e historicista e lhe dá o caráter arbitrário, pois enquadra qualquer noção que fuja a seus pressupostos na categoria de anti-histórica, antinacional, irracional, teoricista, abstracionista, entre outras adjetivações. Concentra-se então na forma e nos métodos de se lutar por interesses, no ritmo e na profundidade das mudanças.

A abertura do Estado e da revista para ampla colaboração indica que estavam descartados os conflitos abertos e a "eliminação" de adversários, privilegiando-se, sempre

que possível, a conciliação. É justamente o problema da con
ciliação, da incapacidade de conciliar, que motiva as criti
cas às ideologias adversárias. O liberalismo, o comunismo e
o fascismo não seriam adequados à realidade brasileira, exa
tamente porque favoreceriam o conflito aberto entre as clas
ses e os indivíduos, ao invés da colaboração.

Além disso, a ideologia de CP interpreta as trans
formações como processos reformistas. Nesse ponto, CP colo
cou-se em consonância com a realidade histórica, na medida
em que o deslocamento do processo de acumulação capitalista
para o pólo urbano-industrial foi sustentado politicamente
por uma aliança em que o latifúndio era a principal força po
lítica. Conseqüentemente, o compromisso de manter inalteradas
as estruturas agrárias e suas relações sociais impunha limi
tes ao processo transformista.

Dessa maneira, a dialética revolução-restauração
apresenta-se no discurso de *Cultura Política* na fórmula da
antinomia progresso-tradição ou, respectivamente, novo Bra
sil-reconstrução do Brasil. Essa dialética arbitrária procu
rava criar um consenso em torno da publicização da ordem pri
vada, escamoteando a acumulação capitalista através do Esta
do. Assim, explicava-se a socialização dos custos de investi
mentos e prejuízos bem como a manutenção dos lucros privados,
como sendo o progresso nacional realizando-se para todos.

É arbitrário também porque pressupõe um papel pre
viamente definido para as classes dominantes e para os subal
ternos, que envolve desde a educação até a participação poli
tica. Portanto, somente o segundo aspecto dessa dialética é
válido, já que se trata de resolver pelo poder do Estado as
contradições do capitalismo brasileiro. Se a afirmação de
que o Estado ter-se-ia antecipado aos problemas e lhes dado
solução tem algum sentido, também é verdadeiro que se colo
cou a serviço de um determinado processo de acumulação de ca
pital.

3 - *Cultura Política e a correlação de forças*

No decorrer da análise das matérias publicadas por CP, fica não só a impressão mas a certeza de que havia a consciência dos limites impostos pela correlação das forças que sustentavam o regime e o projeto político que incorporou. É recorrente a idéia de que o poder do Governo era insuficiente para direcionar a sociedade e impor-lhe as mudanças para cuja aceitação não estava preparada ou que não estivessem de acordo com a sua realidade. Assim, também está presente a noção de que se as leis não exprimissem as aspirações do "sujeito coletivo" (a nação), mesmo que fossem as mais sábias, seriam uma inutilidade. Portanto, se as transformações ocorreram era porque o Governo estava de acordo com a sociedade.

Na correlação de forças dos anos trinta, especialmente durante o Estado Novo, CP representou a tentativa de síntese ideológica que tivesse a linguagem maleável e rápida das revistas, mas que também fosse um forum de debate intelectual em torno do projeto político do Estado Novo. O fato de ter que justificar a forma ditatorial impunha-lhe limites muito estreitos a essa reflexão. Mas não somente isso. Igualmente, cerceava-lhe a capacidade de pensar objetivamente o País toda a herança autodidata do sociologismo nativo, desde Silvio Romero, passando por Alberto Torres até Azevedo Amaral, bem como o culturalismo jurídicista, de Almir de Andrade, que predominava na revista. Essa herança servia muito mais às funções justificadoras.

Entretanto, CP reflete a correlação de forças a que estava submetida e dentro desses limites estabelece seus parâmetros de pregação ideológica. Sua opção política fica descoberta se tomarmos como referencial o que não foi dito. Neste sentido, podemos enumerar o seguinte *discurso ausente*:

a) todos os temas envolvendo o setor cafeeiro, que só aparece secundariamente e de forma negativa — o Bra

sil não poderia ser só o café;

b) o problema do homem do campo só recebe três curtas matérias, que são secundárias e referem-se à condição do nordestino, numa abordagem mais regionalista e sem entrar na questão da terra;

c) não se refere ao problema do latifúndio e das terras improdutivas; quando fala em agricultura, é para afirmar que a monocultura agroexportadora teria que ceder lugar à policultura numa integração cidade-campo;

d) a questão da reforma agrária está ausente e, no que se refere à extensão da legislação social ao homem do campo, coloca-se a necessidade de se ter cautela, por se tratar de uma realidade muito diferente da urbana, ou seja, toca-se no assunto, exporradicamente e como um objetivo futuro;

e) o problema indígena recebe três artigos, tratando-se-o como algo distante, enquanto que outras matérias deixam claro que antes dos portugueses nada havia no Brasil que merecesse atenção dos estudiosos, ou que os índios e negros seriam "quistos étnicos";

f) a questão do negro não é objeto de nenhuma referência, a não ser para corroborar a tese de que no Brasil haveria uma "democracia racial", para reforçar a idéia de que o branco foi a matriz do melhoramento étnico do povo brasileiro.

Conclui-se então que a ideologia de CP excluía o setor agroexportador, o trabalhador rural, os índios e os negros. Por outro lado, fica implícita sua vinculação ao setor latifundiário. Isto pode ser notado em todas as passagens em que se defendem a tradição, as raízes históricas brasileiras e o condicionamento imposto pela realidade.

Essa ligação com o setor latifundiário não é explicitada no discurso. Neste, sobressai a opção industrial

zante; porém, quando se associa esta opção à defesa da mais larga legislação social e trabalhista para as classes subalternas urbanas e às premissas historicistas condicionantes do transformismo, conclui-se que tal defesa só poderia ser feita pelos representantes daqueles que não tivessem nada a perder com tais concessões. Dentro da correlação de forças daquela época, sabemos que o setor industrial pressionou o Governo contra as medidas trabalhistas que este decretou. Portanto, CP refletia a aliança latifúndio-burguesia industrial mas sob a hegemonia do primeiro sócio, que foi capaz de sustentar um projeto político progressista dentro da ordem capitalista, resguardando, contudo, as estruturas fundiárias. Logo, o "centauro maquiavélico" não era um Estado dono de si mesmo mas sim, um Estado de classe, ou seja, ele tinha dono.

4 - O "Centauro Maquiavélico"

Essa entidade fabulosa revela-se na autojustificação do discurso historicista e na idéia de progresso, com a força elevada moralmente à condição de necessidade histórica. O fim justificaria os meios, o forte serviria ao fraco e o príncipe se identificaria com os governados. Mas apenas na aparência. Esta é a função da ideologia, do discurso institucionalizado, fatalista e reducionista, pois, na verdade, os meios se autojustificam, o fraco é submetido e o príncipe serve aos fortes.

Para as classes subalternas, a imagem do centauro é perfeita, porquanto representa a força bruta no corpo equino e sua utilização consciente é premeditada pela inteligência humana. Por isso, Oliveira Vianna acertara ao dizer que a forma possível de democracia no Brasil, que atenderia aos interesses das classes dominantes, dependeria da transformação das "oligarquias brancas" em "oligarquias esclarecidas". Na medida em que se acredita que o Estado é tudo e a sociedade

de é nada ou, inversamente; porque a sociedade é nada o Estdo é tudo, e ignoram-se os limites impostos pela estrutura material e pela correlação das forças sociais e políticas, de fato sai-se do terreno da ciência e cai-se no terreno do mito.

IV - NOTAS BIBLIOGRAFICAS

1. FUSCO, Rosário. Papel social dos moços (ã margem do dis curso do Presidente Getúlio Vargas, dirigido aos acadêmi cos paulistas). *Cultura Política*, Rio, 2(11): 10-105, jan., 1942, p. 104.
2. DANTAS, Mercedes. Os regimes políticos e a realidade soci al do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 1(5): 36-43, jul., 1941, pp. 42-43.
3. AZEVEDO AMARAL. Realismo político e democracia. Rio, 1(1): 157-176, mar., 1941, p. 161.
4. ———. Evolução da política imperial. *Cultura Política*, Rio, 1(2): 31-53, abr., 1941, pp. 43, 46 e 47.
5. ———. Realismo político e democracia. Op. cit., p. 160.
6. EVOLUÇÃO política e social do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 1(1): 5-10, mar., 1941, p. 5.
7. Idem. p. 7.
8. ANDRADE, Almir de. As diretrizes da nova política do Bra sil. *Cultura Política*, Rio, 3(23): 7-20, jan., 1943, pp. 10-11.
9. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*, Campinas, Papi rus, 1986.
10. RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeiran te. *Cultura Política*, Rio, 1(1): 110-132, mar1, 1941, pp. 117 e 128.
11. ARRAES, Monte. A influência do Poder Pessoal na unidade política do Brasil (I). *Cultura Política*, Rio, 1(1): 61-75, mar., 1941, p. 62.

12. DUARTE, Cândido. A quota municipal de trabalho. *Cultura Política*, Rio, 1(2): 65-72, abr., 1941, p. 66.
13. RICARDO, Cassiano. Regimes e rótulos. *Cultura Política*, Rio, 2(11): 106-110, jan., 1942, p. 107.
14. AZEVEDO AMARAL. Evolução política republicana. *Cultura Política*, Rio, 1(3): 154-174, mai., 1941, p. 166.
15. CARVALHO, Menelick. Democracia objetiva e liberalismo romântico. *Cultura Política*, Rio, 2(16): 29-37, jun., 1942, p. 34.
16. COSTA, Odorico. A dissolução dos partidos políticos Brasileiros. *Cultura Política*, Rio, 3(34): 166-176, nov., 1943, p. 172.
17. PEIXOTO, Sílvio. Tradição de princípio de unidade nacional. *Cultura Política*, Rio, 1(3): 175-190, maio, 1941. p. 182.
18. ANDRADE, Walter Nasson Pereira. A transformação econômica do Brasil sob o Estado Nacional. *Cultura Política*, Rio, 2(12): 159-165, fev., 1942, p. 159.
19. Idem. p. 159.
20. AZEVEDO AMARAL. Evolução política republicana . Op. cit., p. 172.
21. VARGAS, Getúlio. Proclamação ao povo brasileiro. *Cultura Política*, Rio, 2(21): 15-20, nov., 1942; DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas. Biografia Política*. 2.ed. Rio, Renes, (4.ed.1967), s/d. pp. 187-184.
22. ANDRADE, Walter M. P. de. A transformação econômica do Brasil sob o Estado Nacional. Op. cit., p. 160.
23. AZEVEDO AMARAL. A revolução brasileira. *Cultura Política*, Rio, 1(5): 133-142, jul, 1941, p. 141.

24. MORAIS, Deodato. Educação e Estado Novo. *Cultura Política*, Rio, 1(9): 26-36, out., 1941, p. 26.
25. FIGUEIREDO, Paulo A. de. O Estado Nacional. *Cultura Política*, Rio, 2(20): 89-98, out., 1942, p. 91.
26. MAIA, Ulisses Ramalhete. A situação atual do Estado Brasileiro. *Cultura Política*, Rio, 1(1): 76-81, mar., 1941, p. 76.
27. AZEVEDO AMARAL. Evolução política republicana. Op. cit., p. 172.
28. ANDRADE, Almir de. O regime de 10 de novembro e a ordem política e constitucional. *Cultura Política*, Rio, 2(21): 7-14, nov., 1942.
29. BELO, José Maria. A unidade moral do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 1(9): 113-118, out., 1941, p. 118.
30. AZEVEDO AMARAL. A revolução brasileira. Op. cit., pp. 141-142.
31. ANDRADE, Almir de. O Presidente, o Brasil e a Guerra. *Cultura Política*, Rio, 3(33): 29-33, out., 1943.
32. O ESTADO Nacional e a etapa atual do desenvolvimento econômico do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 4(46): 29-42, nov., 1944, pp. 36 4 38.
33. FUSCO, Rosário. A cultura e a vida. *Cultura Política*, Rio, 1(2): 169-180, abr., 1941, pp.
34. PEIXOTO, Sílvio. Tradição de princípio de unidade nacional. Op. cit. pp. 176-177.
35. ———. A experiência das sucessões presidenciais no Brasil (I). *Cultura Política*, Rio, 1(1): 82-95, mar., 1941, p. 182.

36. VIANA, Helio. Literatura histórica. *Cultura Política*, Rio, 1(1): 260-261, mar., 1941, p. 260.
37. EVOLUÇÃO política e social do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 1(1): 5-10, mar., 1941, p. 8.
38. MULLER, João Pedro. À margem da Democracia Brasileira. *Cultura Política*, Rio, 1(9): 3-16, nov., 1941, p. 5.
39. CRUZ, Saviano. As ciências sociais na renovação do Brasil. *Cultura Política*, Rio, 3(23): 37-50, jan., 1943, p. 37.
40. PINTO, Vieira. Estudos e pesquisas científicas. *Cultura Política*, Rio, 1(1): 265-267, mar., 1941; ver também: Idem. (3): 278-280, mai., 1941.
41. FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Nacional e a valorização do homem brasileiro. *Cultura Política*, Rio, 3(28): 43-61, jun., 1943, p. 59.
42. O ESTADO Nacional e a etapa atual do desenvolvimento econômico do Brasil. Op. cit., p. 38.
43. A ORDEM política e a evolução social (XVI). *Cultura Política*, Rio, 2(16): 315-316, jun., 1942, p. 315.
44. A ORDEM política e a evolução social (IV). *Cultura Política*, Rio, 1(4): 216-217, jun., 1941, p. 216.
45. LAUERHASS Jr., Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1986.

CONCLUSÃO

Cultura Política teve um discurso arbitrário por que procurou dar uma explicação ético-educativa à criação, pelo Estado, das condições suficientes que faltavam à infraestrutura para que esta se transformasse num novo modelo de acumulação. Esse modelo, de base urbano-industrial, deveria proporcionar a modernização da sociedade brasileira. A necessidade da intervenção estatal era justificada pela incapacidade do "povo" de equacionar seus problemas. (Ver III.B.3.) É uma ideologia defensiva, que procurou, acima de tudo, reforçar suas próprias posições e o processo de ampliação do Estado. O embate teórico é secundário, da mesma forma que é secundária a objetividade científica. Assim, CP assume uma posição político-partidária (apesar de não se vincular a um partido político formalmente constituído) que representava em si mesma uma contraditória aliança de classes.¹

A idéia de progresso serviu a CP para nuclear os valores aglutinadores que compuseram sua mensagem ideológica — a unidade nacional, a organização nacional, o Estado-Forte, o Estado filantrópico. Por outro lado, o historicismo serviu-lhe para criar o referencial que facilitou a aceitação dessa mensagem. Esse referencial baseou-se na tradição e no condicionamento imposto pela "realidade" sobre a vontade humana. Tais aspectos da ideologia de CP constituíram a face conservadora do seu discurso.

A ideologia de CP, que foi exposta nesta dissertação, tem aspectos conscientes (os valores aglutinadores e o historicismo) e inconscientes (o discurso ausente). Ela refere-se a práticas materializadas em instituições e normas legais (na medida em que refletem a ação do Estado) e quer se materializar (aprofundar o planejamento, a industrialização, elevar o nível intelectual e artístico das elites). Estabelece normas políticas, culturais, sociais e econômicas para a

conduta daqueles que ocupam posição política alta e reforça aquelas estabelecidas pelo direito positivo. Interpreta e representa os interesses que controlam o Estado, como aspiração de toda sociedade; reinterpreta a história passada e o presente, indicando os rumos para o futuro como sendo aqueles impostos pela própria evolução histórica. Finalmente, propõe uma concepção de mundo assentada na idéia de destino histórico (progresso), que unifica as demais concepções particulares.

A estatolatria predomina em CP, que deposita no Estado todas as responsabilidades e pede que a "sociedade" colabore com ele. Isso implica abdicação da luta aberta ou do confronto direto pelos interesses particulares de cada grupo ou classe social, bem como da livre competição de mercado. As classes sociais deveriam confiar no poder estatal, que "unificaria" e "harmonizaria" os interesses de todos, a fim de que fosse a expressão orgânica de toda a sociedade, da vontade nacional unificada.

A idéia de progresso desempenhou, como supunhamos, um importante papel na articulação do discurso de CP e, portanto, do Estado Novo. Na medida em que encontramos nesse discurso a idéia de progresso, podemos deduzir que tal idéia estava presente enquanto aspiração, contribuindo assim para o fortalecimento do Estado. Os valores aglutinadores nucleados pela idéia de progresso traduziram em aspirações coletivizadas aquilo que era o projeto político particular da aliança entre o latifúndio e a burguesia industrial.

Está presente também o "efeito-demonstração cultural", como percebeu Décio Saes no estudo das classes médias.² CP procurou demonstrar que o Estado era a única via para o desenvolvimento compatível com as potencialidades do Brasil, que através daquele, chegaria a ser uma grande nação industrializada.

Portanto, CP, além de justificar a forma ditatori

al do regime, desenvolveu uma ação hegemônica no sentido de unificar e homogeneizar o pensamento e a conduta daqueles que ocupavam posição política alta; por conseguinte, buscou dar uma direção unitária e orgânica ao bloco histórico estatizante, criando uma hegemonia que se perpetuasse para além da ditadura.

O último número de CP foi o de outubro de 1945, um mês antes da queda do presidente Vargas. Entre 1945 e 1964, tudo que foi feito na esfera governamental, de mais importante e que teria trazido maiores implicações para a vida nacional, veio na forma de portarias, pareceres, instruções — como a Instrução 113 da SUMOC, que facilitou a entrada do capital externo no Brasil. Da mesma forma, no período de Juscelino, a ação do Estado produziu-se basicamente através de organismos estatais e paraestatais de tipo corporativo. De igual modo, a legislação trabalhista permaneceu inalterada até 1964, quando sofreu pequenas modificações. Portanto, nas linhas básicas, confirmou-se o prognóstico de CP; o Poder Executivo teria um papel preponderante, o Estado continuaria forte, o papel do Legislativo seria secundário — por não "ser operacional" para atender as demandas modernizadoras — e não haveria retorno ao liberalismo anterior a 1930 (federalismo e descentralização).

A acumulação capitalista em favor dos centros urbanos e dentro deles, concentrada na indústria privada nacional e estrangeira e nos investimentos estatais, continuou a se processar e, mais do que isso, acelerou-se significativamente a partir do segundo governo Vargas.

Se no campo ideológico o Estado Novo gerou um discurso ético-educativo, que fundamentou as premissas do populismo das décadas seguintes, na prática, teria significado a implantação de um modelo de desenvolvimento que por sua própria natureza era excludente, pois assentava-se na manutenção das estruturas fundiárias e num processo de acumulação altamente concentrador de renda. Este, para facilitar

o "progresso", produziu a longo prazo não só o desenvolvimento industrial mas a marginalização de milhões de brasileiros, fazendo do Brasil, na década de 1980, não só a oitava economia do mundo mas também um dos países mais miseráveis do planeta.³

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978. Ver, em particular a excelente análise sobre a objetividade do saber. pp. 165-185.
2. SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil. *História geral da civilização brasileira III. O Brasil republicano 3*. São Paulo, DIFEL, 1983, p. 473.
3. JAGUARIBE, Hélio e outros. *Brasil, 2000: para um novo pacto social*. 2.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. Pesquisa elaborada sob encomenda da Presidência da República. Ver, por exemplo, o "estado social da nação": pp. 16-19.

FONTE - *Cultura Política*, Rio de Janeiro, (1-53), mar., 1941-out., 1945.

BIBLIOGRAFIA

001. ALCÂNTARA, Aspásia Brasileiro. A teoria política de Azevedo Amaral. *Dados*, Rio de Janeiro, (2/3), 1967.
002. ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa, Presença/ São Paulo, Martins Fontes, 1970.
003. ALVES Filho, Aluísio. *Fundamentos metodológicos e ideológicos do pensamento política de Oliveira Vianna*. Rio de Janeiro, IUPERJ, s/d.
004. AZEVEDO AMARAL, A.J. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1938; Brasília, UnB, 1981.
005. BARBOSA LIMA SOBRINHO, A.J. *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968.
006. BARBOSA, Vilmar do Valle. Autoritarismo político e filosofia. *Encontro com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (8), 1979.
007. BECKER, Carl. Progress. In: SELIGMAN, Edwin R.A. *Encyclopedia of the social sciences*. New York, Macmillan Company, 1942. pp. 495-499.
008. BERGER, Peter L. *A construção social da realidade*. 5.ed., Petrópoles, Vozes, 1983.
009. BICCA, Luiz Eduardo. A crise ideológica e o integralismo. *Encontro com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (16), 1979.

010. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 2.ed., Brasília, UnB, 1986.
011. ———. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
012. BOSI, Alfredo. O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci. *Debate e Crítica*, São Paulo, (6), 1975.
013. BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
014. BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1980.
015. BRESCIANI, Maria Stela Martins. A concepção de Oliveira Vianna. *Revista de História*, São Paulo, (94), 1983.
016. BRANDI, Paulo. *Vargas - da vida para a história*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1983.
017. BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
018. CAMARGO, Autoritarismo e populismo: bipolaridade no sistema político brasileiro. *Dados*, Rio (12), 1976.
019. CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1977.
020. CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
021. CARDOSO; V. Licínio (org.). *A margem da história da República*. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924; 2.ed. Brasília, UnB, 1981. 2v.
022. CARONE, Edgard. *A República Velha*. 2.ed., São Paulo, DIFEL, 1972.

023. ———. *A República Nova(1930-1937)*. São Paulo, DIFEL, 1974.
024. ———. *O Tenentismo*. São Paulo, DIFEL, 1975.
025. ———. *A Terceira República(1937-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1976.
026. ———. *O Estado Novo(1937-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1977.
027. ———. *O Pensamento Industrial no Brasil(1880-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1977.
028. ———. *Movimento Operário no Brasil(1877-1944)*. 2.ed. São Paulo, DIFEL, 1984.
029. ———. Coleção Azul. Crítica pequeno burguesa à crise brasileira depois de 1930. Belo Horizonte, *Separata da Revista de Estudos Políticos*, (25/26), jul/68-jan/69.
030. CHACON, Vamireh. *Estado e Povo no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olímpio; Brasília, Câmara dos Deputados, 1977.
031. ———. O autoritarismo político na República. In: CRIPPA, A.(org.) *Idéias Políticas no Brasil*. São Paulo, Convívio, 1979.
032. CHATELET, François e Pisier-KOUCHNER, Evelim. *As concepções políticas do século XX*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1983.
033. CHASIN, J. Sobre o conceito de totalitarismo. *Tema de Ciências Humanas*, São Paulo, (1), 1977.
034. CHAUI, Marilene de Souza. *Cultura e Democracia: o discurso cometente e outras falas*. 3.ed. São Paulo, Moderna, 1984.

035. ———, e FRANCO, Maria Sylva Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio, Paz e Terra: CEDEC, 1978.
036. CHEVALLIER, Jean-Jacques. A idéia de progresso. In: ———. *História do Pensamento Político*. t. 2. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1983. pp. 213-229
037. COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.
038. CORZ, André, O despotismo de fábricas e suas consequências. In: ———(org.). *Crítica da divisão do Trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980. pp. 79-89.
039. COSTA, Emilia Viotti da. A revolução burguesa no Brasil. *Encontro com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (4), 1978.
040. COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1963.
041. CRIPPA, A.(org.). *As idéias políticas no Brasil*. São Paulo, Convívio, 1979.
042. CRUZ COSTA, J. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1967.
043. CULTURA POLÍTICA e o pensamento autoritário. Introdução de Ricardo Velez Rodrigues. Brasília, Câmara dos Deputados, 1983.
044. DICIONÁRIO histórico-bibliográfico brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro, Forense-Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984.
045. DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

046. ———. e BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
047. ———. e ———. Resenha Bibliográfica: Estado e sociedade no Brasil. Uma revisão crítica. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB). *Revista Dados*, Rio de Janeiro, (15), 1977.
048. ———. e SOARES DE LIMA, Maria Regina. O modelo Político de Oliveira Vianna. *Revolução Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (30), 1971.
049. DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfose: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
050. DULLES, John W. Foster. *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro, Renes, 1974.
051. ENGELS, Friedrich. *Anti-Duhring: filosofia, economia política, socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
052. FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira III*. São Paulo, DIFEL, 1983. v. 10; 1984, v.11
053. FERNANDES, Florestan. Existe uma teoria do autoritarismo?; O Estado sob o capitalismo recente. In: ———. *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*. São Paulo, HUCITEC, 1979. pp. 3-58
054. ———. Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica. *Encontro com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (4), 1978.
055. FERREIRA, Oliveira S. *Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos cadernos de Gramsci*. Brasília, UnB; São Paulo, HUCITEC, 1986.

056. FERRI, Franco (cood.). *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978.
057. FRANKEL, Charles. Progress, The Idea of. In: EDWARDS, Paul. *The encyclopedia of philosophy*. New York, Macmillan Company & The Free Press, 1967. v.6
058. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16.ed. São Paulo, Nacional, 1979.
059. GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. 3.4d., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978.
060. ———. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. 3.ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1979.
061. ———. *Literatura e Vida Nacional*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978.
062. ———. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 3.ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978.
063. GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. 5. ed. Porto Alegre, L & PM, 1985.
064. ———. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
065. HALL, STUART e outros. *Política e ideologia: Gramsci*. In: DA IDEOLOGIA. 2.ed. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1983.
066. HOBBSBAWN, E. J. O grande Gramsci, das lutas à prisão. *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro, (1), 1975.
067. IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1977.
068. IGLÉSIAS, Francisco. Adalberto Marson. A ideologia nacionalista em Alberto Torres. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, (51), 1980.

069. ———. Estudos sobre o pensamento reacionário de Jackson de Figueiredo. In: ———. *História e Ideologia*. São Paulo, Perspectiva, 1971.
070. LACLAU, Ernesto. Fascismo e Ideologia. In: ———. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. pp. 87-148
071. LAUERHASS Jr., Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1986.
072. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, Papyrus, 1986.
073. ———. *Colonização e trabalho no Brasil*. Campinas Unicamp, 1985.
074. LEFORT, Claude. Sobre a lógica da força. In: ———. *O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes Locke, Montesquieu, Rousseau*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980. pp. 27-47
075. MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo. De Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
076. MAGALHÃES, J. P. de Almeida. *A controversia brasileira sobre o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Record, s/d.
077. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro, ZAHAR, 1976.
078. MARGLIN, Stephen. Origem e função do parcelamento das tarefas. In: CORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980. pp. 37-77
079. MARSON, Adalberto. A trajetória de um republicano (Alberto Torres). *Rev. de História*, São Paulo, (103), 1975.

080. MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. *O Estado e a Burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1979.
081. MARX, K. Para a crítica da economia política. In: *Manuscrito econômico-filosófico e outros textos escolhidos./Karl Marx. 2.ed.*, São Paulo, Abriu Cultural, 1972. (Os Pensadores)
082. ——. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 3ed. Lisboa, Martins Fontes, s/d. v.1
083. MEDEIROS, Ana Ligia. *Bibliografia histórica: 1930-1945*. Brasília, UnB, 1982.
084. MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, FGV, 1978.
085. MELO, Romeu(org.). *Os intelectuais e a Política*. Lisboa, Presença, 1964.
086. MELLO, José Octávio de Arruda. Alberto Torres e o conceito de raças no Brasil. São Paulo, *Ensaio*, (13), 1984.
087. MENEZES, Djacir. *O Brasil no pensamento brasileiro*. 2ed. Rio de Janeiro, INEP-MEC, 1957.
088. ——. O pensamento político de Alberto Torres. *Rev. de Ciência Política*, Rio de Janeiro, (1), 1979.
089. MENDES, Evelyse Maria Freire. *Bibliografia do Pensamento político republicano (1870-1970)*. Brasília, Câmara dos Deputados: UnB, 1981. v. 1
090. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1979.
091. MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa, Cosmo; Santos, Martins Fontes, 1975. c. 1967.

092. MOSCA, G. *História das doutrinas políticas*. 3.ed., Rio de Janeiro, ZAHAR, 1975.
093. MOTTA, Carlos Guilherme. *Cultura e política no Estado Novo(1937-1945). Encontro com a Civ. Brasileira*, Rio de Janeiro, (7), 1979.
094. NASCIMENTO, Elimar. *Hegemonia em Gramsci: uma teoria das relações políticas nas formações sociais modernas. Ensaios*, São Paulo, (13), 1984.
095. NEUMANN, Franz. *Notas sobre a teoria da ditadura*. In. ——. *Estado democrático e Estado autoritário*, Rio de Janeiro, ZAHAR, 1969.
096. NISBET, Robert A. *História da idéia de progresso*. Brasília, UnB, 1985. c. 1980.
097. OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP*, São Paulo, (2), 1972.
098. OLIVEIRA, Lúcia Lippi e outros. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982.
099. ———. *Elite intelectual e debate político nos anos 30. Dados*, Rio de Janeiro, (22), 1979.
100. OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Problema de política objetiva*. 3.ed. Rio de Janeiro, RECORD, 1974.
101. OLIVEN, Rubem George. *Urbanização e mudança social no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980.
102. PAIVA, Vanilda. *Oliveira Vianna: nacionalismo ou racismo*. *Encontro com a Civ. Brasileira*, Rio de Janeiro, (3), 1978.
103. REIS, Elisa Pereira. *Interesses agro-exportadores e construção do Estado no Brasil(1890-1930)*. In: CARDOSO, F. H. *Economia e movimento social na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

104. PEREIRA, Luis. *Ensaio de Sociologia do desenvolvimento*. São Paulo, Pioneira, 1970.
105. O PENSAMENTO Político de Alberto Torres. *Rev. de Ciências Política*, Rio de Janeiro, (1), 1979.
106. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil : dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
107. PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
108. POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
109. PRADO, Caio. *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
110. QUEIRÓS, Paulo Edmir de Souza. *A sociologia política de Oliveira Vianna*. São Paulo, Convívio, 1975.
111. RAISON, Timotht. *Os precursores das ciências sociais*, Rio de Janeiro, ZAHAR, 1971.
112. REIS, Fábio Wanderley. *Brasil: Estado e Sociedade em perspectiva*. *Cadernos DCP*, Belo Horizonte, (2), 1974.
113. ———. *A revolução é a geral cooptação*. *Dados*, Rio de Janeiro, (14), 1974.
114. RIOS, José Arthur. *Progresso*. In: SILVA, Benedito. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro, FGV, 1986. pp. 995-996
115. RODRIGUES, Arackcy M. *Operário, Operária: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo*. São Paulo, Símbolo, 1978.
116. RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os dirigentes e a organização*. In: FAUSTO, B. *O Brasil Republicano* 3. op. cit.

117. ROWLAND, Robert. Classe Operária e Estado de Compromisso. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, (8), 1974.
118. RUSSELL, Bertrand. Desde Rousseau até o presente. In: ——. *História da Filosofia Ocidental*. 3.ed. São Paulo, Nacional, 1977. v.3
119. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e libe*ralismo político. São Paulo, Duas Cidades, 1975.
120. ———. Raizes da imaginação política brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, (7), 1970.
121. SCAMTIMBURGO, João de. Francisco Campos, o pensador po lítico. *Digesto Econômico*, São Paulo, (205), 1969.
122. SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Brasília, UnB, 1982.
123. ———. e outros. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, EDUSP. 1984.
124. ———. (org.). *Estado Novo, um auto-retrato* (arquivo Gustavo Capanema). Brasília, UnB, 1983.
125. ———. Representação e cooptação política no Brasil. *Da*dos, Rio de Janeiro, (7), 1970.
126. SILVA, Sérgio. Agricultura e capitalismo no Brasil. *Con*texto, São Paulo, (1), 1976.
127. SILVEIRA, Paulo. Estrutura e História. *Encontro com a* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (4), 1978.
128. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism e federalis*mo. 1889-1902. Brasília, Senado Federal, 1978.
129. ———. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Nacional, 1968.

130. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Getúlio Vargas e Castelo Branco, 1930-1964*. 5.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
131. SOARES, Maria Susana Arrosa (coord.). *Os intelectuais nos processos políticos da America Latina*. Porto Alegre, Ed. da Universidade, 1985.
132. SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: *Brasil em perspectiva*. 7.ed. São Paulo, DIFEL, 1976. pp.287-315
133. SOUZA, Mária do Carmo Campello. *Estado e partido político no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa- Omega, 1976.
134. STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, Artnova, 1975.
135. SZMRECSÁNYI, Tomás. (org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, Unicamp, 1986.
136. TAVARES, José Nilo. *Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*. Rio de Janeiro, Achiamé/socii, 1979.
137. THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981.
138. TORRES, Alberto *A Organização Nacional*. Rio Imprensa Nacional, 1914. 3.ed., Brasília, UnB, 1982.
139. TRINDADE, Hêlgio. *A ação Integralista Brasileira*. *Dados*, Rio de Janeiro, (10), 1973.
140. VIANA, Luis J. Werneck. Introdução. In: ——. *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio, Paz e Terra, 1976.

141. VIEIRA, Evaldo Amaro. *Oliveira Vianna e o Estado Corporativista: um estudo sobre o corporativismo e autoritarismo*. São Paulo, Grijalbo, 1976.
142. VITA, Luis Washington. *Antologia do pensamento social e político no Brasil*. São Paulo, Grijalbo, 1968.
143. —. *Panorama da filosofia no Brasil*. Porto Alegre, Globo, 1969.